ARQUITETURA

maio, 1963



11

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO DA GUANABARA

BERNINI S. A.

lambris
folheados e maciços

rua moncorvo filho, 25-27 • vendas 43-1090/43-2750 • Rio



durante 69 anos

Proporcionaram

AOS CLIENTES, seus sonhos realizados
AOS FUNCIONÁRIOS e **OPERÁRIOS**, um trabalho seguro e bem orientado, **ÀS GRANDES** e **PEQUENAS INDÚSTRIAS**, a colocação de seus produtos sempre dentro de apurada técnica e
AOS DIRIGENTES, após todos êstes anos, o orgulho de verificar a solidez forjada pelos princípios dignificados pela integridade profissional, no meio imobiliário brasileiro.

1963

DIRETORIA:

RODOLPHO DE PAOLI - Presidente • MOACYR DUQUE VIRIATO CATÃO - Vice-Presidente • MARCELLO DE PAOLI - Superintendente • MARCIO DE PAOLI - Diretor-Gerente • ROMOLO DE PAOLI - Diretor-Técnico • RAUL DE PAOLI - Diretor-Técnico

DE PAOLI S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA



ARQUITETURA está sendo recebida, além de outros, por

3.125 arquitetos em todo o Brasil

2.150 firmas construtoras no Rio e em São Paulo

390 firmas construtoras nos demais Estados

623 indústrias ligadas à construção e à arquitetura em todo o país

130 firmas de decoração, mobiliário e equipamento de interior no Rio e S. Paulo

150 revendedores de materiais de construção no Rio e S. Paulo

65 órgãos federais, estaduais e municipais ligados à arquitetura e a construção em geral.

a colocação de seus produtos sempre
dentro de apurada técnica e
AOS DIRIGENTES, após todos êstes anos,
o orgulho de verificar a solidez
forjada pelos princípios dignificados
pela integridade profissional,
no meio imobiliário brasileiro.

1963

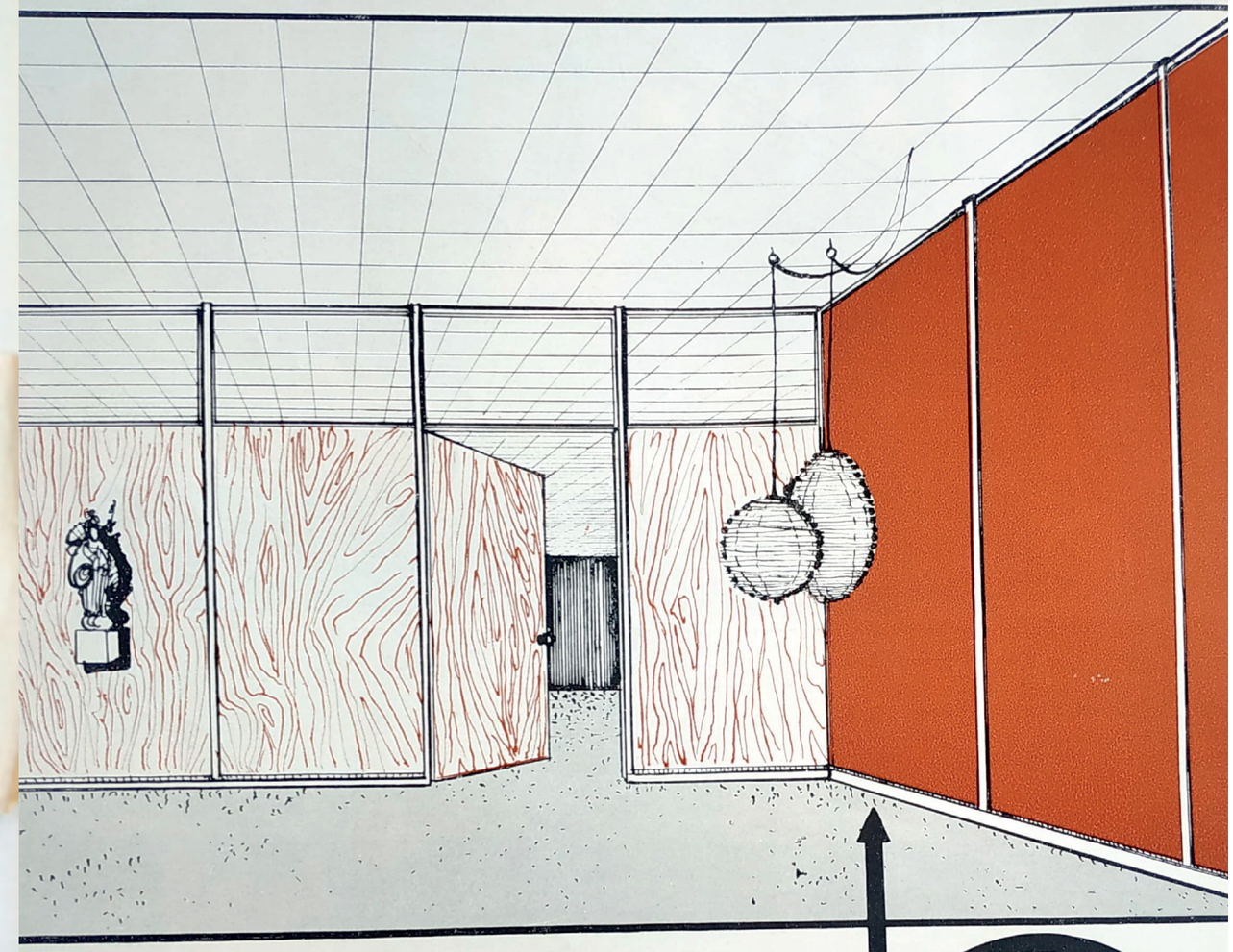
DIRETORIA:

RODOLPHO DE PAOLI - Presidente • MOACYR DUQUE VIRIATO CATÃO - Vice-Presidente • MARCELLO DE PAOLI - Superintendente • MARCIO DE PAOLI - Diretor-Gerente • ROMOLO DE PAOLI - Diretor-Técnico • RAUL DE PAOLI - Diretor-Técnico

DE PAOLI S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

PAGANI-PINHEIRO S. A.

paredes divisórias removíveis



- **adaptam-se a qualquer tipo de piso**
- **possuem fixador e compensador de desníveis**
- **vistas leves**
- **portas e divisões em:**
  - compensados
  - folheados
  - formiplac
  - eucatex

Rio de Janeiro: R. Visconde de Duprat, 23 — Tels.: 32-1414 - 32-3634

AZULEJOS KLABIN

Klabin Irmãos & Cia.

Setor Manufatura Nacional de Porcelanas

Escritório Central: Av. Rio Branco, 81 - 14. andar - Tel.: 23-5870
Caixa Postal, 1622 - End. Telegr. "Klabin" - Rio de Janeiro

Azulejos

o moderno, prático, decorativo chama-se AZULEJO



Quando você vai ao seu clube, você nota que a piscina e os vestiários são revestidos de azulejos. Nos refeitórios dos colégios e das fábricas, nos laboratórios e gabinetes de física e química, e nos hospitais, onde a assepsia é um imperativo, você também encontrará os azulejos. Mas, além do grande serviço que os azulejos prestam à higienização dos ambientes, êles podem ser usados também como elemento decorativo, em magníficos painéis a côres ou decorando fachadas e corredores.

IA-Sr. 13.055



CHAPA DE EUCATEX ACÚSTICO "A" — 19 MM. DE ESPESSURA



CHAPA DE EUCATEX ISOLANTE 60 x 60 — 12 MM DE ESPESSURA

FÔRRO É EUCATEX



O BE-A-BÁ DA ACÚSTICA Constantemente o Departamento de Engenharia da Eucatex S. A. é chamado a resolver problemas de acústica: são novos projetos de escolas, hospitais ou auditórios, cinemas ou igrejas exigindo o conhecimento especializado de profissionais que há muito operam neste setor. Êste tipo de assistência técnica, cuja avaliação seria difícil transformar em cruzeiros, é oferecido pela Eucatex S. A. sem qualquer ônus para os interessados. Tal experiência se traduz no aperfeiçoamento contínuo das chapas Eucatex, com vistas à elevação do índice de absorção do barulho: e um Fôrro Eucatex elimina até 93% dos ruídos. Quando é necessário acrescentar silêncio ao projeto, conte com a ajuda do Departamento de Engenharia da Eucatex S. A. — Av. Francisco Matarazzo, 530 — Telefone: 51-9108 — São Paulo. A resposta às suas questões será imediata!



(Painel do artista brasileiro Poty, alusivo ao Cinqüentenario da Shell no Brasil)

50 ANOS NA PAISAGEM BRASILEIRA

Há 50 anos a SHELL integra a paisagem do Brasil. Operando nos vários campos em que se faz essencial a presença dos derivados de petróleo, a marca SHELL é hoje um marco do progresso do País, um empreendimento sintonizado com o desenvolvimento nacional. O que multiplica as alegrias dêste cinqüentenário - o cinqüentenário brasileiro da SHELL.

VOCÊ PODE CONFIAR NA SHELL MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA E BONS SERVIÇOS NO BRASIL

As Razões do Racionamento de Energia Elétrica

Quando os dirigentes da Rio Light verificaram que a vazão do Rio Paraiba era, no princípio do período de estiagem de 1963, inferior à do fim da estiagem do ano passado, concluiram que a única solução para evitar uma crise de graves proporções no abastecimento de energia eletrica ao Estado da Guanabara seria a adoção do racionamento, medida pleiteada ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e prontamente atendida, em face da seriedade da situação.

Na verdade, uma redução tão grande na vazão daquele rio — cujas águas movimentam quase todo o sistema gerador da Rio Light — causa problemas complicados à emprêsa concessionária, que conhece suas flutuações e sabe que, após o verão, a vazão do rio começa a reduzir-se e só volta a crescer no fim da primavera. Desta vez, porém, a estiagem começou com uma vazão inferior ao menor nível da estiagem passada.

Com tôdas as atenções voltadas para o racionamento recém-iniciado, um gerador de 70 mil quilowatts da Usina Nilo Peçanha, uma das principais do sistema, sofreu um defeito que lhe valeu a inutilização de várias bobinas. Os técnicos que localizaram a avaria estão bastante pessimistas quanto a um conserto rápido que possibilite uma melhoria imediata no sistema de abastecimento de energia elétrica ao Rio de Janeiro.

Providências

É claro que, tendo em suas mãos a tarefa de produzir e distribuir energia para os cariocas, a Rio Light sabia que, independente da maior ou menor vazão do rio Paraíba, haveria uma crise de energia elétrica em 1963, desde que não fôssem adotadas certas providências indispensáveis. Em abril de 1960, por exemplo, enviou carta ao Presidente da República demonstrando "a urgência da construção imediata de uma Usina Termelétrica, com a capacidade mínima de 200 mil quilowatts, sem prejuízo da realização do projeto de Funil, já então objeto de considerações do Govêrno Federal".

Depois de reafirmar os motivos da asfixia tarifária, que tolhiam, como tolhem, a expansão do sistema gerador, impedindo a Companhia de atender à necessidade de crescimento da capacidade produtora (desde 1955, todos os aumentos de tarifa tiveram o único objetivo de atender ao pagamento de aumentos salariais para os seus funcionários), a Rio Light sugeriu ao Presidente da República que lhe fôsse atribuída a tarefa de construir a usina termelétrica.

Quando se constituiu o Estado da Guanabara, a emprêsa voltou a alertar os podêres públicos, através do Governador Sette Câmara, para o quadro que, afinal, adveio em 1962-1963.

Em recente ofício ao Presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a Light informa que se dedicou "até o extremo limite das suas possibilidades financeiras", a ampliar a capacidade produtora dos sistemas. Indica ainda o ofício que a necessidade da construção da Usina Termelétrica, juntamente com a solução de emergência relativa à construção da linha Guarulhos-S. José dos Campos, foi oficialmente reconhecida.

Esclarece que a construção da Hidrelétrica de Funil e da Termelétrica ficaram ambas a cargo da CHEVAP e a da linha Guarulhos-S. José dos Campos, a cargo das Centrais Elétricas de Furnas, obras consideradas essenciais para o suprimento do chamado Sistema-Rio.

O ofício acrescenta que, visando à execução do programa de emergência para o suprimento do Sistema-Rio, a S. Paulo Light apresentou, em 15 de setembro de 1961, pedido de financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, mas êste estabelecimento resolveu conceder a Furnas o empréstimo pleiteado na parcela referente a linhas de transmissão e estações transformadoras.

Confirmação

A Light considera que se confirmaram, na atualidade, as previsões que indicou, "pela ausência oportuna das soluções preconizadas".

"Torna-se concreta a perspectiva de um déficit da capacidade geradora de energia, até que se efetive o plano de abastecimento de emergência, esposado pelas concessionárias e aprovado pelo Governo Federal, em 1961, consistente na transferência para o Sistema-Rio de energia disponível no Sistema S. Paulo, quando da entrada em funcionamento de várias usinas do govêrno daquele Estado e da primeira etapa da Central Elétrica de Furnas", declara a Light, acrescentando que a potência geradora do Sistema-Rio, incluindo-se as duas unidades da Usina Auxiliar de Lajes, em Ponte Coberta, é de 834.000 kW.

Acentua que, para o bombeamento de 160 m3/seg. de água do rio Paraíba do Sul, nas Usinas de Recalque de Santa Cecília e Vigário, é necessária a potência de .... 98.000 kW daí resultando que a capacidade disponível para o Sistema Rio é de 736.000 kW. Todavia, a solicitação de carga, no Sistema Rio, durante o corrente ano, deverá ser de 756.000 kW, em abril, devendo crescer, mensalmente, a partir dessa época, para alcançar o ápice de 792.000 kW em agôsto, declinando em seguida. Verifica-se, portanto, o déficit que ocorrerá, no suprimento de energia elétrica, entre abril e outubro e que, em agôsto, atingirá o ponto máximo.

A Light disse mais ao CNAEE: 1) Justifica-se, em conseqüência, o desligamento de circuitos, em caráter de emergência; 2) até 31 de outubro (quando deverá chegar a energia de Furnas e ocorrer o término da estação sêca), a situação dependerá, em grande parte, das vazões que vierem a se verificar nas bacias do rio Paraíba do Sul e de Ribeirão das Lajes, alimentadoras das usinas hidrelétricas do Sistema Rio; 3) o déficit de energia entre 1.º de abril e 31 de outubro será da ordem de 334 milhões de kWh; 4) o déficit poderá ser reduzido pelo bombeamento de maior volume de água do Paraíba do Sul, diminuindo a descarga a jusante de Santa Cecília, sempre que a vazão do rio atingir o volume inferior a 200 m³/seg; 5) impossibilidade da Usina Piraquê ser transferida para Niterói.

RIO LIGHT S. A.
Serviços de Eletricidade e Carris



Industrialização: **META** do Govêrno

estruturas **METÁLICAS**

EDIMETAL

solução preferida
pelos grandes industriais



FÁBRICA NACIONAL DE ESTRUTURAS METÁLICAS
"EDIMETAL" S. A.

SEDE: Rio - Rua da Carioca, 27-7.º andar - Tel.: 32-4210
Caixa Postal: 3723 - End. Telegr. "NACMET"
FÁBRICA: Barra Mansa - E. do Rio - Km 115 da Rodovia Pres. Dutra

9.010

Aos Arquitetos e Engenheiros

a BRAFOR

tem a satisfação de convidar para a exposição que está realizando até o dia 15 de junho no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro de MÓVEIS CONTEMPORÂNEOS PARA ESCRITÓRIO, na qual apresenta as suas últimas criações no setor de móveis para escritórios. Entre os modêlos apresentados destacam-se a Mesa Fabriziani *e a* Poltrona Pontual, *peças produzidas a partir das criações dos arquitetos Fabrizio Fabriziani, Arnaldo Ruschioni e Artur Lício Pontual e equipe, vencedores do Prêmio Cinqüentenário Brafor. Expõe também os móveis da Linha Holzäpfel, que fabrica com exclusividade no Brasil e os quais juntamente com a Poltrona Pontual, já se encontram em linha de produção.*

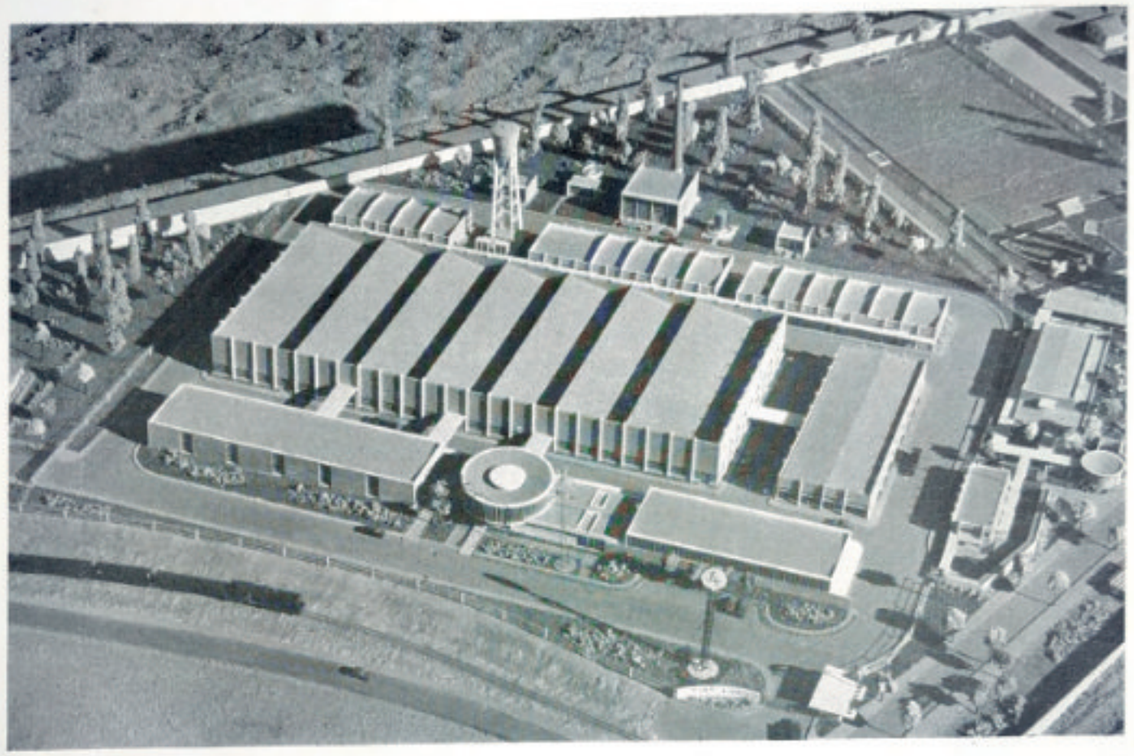
BRAFOR - Brasileira Fornecedora Escolar S. A.

Rio de Janeiro: R. México, 159 — tel.: 22-0180
São Paulo: Praça Franklin Roosevelt, 159 — tel.: 34-665
Pôrto Alegre: Av. Sen. Salgado Filho, 119 — tel.: 4478
Belo Horizonte: R. Bahia, 558 — tel.: 2-4611



ONTEM, UMA SIMPLES MAQUETE

HOJE, LUMINOSA REALIDADE



Dias de festa viveu todo o povo com a inauguração, em São Lourenço da Mata, da nova fábrica de fósforos da Cia. Fiat Lux. Representando um investimento superior a 1 bilhão de cruzeiros, todo um complexo industrial se pôs em marcha... a marcha do progresso. A nova fábrica produzirá 35 milhões de caixinhas de fósforos por mês, para ainda melhor atender ao mercado do Nordeste. De agora em diante, cada palito de fósforo riscado contribui para o desenvolvimento da região e de todo o país. Fósforos, hoje, são também nordestinos.

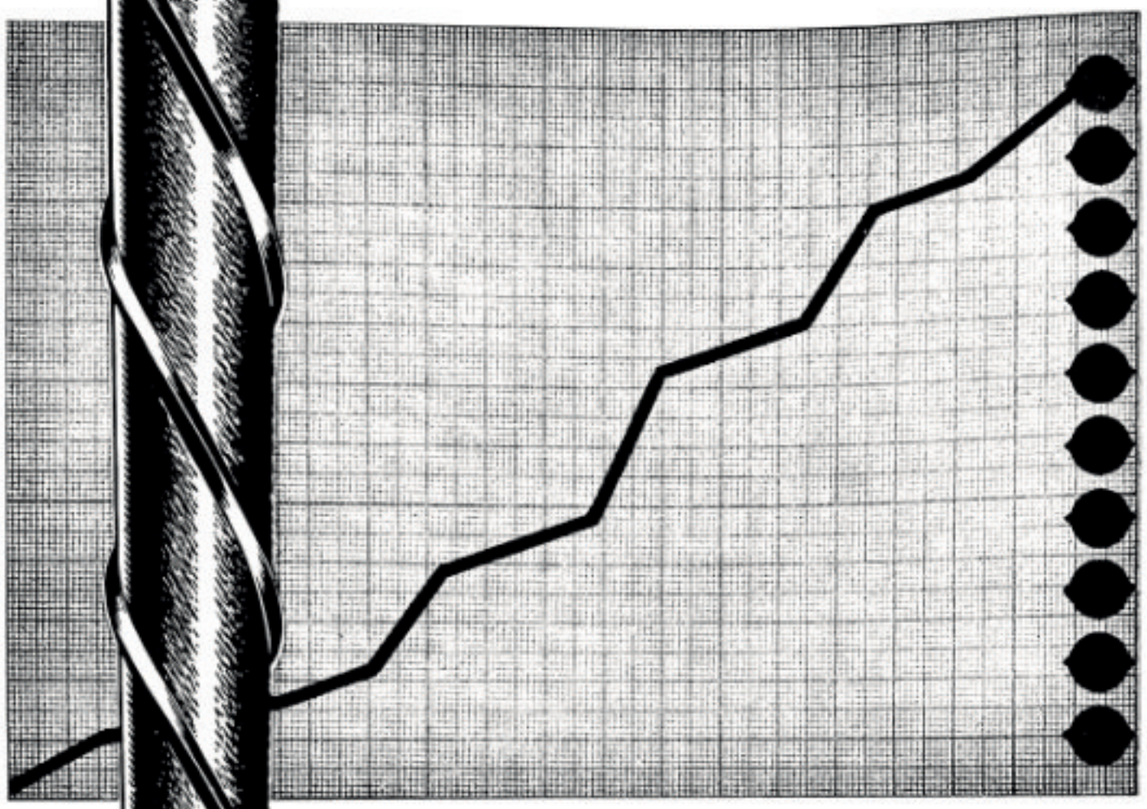
O complexo industrial, que aparece em primeiro plano, é complementado por um Conjunto Residencial, com casas confortáveis, escolas, creches, cooperativa, serviços médico-dentário, parques infantis, praças de esporte com campo de futebol, vôlei, basquete, piscina etc.

UM EMPREENDIMENTO FINANCIADO PELO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB-CARIN)

CIA. FIAT LUX, DE FÓSFOROS DE SEGURANÇA

SEDE: RIO DE JANEIRO

Exito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

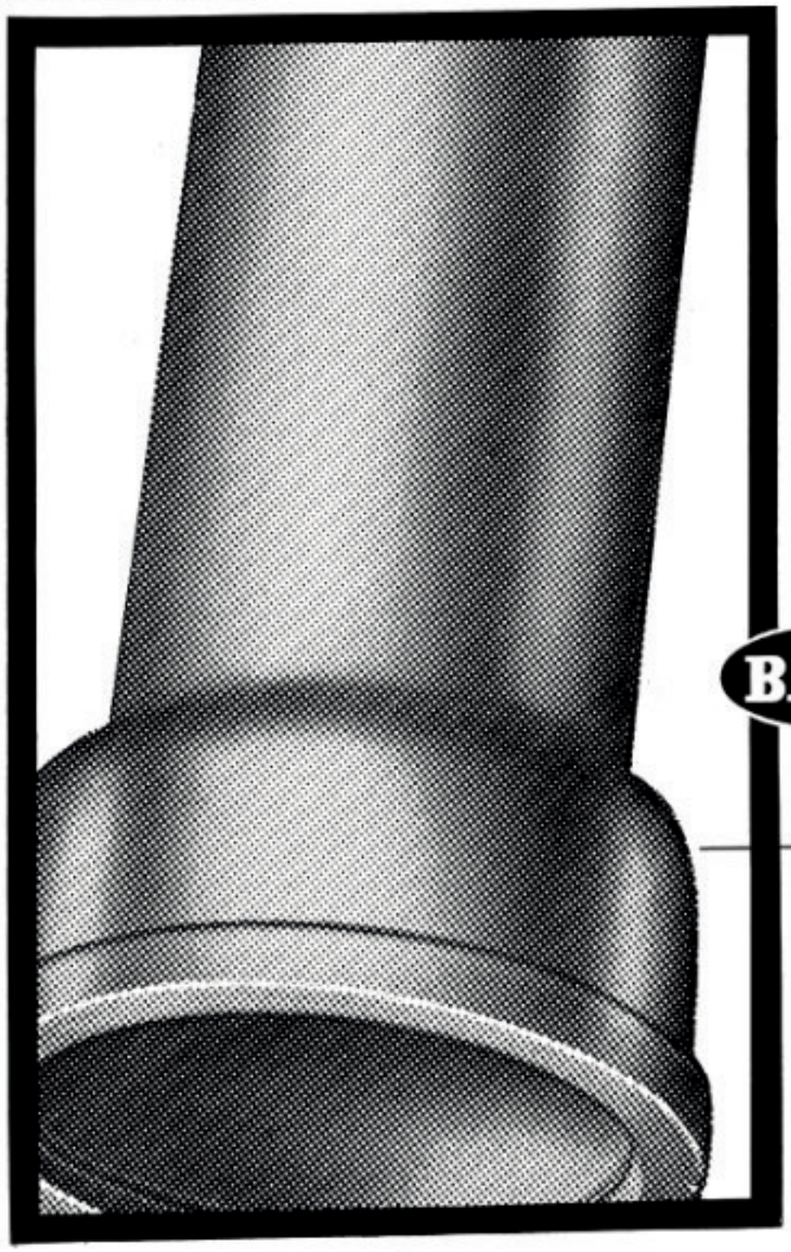
Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.

Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.

Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo

tubos e conexões barbará tipo "esgôto"

Tubos e conexões de ferro fundido são aprovados, sem quaisquer restrições, pela Norma NB-19R da A.B.N.T., para instalações prediais de esgotos sanitários. E a marca BARBARÁ identifica, no Brasil, os melhores tubos e conexões de ferro fundido. Fabricados por centrifugação, os tubos BARBARÁ tornam-se mais resistentes, mais fáceis de serrar, de durabilidade práticamente ilimitada e superior qualidade. As conexões, fabricadas em fundição inteiramente mecanizada, têm dimensões rigorosas e constantes e sua grande variedade permite executar qualquer traçado de encanamentos.



Fabricados nos diâmetros de 50 mm (2"), 75 mm (3"), 100 mm (4"), 125 mm (5") e 150 mm (6"), em comprimentos de 1 até 4 metros.

BARBARÁ

uma longa experiência a serviço do progresso

companhia metalúrgica barbará

Usinas: BARRA MANSA e S. PAULO
Escritório Central: Av. Almirante Barroso, 72 • 12.º • Tel. 22-9981 RIO DE JANEIRO
Filial: Pça. Pe. Manoel da Nóbrega, 16 • 11.º • Tel. 32-3181 SÃO PAULO
Agências: BRASÍLIA - GOIÂNIA RECIFE - CURITIBA - PÔRTO ALEGRE

Quem Especifica?

O ARQUITETO.

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

LAMBRIS
LOUÇA SANITÁRIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINARIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMINIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TAPETES
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELETRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TERMICAS
ACOSTICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FORMAS

ARQUITETURA

N.º 11, maio, 1963

Revista mensal do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Eduardo Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alfredo L. Britto — IAB; Álvaro Pacheco; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista - IAB; *secretário* — Alfredo L. Britto - IAB; *departamento de arte* — Roberto Sozzelli — IAB.

Editor:
Álvaro Pacheco.

Colaboradores: Claudius Ceccon - IAB; Ferreira Gullar, Carlos Diegues Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nélson Lins de Barros.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores:* Álvaro Pacheco e Reinaldo Alexandre Basinger — Trav. 31 de Agôsto, 6, grupo 201.

Representante em S. Paulo e Pôrto Alegre: REPRENAES — Representação de Jornais e Emissôras — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar (São Paulo) e Rua Cel. Vicente, 456 — 2.º andar — tel.:9-1446 — (Pôrto Alegre).

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; tiragem: 10.000 exemplares.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703, — Rio.

Publicidade e Assinaturas: RIO — Trav. 11 de Agôsto, 6 — Grupo 201 — tel.: 31-2641; S. Paulo — REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 33-3512; Pôrto Alegre — REPRENAES — Rua Cel. Vicente 456 — 2.º andar — tel.: 9-1446.

Composição e Impressão: Livraria Freitas Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

SUMARIO

2 Editorial
Reforma Urbana

4 O problema da Habitação e os Arquitetos
Para uma nova política da habitação popular
Arq. *José Claudio Gomes*
Projeto do Jacarezinho
Brenno Gyrino Nogueira

16 História
Manaus, aspectos de sua arquitetura
Luiz de Miranda Correia

20 Reportagem
A Técnica e Arte da Checoslováquia
Ferreira Gullar

24 Galeria
Artes visuais
Ferreira Gullar
Cinema
Carlos Diegues
Teatro
Cleber Ribeiro Fernandes
Música
Nelson Lins de Barros

34 Técnica
Arquitetura e Acustica
Alberto Vieira de Azevedo

36 Destaque

42 Claudius

43 Notícias

44 Cartas
Estante

50 Legislação

53 Bôlsa de Materiais

55 Neo Rex do Brasil Ltda.

56 Novos Materiais

Reforma Urbana

foto: Affonso Henriques



A Reforma Urbana passou a ter repercussão quase idêntica à da Reforma Agrária. Desde algum tempo todos falam, discutem, criticam ou lutam e se batem pela Reforma Agrária. Radicalizaram tanto as posições em tôrno dela que alguns dizem: "na lei ou na marra ela tem que sair".

A frase **reforma urbana** é mais recente. Surge, agora, como um grupo de palavras, quase que apenas como um fonema. Não encerra, para a grande maioria, nenhum conceito claro e definitivo. Lançado como instrumento demagógico, importa mantê-lo vago e pouco preciso. Ao processo publicitário interessa a mutiplicidade de conotações que a frase possa despertar. Que cada um trema ou anseie segundo a quantidade de imóveis que possua.

Num meio onde o deficit habitacional é alarmante e as condições de moradia são extremamente miseráveis, o impacto da frase está fadado ao mais absoluto sucesso. Políticos pertencentes aos mais diversos matizes partidários repetem-na, conjugando-a com seus chavões eleitoreiros mais caros.

Falava-se, antes, da necessidade de enfrentar a crise residencial. Falava-se, primàriamente, em têrmos de **casa**. Morar restringia-se, para os que falavam, à ocupação de um espaço coberto e envolvido por paredes. Um espaço encerrado. Importava, não o material que deveria constituir as paredes e o teto. O fato de que as paredes precisavam ser fincadas no solo, forçava a pensar no terreno onde levantá-las. Findava aí o conceito de moradia. Conceito arcáico, próprio de uma cultura não urbana. Conceito de uma sociedade que, se não chegou a realizar inteiramente uma etapa agrária, pelo menos dela tirou suas raizes culturais mais marcantes.

O fenômeno da violenta urbanização dos últimos anos obriga-nos, entretanto, a reformular tôda esta conceituação de morar. A **casa**, numa cultura urbana, não pode ser considerada sòmente como um espaço encerrado. Ela é, antes de mais nada, uma parcela de um espaço mais amplo: **a cidade**.

Estabelecer as bases de uma vida urbana orgânica é a tarefa fundamental que se impõe à cultura brasileira. Para tanto, cumpre, de início, repensar a conceituação do ato de morar. A cidade foi considerada, até agora, como o resultado de uma simples multiplicação de unidades residênciais que rompe o espaço físico da pequena vila colonial.

Pensar a cidade nêstes têrmos determinou a criação dos grandes centros urbanos brasileiros, todos marcados por um gigantismo que, por suas deformações, assemelha-se à elefantíasis. É verdade que, algumas vezes, foram tentadas intervenções drásticas que retalharam a velha estrutura. Abriam-se grandes rasgos, destinados a permitir uma circulação que aumentava de volume. Mas, estas vias logo se enfartavam — e exigiam novos. O crescimento que parecia ser a solução brilhante e definitiva mostrou, muito cedo, o que desde o início era evidente. Multiplicar unidades residenciais em altura, implica em aumentar, agora já em progressão geométrica, o número de habitantes e consequentemente todos os problemas sociais e econômicos da coletividade. Os terrenos valorizam-se artificialmente. As obras públicas necessárias a atender o incremento populacional e o crescimento físico da cidade tornam-se caríssimas e quase inviáveis, quando é necessário desapropriar, pois tudo tem que ser feito à base da supervalorização da terra. A febre imobiliária retalha a área adjacente ao núcleo urbano criando loteamentos absurdos, tornando impossível qualquer solução orgânica.

A tudo isto deve ser juntado ainda o sistema político-administrativo que leva a execução de obras imediatas, capazes de dar inaugurações vistosas e resultados a curto prazo. A falta de uma consciência pública de problemas desta natureza estimula a ação parcelada e sem planejamento

Raciocina-se e age-se, portanto, em têrmos ùnicamente de agregação, de empilhamento. Na rua colonial feita para transitar o homem, o cavalo e no máximo o tilburi permitem erguer prédios de 20 e mais pavimentos. Sôbre o traçado irregular da vila colonial abrem-se ruas e avenidas ao sabor de um desenvolvimento urbano anárquico e incoerente. As favelas agregam-se à estrutura urbana, enquistando-se em tôdas as faixas livres. A área suburbana espraia-se criando problemas enormes para seus habitantes. Morar torna-se, nestas casas, para o que trabalha fora do subúrbio, equivalente a local de dormir. Vocábulos aparecem para significar esta condições de subvida: "cidades dormitórios", "usinas de sono"...

Para estes males o remédio é um só e tem o nome que começa a surgir em tôda a parte: **Reforma Urbana**. A expressão é perfeita em seu sentido. Desta **reforma** necessitam urgentemente tôdas nossas cidades. Não só as maiores como o Rio e São Paulo, mas tôdas as outras e principalmente as que como Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza e Belém trilham o caminho do futuro gigantismo.

A **Reforma Urbana** tem sua raiz na terra. A terra da cidade deve ser usada em benefício da coletividade e não para proveito de alguns dos seus membros. Êsse ponto é essencial. Não deve ser esquecido ou desviada a sua atenção para outro aspecto muito menos importante, no momento: a propriedade das habitações existentes. Não será legislando sôbre a posse das residências existentes que se resolverá a crise urbana e de habitação. A Reforma deve ser feita na origem. Na terra onde vamos construir a cidade. Para tanto, é necessário disciplinar o seu uso e a sua posse. A propriedade da unidade residencial, em si, é o que menos importa, dentro de uma estrutura urbana sadia. Tê-la como propriedade privada ou tê-la como usufruto permanente, que diferença representa para aquele que, na casa, busca apenas construir um lar, ou a sua morada? Esta diferença pode significar muito, para aquêle que visa na necessidade humana de morar, a oportunidade de especular.

Mas é logo o caminho para chegar até lá. A mensagem presidencial transcrita no nosso último editorial trouxe uma grande esperança. A mensagem encarava o problema residencial como poucas vezes havia sido feito no Brasil. Nela a solução da crise de moradias era encarada em função do planejamento urbano. Era um grande passo a frente. A mensagem anunciava ainda a reforma urbana e a ativação do Conselho Federal de Habitação, destinado-lhe uma missão das mais importantes.

Os arquitetos brasileiros, através da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil, hipotecaram, de imediato, integral apoio à política habitacional e urbana exposta ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. Viam na execução de uma política desta natureza a única forma correta de poderem exercer a sua profissão e participar ativamente do processo de formação de uma autêntica cultura urbana brasileira.

Mas o tempo passa e as medidas anunciadas não se concretizam. O Conselho Federal de Habitação continua existindo apenas no papel. A mensagem não pode, agora, transformar-se em mais um conjunto de palavras. Os arquitetos brasileiros esperam que o Presidente da República inicie imediatamente a execução da política habitacional e urbana. ■

Para uma nova política da habitação popular

arq. José Claudio Gomes

Qualquer dia vamos fazer uma reportagem sôbre as revistas de arquitetura que foram tentadas no Brasil. Anteprojeto, Pilotis, Brasil — Arquitetura Conteporânea, Bem Estar... ***Hoje, ao transcrever uma matéria sôbre o problema da habitação de autoria dos arquitetos José Cláudio Gomes e Brenno Cyno Nogueira reverenciamos a memoria de*** Bem Estar.

Bem Estar, ***pretendeu ser uma revista de arquitetura. Revista séria. Bem feita. Capaz de trazer subsídio cultural importante aos seus leitores. Como tantas outra não conseguiu resistir e, lamentàvelmente, deixou de circular. O travo amargo que fica da experiência de tentar fazer, em nosso meio, uma publicação como quis ser Bem-Estar, nos o conhecemos.***

A matéria foi publicada no n.º 4, março-abril de 1959. Refere-se ao Conjunto Residencial de Jaçanã, ***realização do Montepio Municipal de São Paulo. José Claudio Gomes é o autor do projeto. O texto de sua autoria "Para uma política de Habitação" trata do problema residencial e discute as três soluções imaginadas para Jaçanã. O arquiteto Brenno Cyrino Nogueira, secretário de redação de Bem-Estar, apresenta o projeto de J.C.G. para o conjunto.***

O problema da habitação popular, tal como deve ser proposto, é um problema nôvo. Requer, portanto uma solução livre, direta e radical. Para novos problemas, novas soluções.

Infelizmente, no caso presente, ela não é tão nova e radical como quiséramos que o fôsse. Não tanto no que se refere às habitações "em si", mas à "vizinhança" em que elas se colocam e à "escala" do conjunto. Isto é, ao problema da "casa" inscrita numa "Comunidade" que é o problema que deverá interessar a uma Instituição como esta que quer realmente resolver o problema da habitação aos que dela dependem.

A escala do Conjunto do Jaçanã — é a de um simples quarteirão (7.800 m² para 200 habitantes), quando deveria ser, isto sim, a escala de uma comunidade com o seu correspondente equipamento social mínimo exigido pelas normas mais elementares do "viver no dia de hoje", a saber: centro comunitário, creche, clube de reunião, jardim de infância, etc., equipamento êste que não teria o significado de um simples luxo ou de uma oportunidade a mais para meia dúzia de placas comemorativas, mas sim, o significado de restauração no mundo de hoje desta perdida e necessarissima coesão social e contato do homem com o homem.

Sou dos que ainda acreditam (e com que ingenuidade!) que um conjunto residencial planejado realmente com base nos valôres humanos e não imobiliários, constitui inclusive fonte de renda imobiliária. Pela propaganda favorável, quando mais não seja pela "'excentricidade", que advirá a quem se dispuser a empreender tal iniciativa. Principalmente nos tempos bicudos que correm, em que o homem, já agora reduzido irremediàvelmente à condição de "tantos cruzeiros" que devem render "tanto de lucro" após "tantos meses", uma solução que o recoloque na sua perdida posição de mestre e senhor da criação, parece realmente uma aberração, um anacronismo e uma excentricidade.

E porque todos os valôres do mundo de hoje foram "tão sistemàticamente subvertidos", chegamos agora ao estado de considerar o "homem — senhor — da — matéria" como uma entidade tão estranha, anacrônica e inatu-

al como as antigas botinas de borzeguim ou os bicos de iluminação a gás.

Por isso, e por muito mais, é que esta instituição, se está realmente intencionada a resolver de vez o problema da habitação, tem ela em mãos esta oportunidade excepcional de inaugurar uma nova política de ação efetiva que considere o problema na sua vasta, difícil e complexa totalidade e não nos seus meros aspectos parciais, financeiros, politiqueiros ou imobiliários.

Tal política se traduziria, desde logo, em:

1) Fixação, "a priori", e antes de qualquer consideração, do padrão social-econômico do beneficiário para o qual se irá construir (operários? classe média? altos funcionários?).

2) Fixação de um mínimo de habitantes por conjunto, a fim de que fique garantida a necessária coesão social do conjunto. Êsse mínimo varia de 800 a 1.000 habitantes, segundo as boas normas do planejamento de comunidades.

Como conseqüência teremos:

3) A escolha da área (sempre compatível com as disponibilidades da Instituição) em localização e tamanho que será sempre função do número de moradores. Enfim, obedecimento rigoroso dêsse índice que une o número de moradores e uma certa área de terreno, e que se chama Densidade Populacional. Para conjuntos suburbanos do tipo apresentado não deverá ultrapassar o índice de 1 habitante/100 m² (notar que no caso presente estamos com 1 habitante/40 m², índice, portanto, altíssimo). Aliás êstes índices e o critério de estabelecimento dos mesmos constam do projeto-de-lei de outubro de 1954 ora em tramitação pela Câmara Municipal. (1)

Homogêneo:

4) Formação de um agrupamento social Homogêneo e Estável.

a) pela fixação anteriormente sugerida no item 1.

b) pela "enquete" prévia junto aos futuros moradores para se conseguir o mesmo padrão econômico de vencimentos, as mesmas possibilidades financeiras de aquisição do imóvel, e demais características de comportamento social que permitam um grupo o mais homogêneo possível.

Estável:

a) pela criação de centros de interêsse comum dentro da própria comunidade ou vizinhança (centro de reunião, clube, jardins comuns, creche, etc.).

b) pela conseqüente radicação e fixação dos moradores no local.

c) principalmente pela abolição total da especulação imobiliária ou de transações futuras com os imóveis adquiridos em conjuntos residenciais financiados pela Instituição.

Estas seriam em linhas gerais, e muito sumárias, as sugestões que deveriam informar uma política sadia, honesta e eficaz para solução da habitação no âmbito restrito de influência desta Instituição.

TRÊS SOLUÇÕES PARA O CONJUNTO RESIDENCIAL DO JAÇANÃ

Enquadrado nos princípios gerais anteriormente descrito e que devem reger tôdas as atividades de caráter, não apenas assistencial, como principalmente tôdas as atividades tendentes a possibilitar às classes mais desfavorecidas a obtenção da casa própria é que foram desenvolvidas e são agora apresentadas à apreciação desta Junta, estas três soluções.

SOLUÇAO "A"

Grupamento de três habitações em tôrno de um núcleo central que reune as instalações mecânicas (tubulações, encanamentos e instalações hidráulicas e elétricas para 3 cozinhas e 3 banheiros, e os depósitos de água individual para cada casa). Iluminação destas peças, por lanternins altos, acima do telhado, o que dá um pé direito mais elevado nas cozinhas e banheiros, possibilitando a exaustão natural de gorduras e fumaças. Na parte superior, ao lado, ou acima dos lanternis de iluminação se acham as caixas dágua para cada uma das casas.

Construção em tijolo, sem revestimento, por dentro e por fora, o que, sem falar na economia enorme que isto representa em material e mão-de-obra na argamassa de revestimento, possibilita bons efeitos decorativos e de côr material.

Em volta dêste, verdadeiro "blocd'eau", como o chamam franceses, se desenvolvem as demais peças das casas, a saber: a sala e os 2 dormitórios eo s jardins internos respectivos.

Nestas peças, de distribuição muito simples, seria empregada a técnica da "panelização" intensiva. Isto é: paredes muito leves, compostas de painéis aproximadamente de 1,22m por 2,44m isolados térmica e acùsticamente. Executados na oficina, viriam para a obra prontos para a sua rápida e fácil instalação. O material dos painéis poderia ser o mais variado possível: comercialmente existe na praça, atualmente (indústria relativamente nova aqui, mas antiga alhures), os "duratex", "eucatex", "celotex" (todos da classe dos "herd-boards", ou sejam, compostos à base de fibra de madeira prensada), os "brasilit", "interflex", "eternit" (à base de cimento amianto) "eraklit", "gabilit" (à base de raspas de fibras de madeira, também prensadas), os "compensados" dos mais variados tipos e, finalmente, a boa, velha, antiga e sempre eficiente madeira em tábuas comuns ou aparelhadas com encaixe de macho-fêmea. Enfim, a gama de variedade para escolha é, felizmente, enorme, graças à tecnologia de hoje. Para o caso, contudo, seria aconselhável, pela ordem: o compensado à prova dágua, as tábuas de peroba e finalmente, os "duratex" os "eucatex".

Tôdas as peças de habitação (salas e quartos) sempre se abrem para os jardins internos, ou pátios, conforme a sempre boa tradição árabe-portuguêsa. O esquema, aliás, se baseia na própria disposição das casas em blocos com a forma de pentes encaixantes, deixando livres os espaços internos que seriam aproveitados para jardins íntimos, contràriamente aos do tipo usual, colocados logo à entrada das casas, antes por um espírito de se-mostração e de vaidade pessoal do morador do que de utilização real e efetiva como local de estar à vontade.

O agrupamento de 2 blocos de 3 casas dá 1 bloco de 6, perfazendo, portanto, o total máximo de casas permitido pelo código de posturas.

Finalmente, cobrindo tudo isto, e protegendo contra o sol, chuva e vento, teríamos uma cobertura plana, composta de um tabuado (de madeira, ou de "hard-board" mesmo) impermeabilizado com asfalto e com uma ou mais camadas de feltro asfáltico "ondalit". O resultado disto é a mais barata, econômica e eficiente cobertura nos tempos que correm, para o confôrto do homem de hoje.

O conjunto, nesta solução (como nas demais), foi disposto, também, sempre com vistas à orientação solar, a fim de garantir a tôdas as unidades, a indispensável aeração e insolação em todos os meses do ano. Disto são testemunhas os pequenos pátios internos.

Exposto, assim, ràpidamente, em suas linhas gerais, vejamos numa rápida autocrítica as vantagens (e desvantagens) desta solução.

As suas vantagens são óbvias:

1) — extrema economia prevista pela total concentração da parte mais onerosa da construção: as instalações.

2) — conseqüente barateamento previsto no custo das tubulações, no caso, fabricadas integralmente na oficina, em grandes painéis hidráulicos montados em "chassis" de madeira ou metal, e que seriam trazidos para a obra prontos para receberem os aparelhos, resultando em:

3) — redução apreciável na mão de obra de encanador e auxiliares que, apenas, interviriam na ligação e instalação dos aparelhos.

4) — facilidade e simplicidade na inspeção dos encanamentos em qualquer época e ocasião, já que os mesmos não seriam do tipo "embutido" mas sim apenas "alojados" no interior de uma parede dupla.

5) — a abolição das alvenarias pela adoção de painéis pré-fabricados para as paredes das demais dependências é o único caminho, atualmente, para o barateamento da construção, sem abrir mão de um alto "standard" de construção, habitabilidade e confôrto. Enfim, a aplicação do método da fabricação industrial no setor da construção civil, como meio legítimo do seu barateamento.

Desvantagens:

1) — A principal objeção a esta solução (em relação às soluções b e c), é de ordem social: refiro-me ao famigerado conceito do "chaque maison et son petit jardin".

Nada de bom, de útil e de autêntico se produzirá se não se fizer uma revisão radical na atual maneira de se encarar a propriedade individual. Isto é, no caso presente, o esfôrço conseguido em dar "cada casa o seu jardinzinho" foi grandemente prejudicado pelo muito que se poderia conseguir concentrando mais as construções em benefício de alguma área livre, comum a todos os moradores, (tal como se aponta nas soluções B e C).

Esta é a maior objeção a esta solução e grande bastante para invalidá-la.

Passemos, portanto, ao outro caso.

SOLUÇAO "B"

Casas assobradadas, em série, geminadas em grupo de seis, do tipo comumente conhecido como "Ford", perfazendo um total de 38 habitações.

Disposição do conjunto na periferia do terreno possibilitando a formação de um "play-ground" interno para crianças, etc.

O bloco "tipo" de 6 casas é composto da seguinte maneira: grupamento das casas, duas a duas, em tôrno de um núcleo de instalações que abriga, no pavimento térreo, as instalações da cozinha e, na mesma prumada

vertical, no pavimento superior, as instalações do banheiro, os seus lanternins de iluminação, e o reservatório de água. No pavimento térreo temos, além da cozinha e anexa a ela, uma área de refeições e a sala de estar. A origem desta disposição em planta, prende-se ao seguinte fator básico e de extrema importância em problemas déste tipo: a exigüidade das peças exige que se mobilizem todos os recursos de engenho e arte para abolir esta sensação de clausura e de pressão que é a norma e o sêlo de tudo quanto é casa barata que se faz hoje no mundo inteiro. Por êste motivo, é que a disposição das peças, principalmente as de habitação diurna e os quartos, foi a mais "aberta" possível. Isto é, redução ao mínimo indispensável das divisões, paredes ou portas que enclausurem desnecessàriamente os moradores. Bem considerada a planta proposta da solução B, vê-se que se trata de um só ambiente, apenas diversificado pelas suas funções de uso. Basta, apenas, a título e fecho, (não fôsse por uma concessão de nossa parte a um preconceito muito fundamente arraigado nos hábitos de morar de nossa gente) um pequeno biombo corrediço de madeira ou outro material para "proteger" a cozinha de "olhos devassadores de intrusos". No pavimento de cima, procurou-se dar também, dentro do possível, esta mesma impressão de largueza e de liberdade, equipando os dois dormitórios cada um com o seu pequeno terraço, coisa de resto de muita utilidade prática, como se sabe.

Finalmente, coroando tudo vem um telhado tal como já ficou descrito na solução A.

Aliás, "construtivamente", isto é, no que concerne à técnica da construção as casas apresentadas quer na solução A, B ou C, encerram os mesmos característicos. Apenas, o que vem variando, à parte pequenas mudanças de disposição em planta, é a implantação e a distribuição dos blocos no terreno.

A vantagem desta solução sôbre a anterior, além da grande vantagem de conferir aos moradores maior liberdade de ação e vista mais desafogada com o "play-ground" logo em frente, reside evidentemente na área maior que se obteve para as diversas peças. De qualquer forma, seria, em primeira aproximação, imprevisíveis o sucesso econômico de tal solução, frente aos futuros compradores, pois, devido ao fato de serem residências assobradadas, a sua área total de construção (100 m²) talvez significasse uma transação onerosa para os "barnabés" municipais que as fôssem adquirir. De qualquer maneira, o tom de reserva destas últimas palavras vai por conta do desconhecimento exato dos atuais níveis de preços, o que de resto é questão já afeta aos profissionais interessados na construção dos imóveis. O custo decorrente de u'a maior área de construção, me parece pois, o principal óbice a esta solução B.

Resulta evidente então, a esta altura, que a solução ideal seria aquela que aliasse tôdas as vantagens das anteriores (sem as suas desvantagens, evidentemente).

Temos então a solução C, que é a que reputamos como a melhor entre as três propostas: casas térreas geminadas e um "play-ground" interno, comum a todos os moradores. O número de casas permanecendo quase sempre o mesmo, julgamos esta a solução ideal para o caso em estudo e dentro das condições impostas "a priori". Com uma área construída de 73m², e lançando mão de todos os estratagemas já anteriormente apontados para o barateamento da construção, creio ter chegado a condições satisfatórias de economia e cunsto.

.....

"A solução ideal dentro das condições impostas "a priori".

Aqui se pode resumir tôda uma série de questões de extrema importância que sòmente uma visão larga e elevada das coisas poderá abarcar em tôda a sua complexidade.

Complexidade sempre dramática.

Sempre dramática porque muito poucas são as pessoas capazes de sofrer na própria carne o desalojamento e a falta de habitação universal que há no mundo de hoje. Tudo isto motivado por aquelas "condições impostas" "A priori".

Vejamos o nosso caso presente: olhando com aquela visão larga e elevada das coisas, o Conjunto Residencial do Jaçanã, ora proposto, nada mais é senão uma tímida e acanhada experiência no campo da habitação popular. Fundamentalmente, não é a solução. Nem sequer chegou a levantar o problema fundamental que é o da integração do morador na sua vizinhança.

O Conjunto Residencial ora proposto não atingirá sequer a 10% do seu objetivo total sem a adoção de uma nova política que mais adiante se propõe.

Mesmo assim, dentro da amisa de fôrça de tão exiguo terreno, a solução proposta foge claramente das corriqueiras soluções de caráter meramente imobiliário e mercenário que caracterizam os "loteamentos e arruamentos" das famigeradas "cidades-jardim" que hoje pululam qual nova modalidade daninha de cogumelo, para se localizar na boa, antiga e sadia tradição do planejamento para o "homem total" e não para um homem transformado em cifras e cruzeiros.

CONCLUSÃO

Ora, resulta evidente, com base no que foi exposto, que o atual plano proposto carece totalmente de um mínimo sequer de diretrizes panorâmicas ou de estudo prévio do problema. Começou-se por onde devia terminar-se, ou vice-versa. O plano que ora se propõe devia ser o resultado final de todo um levantamento cuidadoso da situação dos contribuintes que dependem da Instituição.

Resultado de todo um estudo prévio e muito cuidadoso da localização dos futuros moradores.

Resultado de um levantamento estatístico completo (fácil, de resto, por que reduzidíssimo o número de contribuintes) das condições que mais de perto consultassem aos interêsses e reais necessidades dos futuros moradores. Enfim, o plano que ora se propõe, que "já" se propõe, melhor dito, deveria ser aquilo que não é: o reflexo de um estudo prévio cuidadoso e acurado das condições de vida, daquilo de que necessita realmente no que concerne à habitação própria o contribuinte municipal. Enfim, deveria ser o resultado de um Plano de Ação Orgânicamente Estruturado e Definido.

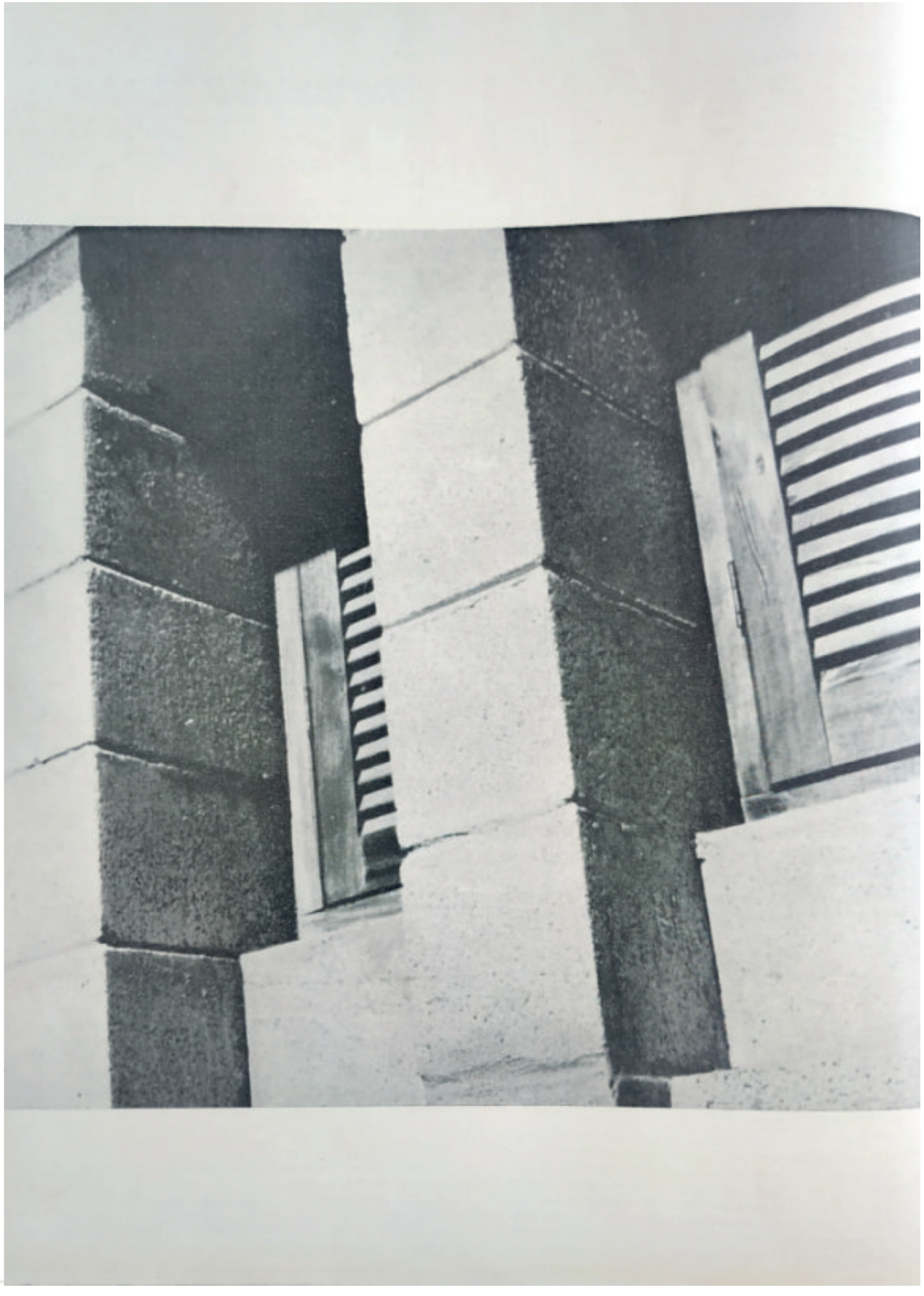
Em todo o caso, por que não tentar tudo o que aí ficou sugerido (e muita coisa mais!) no próximo conjunto Residencial?

Naquele que se chamasse, por exemplo, de "Conjunto Residencial da Passárgada".

Porque então, poderíamos dizer como o poeta:

"Vou-me embora pra Passárgada".

"Lá sou amigo do Rei"...



Conjunto Residencial do Jaçanã

Utilizando-se dos materiais que
tecnologia moderna coloca à disposiç
do arquiteto, as casas foram projetad
em alvenaria de blocos de concreto
po Reago. A solução torna mais econ
mica a construção, dispensando o
vestimento por dentro e por fora, o q
traz no cômputo geral, grande econ
mia de mão-de-obra e material. Tôd
as plantas foram feitas de acôrdo c
um módulo correspondente ao tamar
dos blocos pré-fabricados, aproveit
do-se ao máximo das possibilidades
téticas que o material concede,
colunas que separam as janelas,
mo nas casas do tipo C, nos volume
planos das caixas dágua e das flo
ras. Cada tipo de casa foi objeto
um cuidadoso e pormenorizado est
também neste particular, e a orien
ção geral da obra é de tôda a coerên
entre a forma e o material usado.

A rigidez e a dureza quase mono
ca do material, das superfícies e
volumes acaba sendo quebrado por
verdadeiro arranjo dos blocos e
uso dos diversos tipos fabricados de
cos de concreto.

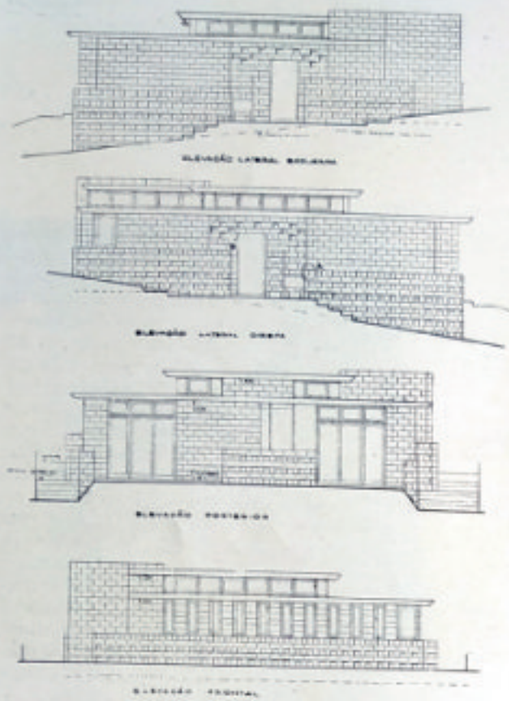
O telhado é plano, de **eraklit,**
duas camadas de impermeabiliza
de feltro asfáltico **ondalit,** ligados
asfalto. Possui beirais e inclinaçã
3% para o escoamento das águas.
estrutura é de madeira, econômica
o ponto de vista de material e cons
ção. A solução em dois planos dife
tes permite que em todos os quatr
pos de casa se possam iluminar as
ças centrais, que são as cozinhas
banheiros, por meio de lanternins,
tados de basculantes.

Juntamente com volume criado p
caixas dágua constituem boas solu
de valorização estética da obra.

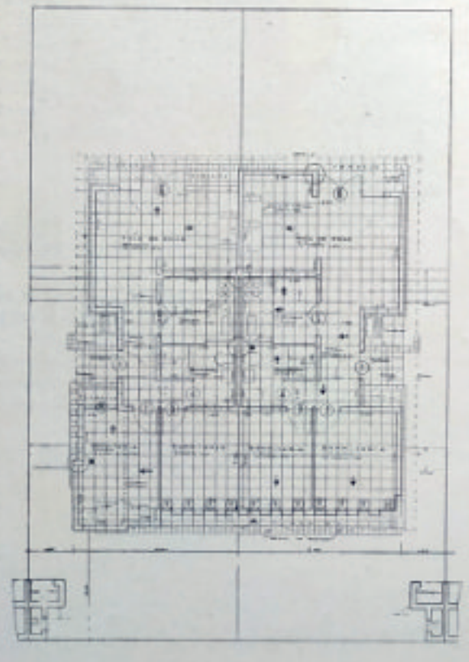
De modo perfeitamente correto, c
tituida uma equipe de especialistas
o projeto do núcleo residencial, a
atuação deveria mais do que nunca
terferir na escolha do local ond
instalaria o conjunto de residênc

Texto do arquiteto

Breno Azerino Nogueira



Casas tipo B



"... Uma arquitetura regional quanto mais local tanto mais universal..."

Normalmente, o que temos presenciado é um processo inverso no planejamento, em que o arquiteto, o urbanista e os especialistas não participam da escolha do terreno onde se realizará o empreendimento, prevalecendo sòmente, nessa escolha os argumentos de ordem financeira e administrativa.

A escolha do terreno constitui um passo de tanta importância quanto a realização do próprio projeto do núcleo.

O terreno onde se ergue o pequeno núcleo residencial do Montepio Municipal de São Paulo, localiza-se no Jaçanã, bairro mais conhecido como Vila Constança. Como a maioria das áreas da cidade de São Paulo, o seu uso ficou estabelecido ao influxo dos loteamentos arbitrários, freqüentemente clandestinos, tendo como principal escôpo o negócio imobiliário tão sòmente. Nêle se estabeleceram populações de menores recursos, resolvendo o próprio problema habitacional em condições muito precárias, como acontece na grande maioria dos bairros periféricos de São Paulo. Há falta dos serviços de esgôto, de sargeteamento, das galerias de captação de águas pluviais, de iluminação pública, de calçamento ou asfalto. A pavimentação penetra simplesmente as principais ruas do bairro que adquirem, assim, fôro de vias de acesso ao centro da cidade, porque são imprescindíveis às comunicações. A própria coleta de lixo é, na maior parte do bairro, inexistente, servindo de depósito do mesmo, os terrenos baldios e as próprias ruas.

A população se organiza, portanto, nas estreitas ruas e dentro dos seus lotes sem maiores exigências do que aquelas impostas pelos rudimentos de urbanismo contido nos códigos de obras, quando são tais rudimentos observados. Extende-se, assim, até a vizinha localidade de Guarulhos, um aglomerado humano desordenado, em uma vasta região, incluindo diversas vilas e bairros, sob o nome genérico de Tucuruvi.

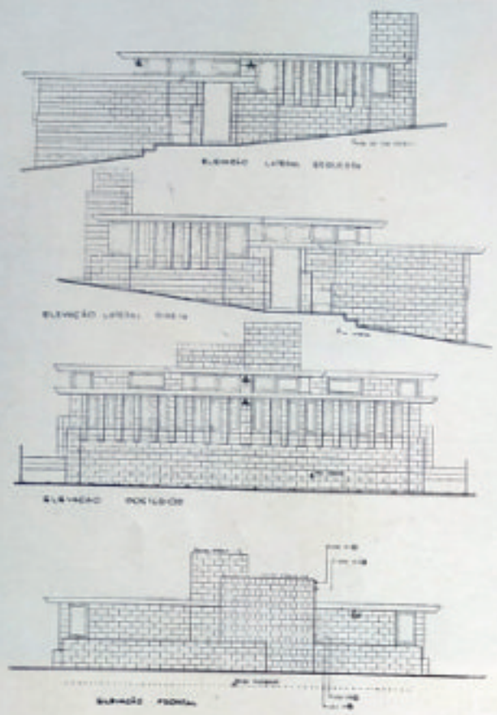
O tipo de habitação dominante no Jaçanã é a residência de operários qualificados e trabalhadores braçais (cêrca de 93% da população), dissolvidos no ilogismo do traçado das ruas e travessas. A maioria da população habita casas populares de tijolo (cêrca de 40% do total das habitações) ao lado de outras de caracteristicas médias de habitabilidade. Há, por outro lado, alguma quantidade de vivendas de caráter precário do tipo das favelas.

Em matéria de equipamento social as suas condições são da mesma forma precárias das relações sociais entre intensidade das relações sociais entre os seus habitantes. É um critério importante que não pode deixar de ser levado em consideração no projeto dos núcleos residenciais. Mais ou menos na região correspondente à Vila Constan-



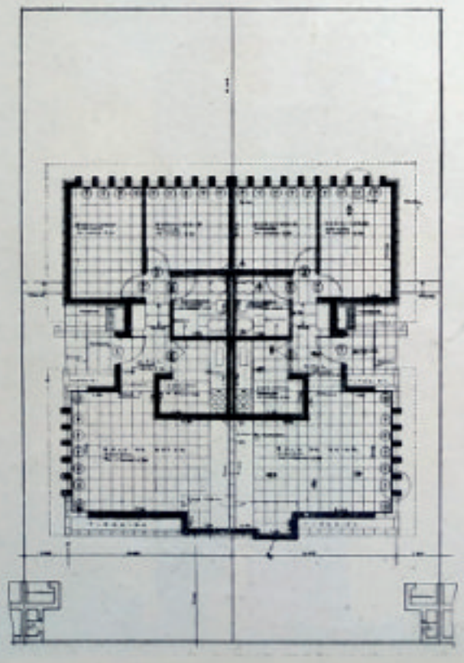


11

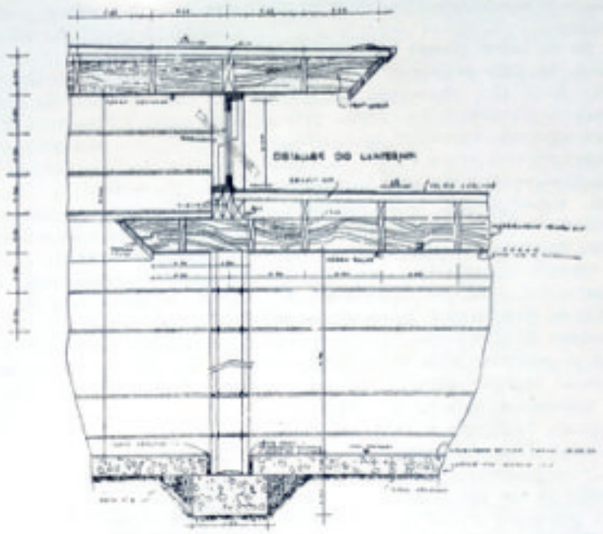


Casas tipo C

12



"... a arquitetura é êste nosso dia a dia que se transforma com naturalidade em cheios e vazios, ritmos, luzes e sombra. É êste quotidiano que poderá começar por exemplo com a construção de habitações para as populações pobres e desemparadas..."



"Detalhe da cobertura mostrando os lanternins de iluminação das cozinhas e dos banheiros.



"... por contraste e oposição: planos horizontais abertos em balanço..."

ça, onde se localiza o núcleo, distribuem-se atualmente cêrca de 1.322 famílias.

Há no bairro poucas indústrias, que além do mais pertencem à categoria das leves não oferecendo, portanto, maiores inconvenientes. Ainda, com a sua natureza separadora, ou limítrofe, chega até o Jaçanã a Estrada de Ferro da Cantareira, o que sem dúvida alguma, constitui um fator fortemente orientador na distribuição das populações operárias suburbanas.

Terreno equivalente a um "simples quarteirão", com área de 7.800 m², inclina-se para o leste, apresentado um desnível de 10 metros. Não comporta, sob o ponto de vista da arquitetura, solução próxima daquela que levaria o arquiteto a projetar o núcleo procurando "inscrever a casa na comunidade". Pode tão sòmente abrigar 200 habitantes, com uma densidade populacional de um habitante para cada 40 m², que não é a ideal, no entender do próprio projetista. Criando nos limites com os outros proprietários (a oeste e a sul), uma via de acesso de 6,50 m de largura, transformou-se o terreno em uma área independente, onde se localizaram 16 grupos de residências geminadas, térreas.

A opção pelo tipo de casa térrea coincide com a ordem de preferência já observada em inquéritos elaborados em São Paulo, que demonstraram uma tendência da maioria do povo pelo tipo de habitação térrea.

A distribuição das casas no terreno procura imprimir ao conjunto de residências uma unidade maior, rompendo com os compromissos de tradição que a residência traz para com o pequeno jardim fronteiro correspondente a cada casa. Considerando problemática a utilidade do pequeno jardim, procura organizar a área de espaços livres, no seu conjunto, em benefício da coletividade tôda de moradores do núcleo. Localiza-se no centro do terreno um "play-ground" circulando pelas casas, melhor usando, portanto, a área do terreno, e atendendo com maior liberdade ao convívio das casas com o sol.



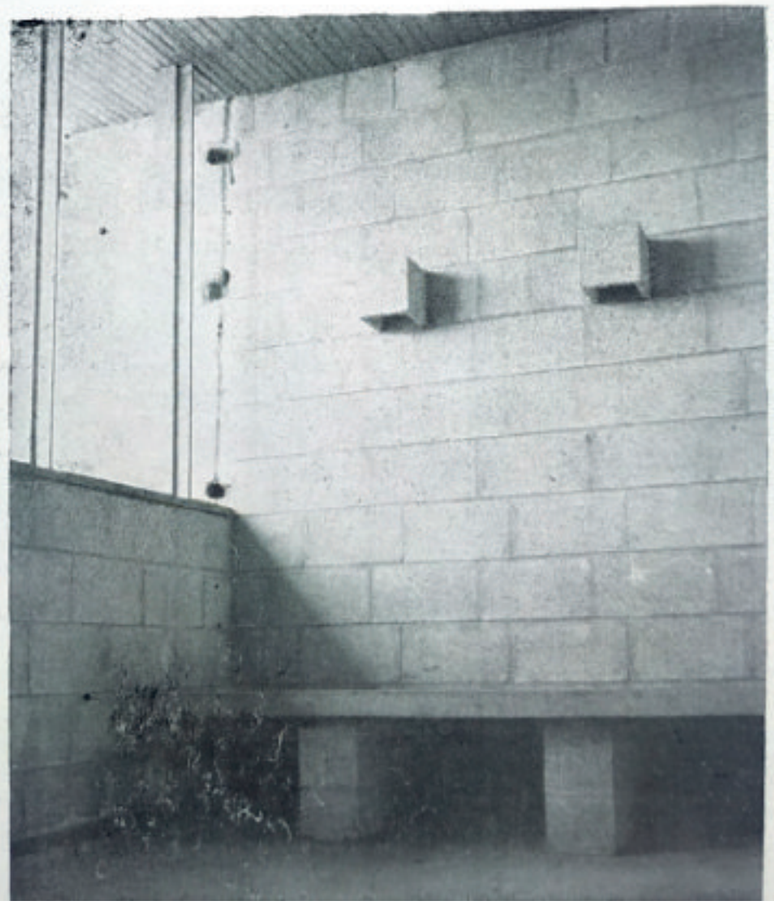
Ao mesmo tempo que o projeto da habitação popular conduz ao seu tratamento no sentido da obtenção da construção mais econômica e de preço mais acessível, deve também preencher as condições de melhor habitabilidade. O critério de maior economia, interferindo diretamente na concepção do plano e na escolha dos materiais, cria com maior freqüência as condições para as soluções de baixo nível habitacional. Por outro lado, levam com muita facilidade à padronização das residências e à sua uniformização. Neste caso as novas necessidades estéticas, como decorrência da era da mecanização, com raízes, portanto, na economia e na forma de produção da grande indústria estariam em perfeita consonância com a pré-fabricação e a padronização dos grupos de residências. Entretanto o que jamais poderia ter sentido, nesta ordem de idéias, consiste na interpretação errônea e sem fundamento que nos nossos dias assistimos, quando uma simples portaria governamental, por simples comodidade e desconhecimento do assunto, determina que se padronizem os projetos próprios dos edifícios públicos.

No núcleo residencial do Jaçanã sente-se claramente a preocupação constante de quebrar a monotonia do conjunto, procurando, mesmo assim, manter-se dentro das linha de obtenção da residência de pequeno custo e de uma melhor aplicação do dinheiro.

* * *

Há quatro tipos de casas, A, B, C e D, cada uma contendo duas residências geminadas, que se desenvolvem a partir de um núcleo central que é o painel hidráulico, comum a ambas.

As casas do tipo A, B e C possuem dois dormitórios, sala de estar e refeições, cozinha, banheiro, um pequeno "hal" de entrada e área de serviço. As casas do tipo D possuem um dormitório, sala de estar e refeições, cozinha, banheiro, um pequeno "hall" de entrada e tanque.



adução em pedra e cal dos processos
" nêste caso: pretexto —
as econômicas
os —



Manaus, aspectos de sua arquitetura

Luiz de Miranda Correa

Manaus é uma cidade republicana, não possuindo uma arquitetura colonial, ou mesmo do período império, importante. Suas construções religiosas são das mais pobres comparadas com as das cidades brasileiras mais antigas.

Elizabeth Agassiz, que a visitou em 1865, ficou impressionada ante a pobreza das construções e o aspecto decadente das edificações públicas. Mulher de visão, reconheceu o papel que a pequena cidade desempenharia em futuro próximo. Elogiou a situação geográfica e visualizou a vocação de entreposto comercial que, antes mesmo que o século findasse, Manaus viria a realizar.

Ao ser proclamada a República, continuava uma pequena e modesta cidade de 20 mil habitantes. Dessa época em diante é que começa a sua prosperidade. Vinte anos depois, graças ao "rush" da borracha, sua população atingiu os 50 mil.

Antes da República possuia apenas quatro edifícios dignos de nota, todos êles construídos por Leovigildo Coêlho. A Prefeitura Municipal, na época residência dos Presidentes da Província, a Matriz, o Colégio Estadual do Amazonas e o edifício do Tesouro Público, hoje abrigando a Secretaria de Finanças, e ameaçado de demolição. Tôdas as grandes construções da cidade, e seu urbanismo inteligente, vieram com a república e foram, em sua maioria, trabalhos de Eduardo Ribeiro. Algumas décadas após, provocariam o testemunho de Euclydes da Cunha, sintetizado na frase: "Esta Manaus rasgada em avenidas largas e longas, pelas audácias do Pensador." (Eduardo Ribeiro era chamado de "Pensador", título do jornal que possuira quando ainda no Maranhão, seu Estado natal.)

Manaus não possuia um Landi, extraordinário arquiteto italiano, construtor das jóias barrocas, rococós e neoclássicas, que são as igrejas das Mercês, Carmo, Sé e Rosário, de Belém, Landi, da escola de Bolonha, estagiara em Portugal recebendo as influências da arquitetura portuguêsa. Foi enviado a Belém em 1753, inspirando, com seu estilo, grande número de construções particulares, religiosas ou civis, da capital paraense.

A catedral de Manaus, de traço império, (neo-clássico) é sem dúvida o melhor Edifício religioso da cidade. Foi iniciada em 1858, por ordem do Comendador Francisco José Furtado, presidente da Província. Lutando contra a falta de recursos financeiros, (solucionados em parte com donativos pessoais do Imperador) falta de material e de mão-de-obra especializada, teve construção bastante demorada. Foi inaugurada a 15 de agôsto de 1877, sem entretanto estar pronta. Sóbria, imponente, em alvenaria e pedra de Lisboa, encontra-se desfigurada em seu interior. Murais de gôsto duvidoso, de técnica primária, tiram o efeito de abadia que deveria ter anteriormente. A simplicidade do templo, nas linhas mestras de sua decoração, deveria seguir a inspiração dos portuguêses que, na falta de maiores meios técnicos ou financeiros para executarem interiores em talha branca ou dourada, barroca ou rococó, limitavam-se ao cal branco.

Quando o pintor italiano De Angelis, responsável pelas telas da catedral de Belém, estêve em Manaus, aventou uma reforma para a Matriz. O artista europeu, que viera ao Amazonas contratado para decorar e pintar murais para o Teatro Amazonas, chegou a executar um traço, utilizando a parte já construída. As tôrres laterais teriam permanecido, da mesma maneira que a fachada do templo, até a primeira cornicha. Apenas se enriqueceriam as portas e as janelas, ao gôsto italiano. Seria erigido um frontão mais alto que as duas tôrres, com muito de barroco, diferente do que existe atualmente, (neo-clássico), um pouco ao estilo de Landi, na Catedral de Belém. Talvez a solução mais espetaculosa, proposta pelo arquiteto-pintor-decorador, tenha sido a cúpula no centro do prédio. A concretização dêsse projeto enfearia o templo. Felizmente as sugestões de De Angelis jamais saíram do papel, o que sem dúvida salvou a aparência externa da Igreja.

À Prefeitura Municipal, que outrora serviu de residência aos Presidentes de Província, é um belo exemplar de arquitetura neo-clássica. De linhas elegantes, denuncia seu parentesco com os edifícios contruídos por Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro.

O prédio do Colégio Estadual do Amazonas, que data do II Reinado, (entre outros títulos tem o de haver hospedado o Conde d'Eu nos últimos dias do Império) é dos mais representativos da escola neo-clássica, da mesma maneira que a Alfândega, a igreja de São Sebastião, o Palácio Rio Negro, (antiga residência particular de um súdito alemão proprietário de Casa Aviãdora) e os belos palacetes do início do século XX, atestam já a influência italiana, inglêsa e sobretudo francesa.

Raras são as casas de nítida influência colonial, tão comuns nas cidades brasileiras mais antigas. Pouco se contruiu em Manaus antes do "rush" da borracha. As construções de estilo português, que encontramos perto do Mercado Municipal e da igreja dos Remédios, ou da Prefeitura, com raras exceções, são quase tôdas déste século, erguidas por portuguêses que ainda não tinham se desligado do ambiente da mãe-pátria. Por esta razão não é fácil encontrarmos azulejos do Pôrto. São comuns os feitos maquinalmente na França, Holanda, Bélgica ou Alemanha, seguindo, todavia, os padrões da cerâmica do Pôrto. Nesta época os amazonenses já sofriam nítida influência francesa. Êsses casarões de feitio lusitano, têm mais parentesco com os sobrados do boulevard Castilho França, em Belém, do que com as construções de São Luiz, Recife, Olinda, Salvador ou Rio de Janeiro.

O gôsto francês, influenciou de maneira marcante as construções da época da borracha, idade de ouro da cidade. O amazonense enriquecido que educava seus filhos na Europa, e que para lá se dirigia em gôzo de férias, voltava influenciado pelo espírito francês. Êsses contactos com o velho continente, em uma época em que todo o Brasil, exceção do Rio de Janeiro, ainda engatinhava, civilizou, e, mais ainda, requintou a sociedade de Manaus. É interessante notar que se as relações comerciais sempre se fizeram mais entre o Amazonas e a Inglaterra, a hegemonia intelectual, social e artística, sempre esteve com a França. Se exportavam mais para o Reino Unido, importavam mais do país continental. E juntamente com os tecidos, calçados, conservas, vinhos, licores, porcelanas, móveis, livros, jóias e bijuterias, vinha o gôsto pelo estilo francês, pelos jardins franceses, pelo "decor" francês, pela maneira de vida francesa.

Já edificados na República, o Palácio da Justiça e o Teatro Amazonas, transformaram-se nos prédios mais imponentes da cidade. O Palácio da Justiça, belíssima construção de alvenaria, tem raízes na missão Francesa, e muitos são os entendidos que descobrem um parentesco entre êle e a última e atual fachada do Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. O Teatro Amazonas erigido na antiga rocinha de Antônio Lopes de Oliveira Braga, transformou-se no marco da cidade, símbolo da época da borracha. Sua construção foi decidida em 14 de julho de 1881, por lei sancionada por Alarico José Furtado, Presidente da Província. No ano seguinte, foram publicados os editais de concorrência, e apareceram os primeiros projetos, tendo sido aceita a planta de Antônio de Oliveira Braga, apresentada pelo Gabinete de Arquitetura Civil de Lisboa. Quando em 1892 Eduardo Ribeiro assumiu o Govêrno do Estado, encontrou a obra se arrastando penosamente. Atacou-a com vontade, rescindindo contratos e firmando outros. Empreitou-se com Henrique Mazzaloni a ornamentação externa do edifício, ao estilo neo-clássico; com o engenheiro-eletricista Vicente de Miranda a instalação elétrica, com Manoel Gomes da Rocha, as obras de estuque, com Crispim do Amaral, cenógrafo da "Comédie Française", a decoração interna e o fornecimento do mobiliário, mecanismo e cenários, e por intermédio déste, com Dômenico de Angelis e Capranesi, as telas do salão nobre. As pinturas que ainda hoje se encontram na sala de espetáculos, alegorias à Música, Dança e Tragédia, com a Casa Capezot, de Paris. Afinal a 31 de dezembro de 1896, no Govêrno de Fileto Pires Ferreira, foi o Teatro inaugurado com um espetáculo da Grande Companhia Lírica Italiana, a Ópera Gioconda. Recentemente, na administração do Governador Gilberto Mestrinho, foi inteiramente restaurado em seu antigo esplendor.

A urbanização de Manaus é inteligente e moderna. Fugindo à orientação portuguêsa, não possui um "Terreiro do Paço", que influenciou a construção da Praça 15 de Novembro, no Rio, ou o "Ver-o-Pêso", em Belém.

Nem mesmo as avenidas beirando o cais, como o Boulevard Castilho França, de Belém. O que distingue a cidade, urbanizada em sua maior parte nos fins do século passado por Eduardo Ribeiro, no "boom" econômico da borracha, são suas avenidas amplas, largas, rasgando a "urbs" tropical em todos os sentidos facilitando o acesso em poucos minutos a qualquer ponto da Cidade. São suas praças, enormes quadriláteros arborizados, fazendo as vêzes

de pulmões para a cidade equatorial. Numa cidade relativamente pequena (220 mil habitantes), nitidamente equatorial, o grande número de praças existentes louva a inteligência dos homens que a construiram. Se em qualquer cidade do mundo as praças são necessárias, numa cidade como Manaus elas se tornam imprescindíveis.

O trabalho realizado em Manaus, durante o "rush" da borracha, foi impressionante. Talvez por isso possamos dizer que Manaus é a menos portuguêsa dentre as cidades do norte do Brasil. Cidade nova, apenas uma aldeia, quando Belém já comandava a vida social, política e econômica do vale, mereceu sem dúvida o que dela disse Eduardo Ribeiro: "Encontrei Manaus uma grande aldeia e dela fiz uma cidade moderna."

Uma das coisas que mais impressionam o forasteiro, ao conhecer a cidade, é a total ausência das igrejas requintadas, apanágio da colonização lusitana. Excetuando a Catedral, como já dissemos, e a igreja dos Remédios, todos outros templos católicos são de construção recente e de péssimo gôsto. Existe a Igreja de São Sebastião, construida em estilo italiano dos menos ornamentados, com algumas boas pinturas, internamente, sem dúvida, a mais bela igreja da cidade. As outras não merecem comentários, frutos que são de uma arquitetura decadente, ao gôsto salesiano, ou de um pretenso modernismo em voga em todo o norte entre as décadas de 30 a 50. É de lamentar o fraco passado colonial da cidade, que priva Manaus de possuir jóias arquitetônicas do quilate de uma Igreja de Santo Alexandre, na vizinha e longínqua Belém. Entretanto, se a ausência de um passado colonial e monárquico negou a Manaus uma arquitetura mais diversificada e mais rica, no urbanismo deu-lhe uma unidade e uma harmonia dificilmente encontradas em outras cidades brasileiras de sua idade, provocando admiração e espanto em Vianna Moog, que não escondendo sua agradável surpresa ao descobrir a cidade, classificou-a: "a mais harmoniosa cidade do extremo norte, um verdadeiro milagre de civilização dentro da selva".

Quando se chega a Manaus por via fluvial, após alguns dias em que a majestade surpreendente do cenário amazônico torna-se monótona, vislumbra-se em plena floresta os contornos de uma cidade civilizada. Distingue-se seu porto flutuante, derramado por sôbre a baia do Rio Negro. Em seguida, a Alfândega, nobre edifício de pedras amarelas construido no início do século. Logo depois o Hotel Amazonas, exemplar da moderna arquitetura brasileira, com jardins de Burle Marx, e o edifício do IAPETC. Mais à direita os edifícios da Cervejaria Miranda Corrêa, prédio também construido no período áureo da cidade, à maneira das cervejarias alemãs da época, e com seus oito andares, durante muito tempo a maior construção da cidade. Ao alto, o Palácio da Justiça, e, coroando o rápido esbôço de Manaus, o Teatro Amazonas, com seu zimbório colorido, marcando a cidade à maneira do Pão de Açúcar ou da Torre Eiffel. Trava-se, assim, conhecimento com a cidade via fluvial, e, o que dizer quando se chega por via aérea? Talvez seja ainda reveladora sua descoberta. Do litoral, via Belém, ou do Brasil Central, sobrevoa-se durante algumas horas a floresta densa, entremeada de rios e pontilhada de lagos e alagados. Apenas pequenas povoações e palafitas isoladas comprovam a existência do homem na hiléia. Quase na confluência dos rios Negro e Solimões, abre-se a clareira e comprova-se a realidade do milagre amazonense. Vê-se logo a Refinaria de Petróleo, as tôrres do porto, os edifícios mais altos, a Fábrica de Cerveja e Gêlo, o Teatro Amazonas, as tôrres das Igrejas, os quadriláteros verdes de suas praças, os riscos negros de suas avenidas asfaltadas e das estradas que demandam a selva.

Os igarapés, que até hoje dão colorido especial à cidade, já foram no passado mais importantes. Várias das grandes avenidas da cidade são pequenos braços de rios ou igarapés aterrados. A atual Avenida Eduardo Ribeiro, por exemplo, é o antigo igarapé do Espírito Santo. Alguns ficaram, como o de Manaus e o de São Raimundo. A Avenida Sete de Setembro é atravessada por três igarapés, sendo o mais importante o de Manaus, com belíssima ponte de ferro, a mais imponente, datando da administração Eduardo Ribeiro. Os igarapés de São Raimundo e Educandos são atravessados por modernas pontes de concreto. Nos arredores da cidade, um grande número de igarapés menores, fazem parte da paisagem manauense, regam hortas e, acima de tudo, represados, marginados e bem cuidados, servem como balneários públicos ou locais para fim de semana. Nêles se refugiam os habitantes da cidade quando o calor é mais forte, principalmente nos dias feriados.

O manauense sempre possuiu um sentido de grandioso, talvez nascido do dinheiro fácil dos tempos áureos da borracha. Os homens do início do século construiram com os olhos voltados para o futuro e desta época datam as primeiras tentativas de estradas que, saindo dos limites da cidade, entraram na floresta. Talvez tenham sido os ingleses os primeiros a se localizarem fora do perímetro urbano. Procuraram terrenos mais altos e mais retirados para construirem suas casas, quase sempre nas imediações da Vila Municipal, atual Adrianópolis, até há tão pouco tempo considerada distante e, hoje em dia, bairro integrado à cidade, por belas avenidas de concreto ou asfalto. Nesta última década, começaram a construir, fora dos limites tradicionais da cidade, guiados por um conceito nôvo de confôrto. Hoje, aos palacetes e belas vilas nas ruas centrais, preferem grandes casas de um só pavimento, cercadas de jardins e árvores. Sòmente agora se inicia, no Amazonas, uma tentativa de criar um modo de vida próprio às condições climáticas, sem caricaturar a maneira de vida londrina, parisiense ou lisboeta. É bem verdade que hoje em dia a influência das grandes cidades do sul do país é bem maior. A aviação comercial foi responsável pela assimilação do gôsto e da maneira de viver do carioca e do paulista. Essa integração entretanto, tem seu lado negativo. Às vêzes deparamos com belíssimas construções modernas, dentro da melhor linha de Niemeyer ou Sérgio Bernardes, completamente deslocadas na cidade. Construções perfeitas para os climas do Rio e São Paulo, tornam-se verdadeiros fornos em Manaus. O excesso de lages de concreto, os grandes espaços envidraçados, só seriam concebíveis nos trópicos por um capricho, e só funcionariam em construções inteiramente refrigeradas artificialmente.

O trópico, apesar dos níveis elevados de calor, torna-se agradável, quando usamos inteligentemente as águas, as árvores, as plantas. Construir simplesmente em grandes espaços, com excesso de vegetação, talvez seja a maneira indicada de se viver na Amazônia.

UMA CIDADE EM CIMA D'AGUA

Palafitas existem, não só nas ribanceiras do Rio Negro, como também nas margens dos igarapés que cortam a cidade. Casas flutuantes bóiam nos igarapés e na baía do Rio Negro. Mas, existe uma verdadeira cidade sôbre águas, nas imediações do Mercado Municipal, Praça dos Remédios e igarape dos Educandos, com quitandas, lojas, tabernas, armarinhos ambulatórios médicos, em tudo uma réplica da ciplica da cidade em terra firme.

O pão é distribuido em canoas da mesma maneira que o leite, que as frutas e os legumes.

Quando o rio desce, as casas, construidas sôbre grandes troncos de madeira da região, pousam sôbre a praia do mercado, lugar preferido para compras, mesmo dos que residem na cidade em terra firme. Quando o rio sobe, e a diferença de nível é realmente grande, uma verdadeira obra de engenharia primitiva é realizada, unindo casas com tábuas, fazendo pontes, varandas e alpendres. ■

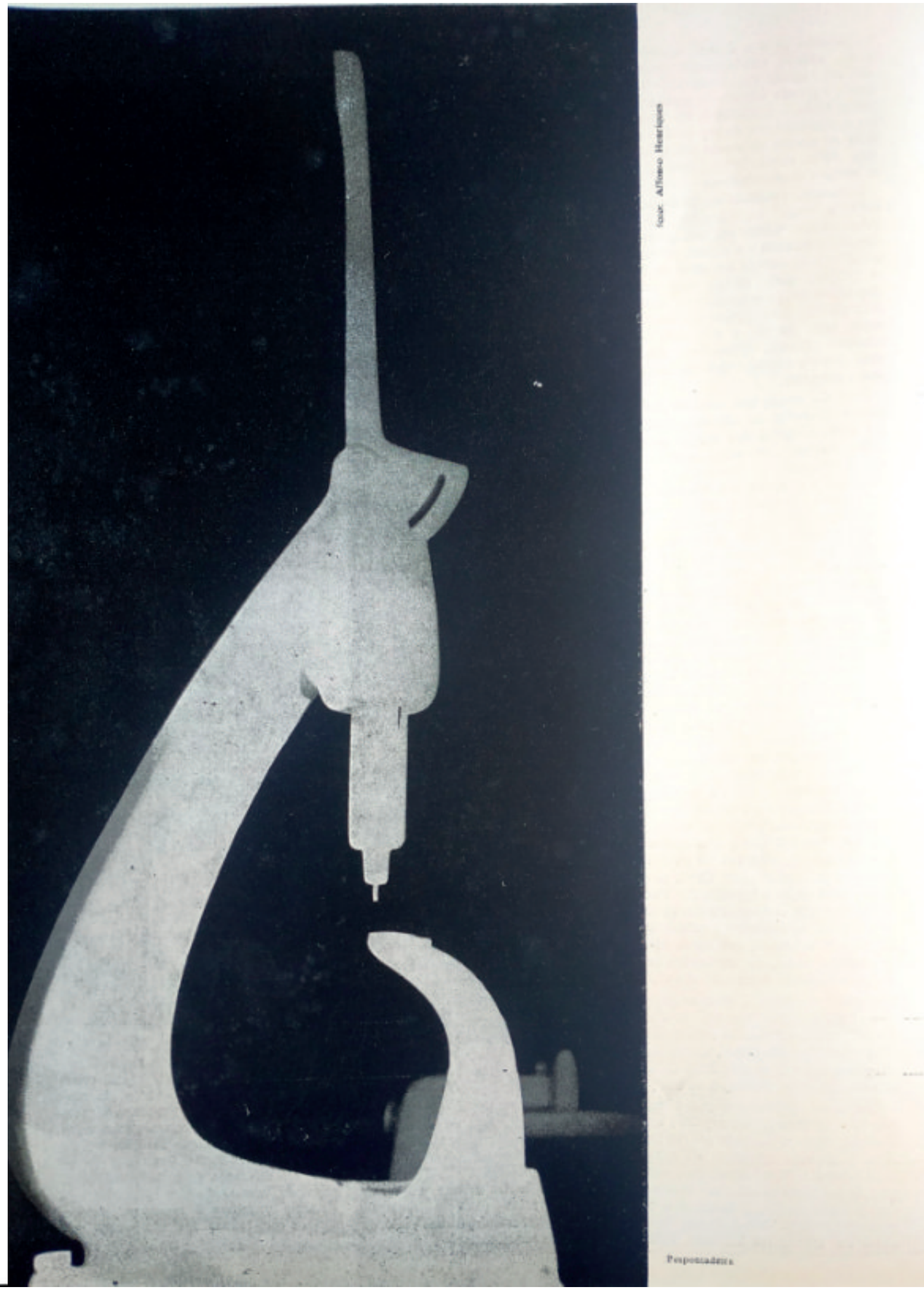


foto: Alfredo Henriques

Pesqueiadeira

Arte Industrial na Checoslováquia

Ferreira Gullar

A Exposição Checoslovaca de Arte e Técnica, apresentada em abril no Museu de Arte Moderna do Rio, constituiu uma revelação surpreendente do que se está fazendo naquele país no campo do que, nos países da área ocidental, chama-se **industrial design.**

A exposição compreende vários painéis e 40 modelos feitos de laminados que mostram as soluções estéticas dadas na Checoslováquia à execução das mais diversas máquinas, ferramentas e aparelhos, desde tornos automáticos até pequenas tesouras, martelos e serrotes. Exibem-se também 20 produtos escolhidos da indústria checa, executados segundo os desenhos de artistas plásticos, como por exemplo a máquina de costura Lada, a máquina de projeção AM 8, a poltrona odontológica Chirana e diversas outras.

Os objetos e máquinas expostos possuem alta qualidade estética ao nível do que de melhor se tem feito na Alemanha, nos Estados Unidos, na Itália ou na Inglaterra. Embora a mostra não informe detalhadamente a respeito do processo adotado para o encontro daquelas formas, algumas indicações demonstram divergências quanto aos métodos geralmente adotados nos países capitalistas. O ponto principalmente desta divergência reside no fato de que as formas encontradas, particularmente para as ferramentas manuais, derivam de uma adaptação anatômica à mão que as utilizará. O resultado estético é magnífico e a êle se acrescenta o fato de que tais formas não são determinadas pela pura preocupação da originalidade e sim pela própria funcionalidade do objeto. Cumpre assinalar, ainda, que essas funcionalidades não se referem apenas à eficácia do instrumento mas também à comodidade do homem que o utiliza. Trata-se de uma maior "humanização" da forma, ampliando-se o conceito de funcionalidade com relação ao homem.

Outro aspecto a assinalar é que tais objetos e máquinas não são o produto de experiência eventuais na indústria checa mas fruto de um trabalho-pilôto, conseqüente, que por sua vez se apóia numa concepção geral da produção industrial, da importância da bca forma na educação do povo e da necessidade de adaptar a máquina às necessidades do homem, compreendido êste produtor e consumidor dessas formas.

O fundador dêste ramo artistico na Checoslováquia foi o escultor e professor atual da Academia de Belas Artes Vicenc Makovsky, autor do grupo de estátuas "A geração Nova", erguido diante do pavilhão checo na Exposição Universal de Bruxelas em 1958. Seus primeiros experimentos para aproveitar a concepção do escultor na construção de máquinas e ferramentas datam da época da segunda guerra mundial, chegando a concretizar-se, em 1941, nos projetos de um nôvo tipo de tôrno-revólver e de uma perfuradora radial em 1942. Da Escola de Zlin (hoje Gottwaldov), Makovsky transferiu-se, finda a guerra, para Praga, onde se dedicou à escultura na Academia de Artes Plásticas. Naquele tempo, foi seu discípulo Zdeněk Kovár, operário que resolvera estudar pintura e que terminou por orientar-se para a escultura. Zdeněk tornou-se discípulo de Makovsky e continua por seu lado a mesma experiência de integração da arte plástica na indústria.

O ponto de vista teórico que orienta tais experimentos está esboçado pelos organizadores na exposição nos seguintes têrmos: "A Exposição de Arte e Técnica quer responder aos visitantes a eventual pergunta de se é necessário dedicar-se o artista plástico à construção de máquinas e ferramentas, quando a principal tarefa das mesmas reside



foto: Alfonso Henriques

na sua função técnica. Poderá responder-se a esta objeção dizendo, por exemplo, que o vestuário já há muito deixou de ser mero isolamento térmico do homem para se tornar importante fator estético e que um processo analógico está a ocorrer no emprêgo de máquinas e ferramentas. Por um lado, a solução estética das formas e côres dos produtos industriais e o meio de trabalho têm uma grande influência moral no homem. Por outro lado, o artista plástico esforça-se por tornar o trabalho físico menos penoso. Muitos produtos expostos na exposição checoslovaca fazem ver, por exemplo, como a ferramenta segue a forma da mão que trabalha com ela. O artista plástico industrial procura evitar que o trabalho estrague o corpo e as mãos do homem, a fim de que nem os operários que trabalham fisicamente tenham as mãos endurecidas e calejadas por trabalhos rudes. Fora disso, uma boa cooperação do técnico e do artista plástico leva, às vêzes, a alterações da construção da ferramenta, ao melhoramento das condições de serviço ou à economia de material."

O texto não se refere a outro problema fundamental relativo à integração do trabalho artístico na indústria, que é o da conseqüente integração do artista na sociedade. Esse problema estava na base da concepção que criou a Bahaus, na Alemanha, em 1919, e continua a ser de dramática atualidade nos países capitalistas. Hoje, quando a arte individualista parece chegar a uma situação crítica limite, compreende-se melhor a profundidade do pensamento de Walter Gropius ao criticar a orientação das escolas de belas artes e propor uma reestruturação do ensino artístico, orientado então para o aproveitamento do artista na produção industrial. Se é fato que as teses de Gropius não podem ser hoje aceitas integralmente — e muitas de suas falhas decorrem de uma visão idealista das relações de produção da indústria capitalista — o problema por êle colocado permanece em aberto e exigindo solução. Os experimentados revelados pela exposição da Checoslováquia parecem indicar que numa sociedade planificada o ideal de integração social do artista tem maior viabilidade na medida em que as soluções formais atendam a necessidades concretas do homem e do meio social. ■

Lavatório

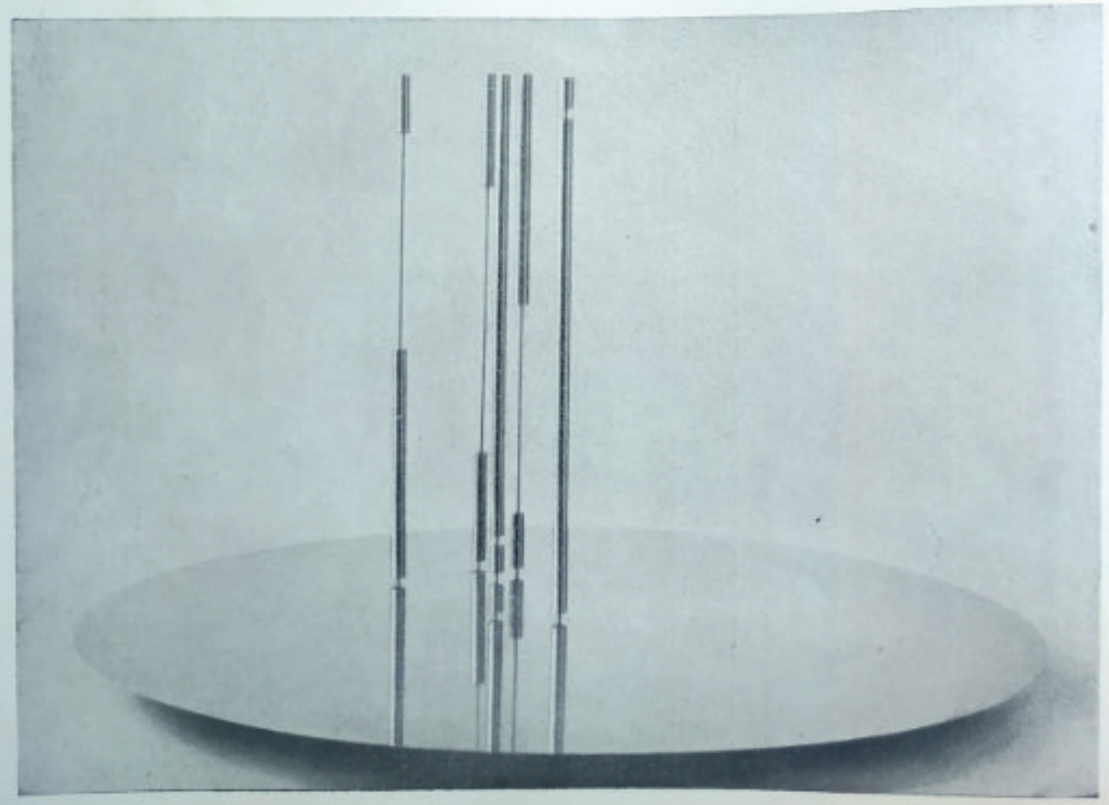


foto: Affonso Henriques

Galeria

Artes Visuais

Ferreira Gullar



A participação do Brasil na próxima Bienal de Paris não seria feita nos têrmos convencionais. Já escrevemos aqui sôbre a mudança de orientação daquele certame internacional no sentido de prestigiar o trabalho de equipe e ir-se afastando, de mansinho, da moribunda pintura de cavalete... Pois bem, os responsáveis pelo Departamento Cultural do Itamarati decidiram aceitar a sugestão de Paris e nos fazer representar por um trabalho de equipe.

Tratava-se de um desafio a nós mesmos. E a coisa foi tomada a sério embora se tenha pretendido atribuir desleixo àqueles responsáveis. E que por se abordar um problema nôvo, não era aconselhável sair gritando aos quatro ventos que se iria fazer isto ou aquilo quando, honestamente, se procurava o caminho certo para fazê-lo. Um grupo de intelectuais trabalhava no projeto: pintor, arquiteto , crítico, cineasta, compositor... Era preciso encontrar uma forma capaz de entrosar as várias expressões artísticas atuais num conjunto uno e rico.

Além disso, havia a preocupação de mostrar o Brasil na sua realidade cultural. A mostra seria uma mostra crítica também, uma tomada de consciência em face do país e da arte contemporânea. Seria construído um auditório dentro da Bienal e êsse auditório serviria de exemplo vivo da jovem arquitetura brasileira, ao mesmo tempo que funcionaria para mostrar as raízes dessa arquitetura e todo o ambiente cultural, presente e passado, urbano e provinciano, em que se desenvolve a atividade cultural do homem brasileiro. A pintura, a escultura, o cinema, a música, a gravura, contribuiriam nesse espetáculo crítico. Muita discussão surgiria, mas uma tentativa séria teria sido realizada.

Escrevo tudo no condicional por que, a esta altura, o projeto certamente não será realizado. Motivo: economia. O Departamento Cultural do Itamarati, cuja verba foi quase tôda cortada, estava disposto a trocar por êsse projeto uma série de exposições rotineiras. O ministro Hermes Lima não concordou: nem as rotineiras nem a de Paris. E, se não mudar de idéia, talvez nem compareçamos a Paris, de nenhum jeito...

Desenho Industrial

Noticia-se que o Conselho Nacional de Educação começa a mexer no problema do desenho industrial. Ora, quem conhece, como eu, as escolas técnicas criadas nos vários Estados da União, sabe muito bem que o ensino técnico no Brasil está engatinhando. Essas escolas ensinam muita coisa, mas sua orientação é falida. Nada existe nelas que indique a menor preocupação pelos problemas reais e complexos da formação de um homem que possa exercer uma função criadora na indústria. Ensina-se meia-dúzia de rudimentos, a fim de que o aluno possa mais tarde tornar-se um operário com algumas noções. Nada mais.

Por tudo isso, uma reformulação do ensino técnico industrial deve ser acolhida com aplausos. No entanto, estou sendo informado de que, também neste caso, a emenda está saindo pior que o soneto. Tôda a preocupação dos "reformuladores" é acelerar a formação de operários, no sentido quantitativo e levando em conta alguns novos problemas surgidos com o desenvolvimento industrial do país. Mas ninguém pensa em que a industria não pode viver apenas de operários semi-especializados e que ela necessita de uma reformulação em profundidade. Aí está o desenho industrial checo para o demonstrar. Não basta produzir: é preciso integrar o homem no trabalho, o trabalho na forma e a forma nas necessidades humanas. O objetivo do ensino não deve ser a criação de robots mas, ao contrário, a humanização do trabalho e a liberação das potencialidades criadoras dos indivíduos. Mas tarde voltaremos ao assunto mais demoradamente.

← Nary Vieira, 1958



Djanira, Batedores de Arroz, 1957 →

Cinema

Carlos Diegues

Não é preciso lembrar a importância do cinema na cultura contemporânea. Nem dizer que essa importância é reflexa: ao mesmo tempo, o cinema é capaz de espelhar um comportamento coletivo (social, nacional, etc.) e, êle mesmo, influenciar & modificar êsse comportamento. Portanto, não é possível deixar de compreender o nôvo surto da cinematografia brasileira como um fenômeno incorporado ao processo de ordem global que há algum tempo se instalou na vida nacional, em cada um de seus setores. Êsse processo tem suas referências culturais e econômicas, como as tem políticas ou religiosas ou educacionais e assim por diante. A nós, mesmo compreendendo que tôdas elas têm um momento de encontro com o cinema, interessam as que mais direta e violentamente se relacionem com o filme, sua indústria, artezanato, estética.

O fato é que, em determinado momento, coincidem as necessidades das massas brasileiras, do ponto de vista de sua informação cultural, com a maior disponibilidade de meios de pagamento gerada pelo desenvolvimento econômico, numa fase em que a canalização de capitais se redistribue nas diversas indústrias. É o momento de a indústria cinematográfica, também ela, se beneficiar do desenvolvimento econômico, atraindo a iniciativa privada, a jovem burguesia nacional, para uma área de investimentos semi-virgem em tôda a América Latina.

Ainda desorganizada como classe nova, essa mesma burguesia investe sem ordem, sem esquemas ou alianças econômicas de grande latitude, fazendo a "experiência" do cinema. Isso atomiza a produção filmográfica nacional e dá origem ao fenômeno da **produção independente**, semelhante à observada em outros países. Êsse fenômeno tem a sua conseqüência cultural.

Produto tipicamente industrial, o cinema, mais do que qualquer outra expressão cultural, está ao sabor do jôgo de relações econômicas e, quando se trata de uma nação em luta pelo seu desenvolvimento, visivelmente ligado às classes que travam a batalha neste campo. No Brasil, sem dúvida, pelas razões já expostas, foram as classes que se alinham ao lado do desenvolvimento as que promoveram sua indústria e como conseqüência as que lideraram sua formulação ideológica, ainda que incipiente e mesmo "gris". Como não podia deixar de ser (o fenômeno se repete em quase tôdas as partes do mundo), foi a pequena burguesia intelectual, atenta ao jôgo cultural interno, que se encarregou da execução da tarefa prática. Isto é, foram os jovens pequeno-burgueses, ideólogos, teóricos ou eminentemente praxistas, que tomaram a si a tradução daqueles interêsses coletivos. Jovens vindos da experiência dos estudios (como Roberto Farias), ou do aprendizado técnico-teórico de alto nível (como Ruy Guerra), ou de outras artes já experimentadas (como Glauber Rocha) ou simplesmente dos bancos universitários (como um grande número dêles). Mas jovens e, principalmente, em disponibilidade.

Êsses jovens são impulsionados, estruturalmente, além de sua própria formação pessoal, pela **adesão** aos princípios e metas formuladas em vista da emancipação nacional e incentivados pela cobertura que lhes dão seus patro-

cinadores, interessados também na maioria de seus objetivos. O choque se dá, entretanto, no momento em que, impulsionados por idéias próprias e bem mais radicais que as de seus patrocinadores, os realizadores brasileiros (nem todos), com uma origem social que os torna capazes de aderir a mudanças mais estruturais e, em última análise, no momento que o considerar propício, abondonar sua aliança pela causa mais radical das massas nacionais. Isso se repete na prática, quando um produtor nôvo é capaz de aprovar um projeto audaz em que preconceitos sociais em relação ao sexo, ao amor, etc., são violentados, realizar a fita e, ao seu lado, enfrentar a reação do clero oficial, das associações e classes mais conservadoras mas também de se negar no momento seguinte, ao segundo projeto, sôbre o nordeste, em que o ponto de vista é estritamente político e revolucionário. Esse caso, escolhido ao léu, é verídico e corresponde a um exemplo que se repete e se repetirá dentro do processo de desenvolvimento do filme nacional.

Diante dêsse jôgo de equilíbrio e alianças, diante dessa gangorra social, é preciso encontrar os elementos que se fundem e que, cultural e socialmente, determinam o avanço e a caracterização dessa nova cinematografia. O elemento principal, sem dúvida, é a categoria quase empírica (nêsse caso) de **povo nacional.** Isto é, o elemento de conexão cultural, capaz de sintetizar a obra do nôvo cinema nacional, não é outro senão o tema nacional, sôbre o povo brasileiro, para o povo brasileiro, compreendendo por isso as classes tôdas interessadas na fortificação da categoria Nação econômica e politicamente falando. E, sem dúvida, (e pode se observar isso pelos exemplares já exibidos) trata-se de uma volta aos costumes nacionais, de uma virada para o comportamento brasiliero, "as costas para o mar". A saída lingüística disso tudo é poli-facial — há o romantismo, há o épico, há o realismo crítico. De qualquer maneira, em qualquer de suas formas, qualquer dessas tendências é providencialmente conseqüente, objetiva, e nunca vem (mesmo nos mais ingênuos autores da **troupe**) sem um interêsse estrutural.

A partir disso, julgamos ter feito o reconhecimento do campo de batalha. Julgamos ter descrito a situação-ambiente da cultura cinematográfica brasileira. Da próxima vez nos enredaremos em seu problema específico, de sua prática, de seus autores e tendências.

(*) Iniciamos hoje uma série de três artigos sôbre o Cinema Brasileiro. Nesse primeiro, abordamos os aspectos gerais da indústria & cultura cinematográficas nacionais. No segundo, exporemos o problema autoral dentro do processo de nossos filmes. Encerraremos com uma tentativa de expor algumas perspectivas. Por fim, como apêndice, faremos publicar uma filmografia dos filmes-bases do movimento, a partir dos pioneiros até a safra de 62/63 (êste apêndice já tinhamos prometido em nossa seção do último mês).

INFORMAÇÕES

1. Uma idéia realmente estranha: anuncia-se que um produtor sueco está disposto a realizar um filme de três episódios com o título de "Deus, Diabo e o Homem". O primeiro seria dirigido por Fellini, enquanto Bergmann se encarregaria de Lúcifer e Kurosawa se responsabilizaria pelo homem. Vamos ver...

2. A versão cinematográfica da vida do famoso "Mineirinho", realizada por Aurélio Teixeira ("Três Cabras de Lampião") não será a única. A Atlântida deixará a chanchada com uma fita sôbre o mesmo tema, enquanto Herbert Richers pretende reeditar o sucesso do "Tião Medonho" com êsse outro facínora. Assim, se os projetos vingarem, até o fim do ano teremos três "Mineirinho". O que é bom.

3. Depois de diversos contratempos, parece que Ruy Guerra ("Os Cafagestes") conseguirá mesmo realizar seu velho sonho — "Os Fuzis". Êste filme tem um roteiro que o próprio Ruy escreveu na Grécia (quando estêve por lá, depois de concluir o curso do IDHEC). Depois da adaptação brasileira (em parceria com o saudoso Miguel Tôrres), "Os Fuzis" se tornou um violento drama sôbre a sêca do nordeste.

4. Marcos Farias, vindo da crítica e um dos autores de "Cinco Vêzes Favela", prepara atualmente "Os Jagunços", um roteiro seu sôbre o Contestado do Sul (uma espécie de Canudos catarinense).

5. Estamos em plena época de seleção dos filmes brasileiros que representarão nosso país nos Festivais Internacionais. O Itamarati está encarregado da seleção e, do ano passado para cá, muita coisa melhorou nos métodos usados para isso.

Teatro

Cleber Ribeiro Fernandes



"CESAR E CLEOPATRA" EM SAO PAULO — Depois de uma temporada sem maior significação no Teatro Copacabana do Rio de Janeiro, o Teatro Cacilda Becker retornou a S. Paulo, onde praticamente está sediado, e dispôs-se a uma reação, encenando "César e Cleópatra", de Bernard Shaw. Que atrativos terá para o público esta comédia "para puritanos", de caráter histórico?

Em primeiro lugar, é preciso caracterizar o tipo de espectador que a assistirá. Considerando-se o preço atual de uma poltrona de teatro e, ainda, a montagem por certo dispendiosa da peça de Shaw, o Teatro Cacilda Becker não terá outra alternativa senão apelar para o público que, bem ou mal, sustenta as nossas emprêsas profissionais e que está muito longe de constituir aquela "platéia de filósofos" que, gracejando ou não, Bernard Shaw desejava para suas peças. "César e Cleópatra" se destina, assim, inexoràvelmente, ao burguês médio cujas posses ainda não foram de todo dilapidadas pela inflação e cuja preferência notória tem recaído sempre na comédia digestiva ou no drama lacrimogêneo. Os intelectuais, em princípio mais capacitados para apreender as intenções menos óbvias de um texto, constituem uma pequena minoria que... não paga teatro. De qualquer modo, vez por outra, autores tão complexos quanto Shaw têm tido, por parte dêsse mesmo público, acolhida razoável, o que torna possível esperar que o milagre pos-

sa se repetir. Blás Raul Gallo, comentando o teatro de Bernard Shaw, anotou a contradição: "nem todos os espectadores podem valorizar igualmente o conteúdo de suas comédias, entendendo-se que todos terão sempre algo a valorizar".

Em "César e Cleópatra", Shaw não desenvolve pròpriamente uma intriga, abstendo-se também de reconstituir, no sentido convencional, os "fatos históricos". A exemplo do que fizera antes, e faria mais tarde, com outras figuras miticas (Napoleão e Joana D'Arc entre outras), nesta peça Bernard Shaw concentra as suas disposições no sentido de conferir a César e a Cleópatra dimensões que os tornem familiares aos seus contemporâneos o que, em absoluto, não se trata de um simples "achado" teatral. Em suas próprias anotações, o autor denuncia o preconceito segundo o qual o meio geralmente empregado para causar "uma impressão de antiguidade" seja sempre o mesmo: "fazer com que os personagens falem em versos brancos e se abstenham de mencionar vapor, telegrafia, ou qualquer das condições materiais de sua existência". A reação de Shaw, entretanto, não se refere apenas a êstes dois itens, mencionados aliás com ironia. Encontramos Cleópatra na pele de uma menina, supersticiosa, estúpida e mal-educada, transformada em joguete pelas ambições politicas em ebulição com a morte do pai. Aos poucos, incentivada por César, ela se dá conta de que é uma **rainha** e do que isso significa em matéria de **poder.** Quando a perdemos de vista, ela está em vias de se transformar numa mulher, daquele tipo tão estimado pelo autor e exaustivamente desenvolvido noutras peças suas, apta a enfrentar com possibilidades de êxito a **luta** em que, para Bernard Shaw, se constituiam as relações entre os sexos. O verdadeiro herói da peça, no entanto, é César — isto se considerarmos por herói aquele personagem através do qual o autor se acha mais à vontade para disseminar suas idéias. Sua fraqueza mais evidente resulta um tanto ingênua, o pavor com que êle enfrenta as perspectivas de uma próxima velhice. Sua grandeza vem do fato de que, detendo o poder, não alimenta maiores ilusões sôbre as pretensões morais dos que o cercam, compreendendo-os e, em conseqüência, amando-os em suas cavilações. Já que a natureza de Cleópatra é infensa às paixões morais, César desiste de seus próprios sentimentos, furtando-se ao romance desejado de forma diversa por ambos, em seu lugar virá o jovem Marco Antônio, belo e forte, apto portanto a atender às necessidades da rainha.

Esperemos que o público, mesmo não se reconhecendo nos mesquinhos embates satirizados por Shaw em suas tiradas espirituosas e divertidas em aparência, saiba estimar, compensando o esfôrço do Teatro Cacilda Becker, êste "terno romance de amor e desprendimento".



"DESDE OS TEMPOS DE EVA" NO RIO

— A fundação de uma nova companhia, inaugurando ao mesmo tempo uma nova casa de espetáculos, poderia entusiasmar senão o público, pelo menos, os profissionais de teatro. Acontece, porém, que o grupo liderado por Rosita Tomás Lopes, Napoleão Moniz Freire e Antonio de Cabo, ora em atividade na ex-boite Meia Noite do Copacabana Palace, enfatiza, para quem tenha olhos e deseje ver, as funestas contradições em que se acha enredado o Teatro Brasileiro.

Existe — ou existia — uma lei, segundo a qual os imóveis construídos ou posteriormente utilizados como teatro não mais poderiam ser destinados a outra finalidade. Fôsse esta lei devidamente respeitada e os profissionais de teatro estariam livres de pelo menos uma das pragas que os perseguem — a falta de teto para abrigar suas atividades. Entretanto, temos visto não só a demolição mas principalmente o tranqüilo fechamento de teatros para dar lugar a bancos, casas comerciais e cinemas. Assim, a transformação de uma boite, nem sempre bem sucedida financeiramente, em teatro não pode deixar de ser o que, de fato, é: a troca de um comércio pouco rendoso por outro, talvez, mais compensador. Não tenhamos dúvidas: se os lucros não vierem na proporção desejada o nôvo teatro dará lugar a uma outra experiência comercial, sem maiores discussões. Inútil esperar para o teatro qualquer espécie de generosidade, mesmo que esta consista no simples cumprimento de uma lei, clara e indiscutível.

Por outro lado, o que seria lícito esperar de profissionais talentosos e esclarecidos como Rosita Tomás Lopes e Napoleão Moniz Freire (Antonio de Cabo, afinal, está radicado entre nós há muito pouco tempo)? Pondo de lado as pressões circunstanciais, responsáveis em última análise pelo resultado que ora temos, não seria demais esperar que a nova companhia trouxesse como plataforma um programa capaz de dar ao espectador uma oportunidade de encarar o teatro como algo mais do que um passatempo divertido e inconseqüente — uma experiência.

Conhecemos, entretanto, as injunções que acompanham a formação de uma emprêsa teatral entre nós. Para começar, não se empenham grandes capitais num negócio duvidoso como êste de encenar peças para um público desinteressado. E não sendo possível preparar o terreno para uma boa colheita (a conquista de um nôvo público), já que o dinheiro investido precisa ser recuperado imediatamente, cai-se no círculo vicioso ao atender as exigências de uma platéia marcada pelo preço do ingresso (os famosos 60.000), além de viciada pela preguiça mental. Daí os vários expedientes: um texto que, na melhor das hipóteses,

dê a êsse público a ilusão de ser menos estúpido do que é; um espetáculo capaz de interessar principalmente às senhoras das vesperais de quinta-feira e aos casais entediados que vão ao teatro, no sábado à noite, esperar pela hora de queimar nos "inferninhos" o rendimento supérfluo. Dentro de tal esquema, nada mais natural portanto do que a escolha de "Desde os tempos de Eva", do que a montagem de um espetáculo que encontra a sua tônica no exaustivo desfile de modas preparado por um costureiro em evidência.

O texto de J. B. Priestley não é nem melhor nem pior do que a grande maioria de peças que nos são impingidas anualmente. Como porém se trate de uma "peça por fazer", a repetição pouco inspirada de uma falsa originalidade choca o espectador **acostumado** a ir ao teatro. As teorias conjugais e as "blagues" sôbre o comportamento cênico dos autores não são nem mais nem menos tôlas do que as que têm sido degustadas anos a fio pelo público, com uma vantagem, porém, evidente: a de um possível reconhecimento imediato por parte do espectador a que é destinado. O crime do autor está no fato de que em vez de focalizar a sua "discussão" de um ângulo menos complacente, o que lhe permitiria sublinhar a falsidade do complexo matrimonial tal como êle o apresenta, mostra-se Priestley solidário e, mesmo, defensor dessa espécie de casamento que faz da concorrência pública com outros casais, através de suas disputas ambíguas, sua própria razão de ser. "Desde os tempos de Eva" surpreende ainda o autor desprotegido da falsa auréola com a qual tem conseguido ludibriar os incautos: ao desistir de explorar o seu filão favorito — o tempo e sua hipotética reversibilidade — J. B. Priestley mostrou-se tal qual é. Daí a irritação exagerada dos que, durante tanto tempo, se deixaram cegar por um brilho enganador.

Os dirigentes da nova companhia entram no mercado empresarial pagando duramente o preço de um ingênuo entusiasmo: ao lado da insatisfação inerente a um empreendimento dessa natureza, saúdam-nos ainda o desprezo das "opiniões respeitáveis". E mesmo que o público, em nome do qual foram feitas tantas concessões, compareça, após a emoção fácil dos aplausos diários, o que lhes restará? A certeza de que estão e estarão — até quando? — impedidos de exercer ao máximo suas potencialidades.

A verdade, acaciana mas nem por isso desprezível, é uma só: enquanto os podêres públicos não desistirem de encará-lo como um simples "hobby" de pessoas excêntricas, o teatro será não um elemento de cultura mas um **negócio**, um pequeno negócio. Até lá, nenhuma outra alternativa: aos negociantes, a palavra; aos outros, a amargura. ■



Música

Nelson Lins e Barros

POESIA E MÚSICA NA GRÉCIA

Bem longe, na Grécia, quando os deuses já se tinham feito homens, ainda eram humanos, e o povo livre formava suas cidades independentes, florescendo o comércio e o intercâmbio e enriquecendo os velhos líderes gentílicos, tão longe que se perde a perspectiva das fases do tempo, comprimido na distância e difuso na incerteza dos dados, aí se vai encontrar um dos grandes problemas das artes: a união de poesia e música. Não era como hoje que a música domina a letra e debalde, desde os madrigais até a ópera, até o musical, até a canção popular moderna, os compositores tentam a arte da canção, no equilíbrio e na interdependência do som e da palavra. Entre os antigos gregos era justo o oposto. E de tal maneira a música dependia da poesia que jamais teria chance de elevar-se plenamente como arte autônoma. Entre êstes dois extremos, e a partir dêles, torna-se necessário encontrar uma síntese. É nesse sentido que se deve olhar para o passado; e não em atitude contemplativa, saudosista ou, o que é mais comum, sòmente para fazer da cultura uma fraseologia entre dois uísques.

O passado grego é longe demais e falho demais, em documentação musical, para que se possa tirar conclusões muito exatas sôbre sua música antiga. Não que não haja uma farta quantidade de informações teóricas. Mas fica-se perplexo ao se comparar essa quantidade de dados com a meia dúzia de composições completas e outros tantos fragmentos musicais preservados. E mesmo assim, as informações teóricas são, na maior parte, altamente especulativas e escolásticas, frequentemente incompletas e obscuras, além de contraditórias. Entretanto, a poesia grega e o teatro grego vêm até nós com tôda sua fôrça, sua estética, sua técnica e seus detalhes. É verdade que mais longe ainda, quando os cantores cegos, a maneira dos nossos nordestinos, cantavam feitos heróicos, nem essa poesia nem a maneira dêsse canto são documentadas. Mas, de um modo geral, é a poesia grega e o conhecimento de sua técnica que nos dão os dados mais importantes para a análise da música cantada e mesmo do sentido de tôda música dêsse povo.

A música da Grécia primitiva deveria ter sido tão subdesenvolvida como a dos demais povos, quando foram apenas selvagens. Mas os gregos, nas franjas de um Oriente autocrata, estagnado, recebiam dêle, entretanto, seu patrimônio cultural, e se expandiam na península de pequenos e isolados vales cultiváveis, impróprios aos grandes latifúndios estatais e clericais (à moda do oriente), as suas tribos avançando umas sôbre as outras até às bordas do Mediterrâneo e, através de suas ilhas, até as margens opostas, na Itália e na Ásia Menor, estabelecendo-se, enfim, em condições próprias ao comércio, à descentralização, à interdependência, a formação de um sistema social, na época o mais avançado, e que iria evoluir até mesmo a democracia. Foi dentro dêste quadro que a cultura grega teve condições de desenvolver-se mais que nas nações superadas da época, até êsse grau que ainda hoje nos impressiona e que fundamentou tôda nossa cultura ocidental. Assim a música grega também desenvolveu-se à uma forma de expressão altamente apurada da qual surgiram os fundamentos de nossa música atual.

Na chamada Idade de Ouro, na época homérica, a cultura grega já estava basicamente estabelecida. E ao som da lira, aquêles cantores cegos acompanhavam suas declamações de feitos heróicos, nos versos épicos que à lenda atribuiu a Homero. Essas declamações eram cantadas em melodias tradicionais, como que estardardizadas, chamadas nomos, que não passavam de pequenas frases musicais, dependentes dos versos, e que se iam repetindo mais uma vez e outra e outra. Isto faz lembrar imediatamente os nossos cantores cegos nordestinos cantando as aventuras locais, a forma também épica, a música também tradicional, algo esterotipada. Pode-se uma comparação bizarra. Mas, se Homero é forte, é que o povo grego estava em ascenção, em plena va-

guarda social da época; enquanto o nosso ceguinho representa a cultura de uma sociedade estagnada. Essa música dependia da poesia. Não por causa de uma atitude estética, mas porque o próprio verso grego, quando recitado, resultava em canto.

Nossa música, embora muitas vêzes composta sôbre o verso ou letra, é tão independente da palavra que grande número de pessoas, quando ouve uma canção, nem chega a prestar atenção ao texto. A antiga música grega, entretanto, foi por muito tempo uma parte integrante da poesia. E, por isso, nunca se desenvolveu plenamente em uma arte da mesma importância que a arquitetura e a escultura (Não sei até que ponto se pode comparar a situação da música com a da pintura que parece ter sido apenas acessória da escultura e da cerâmica). Na arte do canto, a música, então nunca se equilibrou à poesia. É possivel que os gregos nem cogitassem dêsse problema. Pois, tanto na poesia cantada, como arte independente, quanto na poesia cantada, como parte integrante do teatro, a música dependia da poesia. Tanto a linha melódica como o ritmo musical derivaram, provàvelmente, da acentuação do verso grego primitivo. O acento falado parece que por muito tempo guiou a progressão melódica para cima e para baixo. Atualmente falamos com uma intonação musical a que chamamos inflexão. Mas êste cantar nosso não depende de nenhuma maneira do acento das palavras. Contudo, pode-se fazer mais uma comparação entre o verso cantado do grego antigo e o nosso folclore brasileiro. Quem ouve os jornaleiros vendendo jornais ou os pregoeiros anunciando suas mercadorias pode fàcilmente notar, também, uma inflexão melódica para cima nas sílabas acenuadas. Um exemplo típico é a cantoria dos meninos anunciando os resultados da loteria. Mas essas, como as anteriores, são cogitações perigosas de serem afirmadas ou generalizadas sem uma pesquisa séria. O fato é que o acento grego antigo era bem diferente do que atualmente chamamos acento. O nosso é dinâmico — um acento de intensidade; o dêles era melódico — um acento em inflexão. Um acento agudo (mais tarde indicado por) constituia para o grego antigo uma elevação de tom; um acento grave (indicado por ì), uma descida de tom; uma combinação de inflexões era dada pelo acento circunflexo (ê). É interessante notar que a própria notação dos acentos representa a direção da linha melódica correspondente ao acento respectivo. Os antigos compositores gregos aparentemente aceitavam êsses acentos de inflexão como guias para uma adequada progressão das melodias. Não é difícil imaginar que o intervalo de quatro notas — o tetracórdio — das primeiras escalas gregas, representava algo semelhante ao intervalo natural da voz recitante (e assim cantante). Êsse intervalo — o tetracórdio — é uma quarta perfeita, que juntamente com o intervalo de quinta (sua inversão) são os mais naturalmente e mesmo fisicamente fáceis de cantar, depois do intervalo de uma oitava. Uma vez que a inflexão do próprio falar grego era melódica, a coisa mais natural do mundo é chegar a conclusão de que a composição musical derivou necessàriamente do verso ou mesmo de que dêle fazia parte integrante. É possivel que o aprimoramente do intervalo de quarta perfeita se desse aos poucos pelo aguçamento da inflexão mais ou menos indeterminada até o intervalo musical exato. E também que os poetas ou intérpretes, de ouvidos apurados, tenham encontrados nessas inflexões melódicas um elemento a mais para o enriquecimento da beleza e expressão da língua. Assim, seria uma criação musical do verso. Mas também pode ser que a relação do intervalo melódico como o acento poético fôsse de tal maneira uma só coisa que a poesia grega fôsse — em si mesma — uma canção.

O ritmo da música grega também dependia do verso. O acento grego além de melódico tinha uma qualidade temporal, isto é, ao se pronunciar uma sílaba tônica levava-se o dôbro do tempo do que o necessário para pronunciar uma sílaba átona. O ritmo, na nossa poesia, é produzido pela sucessão de sílabas tônicas e átonas, acentuações estas que, ao contrário do que ocorria no verso grego, tem o caráter dinâmico, uma vez que são acentos de intensidade. Sôbre um mesmo texto, podemos compor várias músicas deferentes e vice-versa. Isto, entretanto, não seria fácil entre os gregos. Provàvelmente impossível nos primitivos nomos.

Assim, a música cantada grega chegou ao seu estágio mais adiantado sempre vinculada e subordinada à poesia. A "invenção" da música é atribuida legendàriamente a Olimpo; mas Terpandro de Lesbos é o primeiro músico grego conhecido. Com o desenvolvimento de formas mais variadas na poesia, a música também ganhou liberdade Arquiloco, por exemplo, um bossa nova da época, introduziu novidades como o ritmo triplo, tempo mais rápido e, possivelmente, elementos folclóricos. Os poetas líricos Safo, Alcaio e Anacreon, eram também, na verdade, músicos, pois sua arte era musical tanto quanto literária. Com o grande desenvolvimento do teatro, no sexto século A.C., a poesia, junto com a sua inseparável música, foram a êle integradas como elementos preponderantes. O côro era cantado e mesmo as cenas eram ocasionalmente acompanhadas pelo aulo dionisíaco. (A lira, que se desenvolveu em cítara, era o instrumento dedicado a Apolo e permaneceu restrita a música religiosa e hinária). É sòmente por volta do quinto século A.C. que a música ganha maior liberdade com a introdução de uma expressão mais subjetiva, formas livres, melodia e ritmo mais elaborados e a emergência da virtuosidade e dos músicos profissionais. Foi uma espécie de período barroco no qual os representantes mais característicos foram Frines de Mitileno e Timóteo de Mileto. Entretanto essa múúsica nunca se libertou totalmente de suas características de poesia cantada.

Em oposição a êsse extremo grego velo o domínio da melodia sôbre a poesia através de um processo pelo qual a música ganhou independência como arte. A proporção que a canção se foi distanciando das formas populares ou participantes, a palavra foi perdendo sua fôrça, transformando-se em apenas um veículo formal, enquanto a música adquiria cada vez mais expressão subjetiva. Sôbre êsse assunto muito se pode dizer e discutir, o que não seria possível dentro dêste espaço e de minhas limitações. A música grega, embora estèticamente secundária, era socialmente funcional porque participante. A nós nos parece estática e fria. Mas aí vem todo um problema cultural dificilmente analisável. Se ela tinha ou até que ponto tinha o poder de expressão suficiente para sustentar a expressão lírica dos versos, nas canções, e a fôrça dramática, no teatro, é uma questão da maior importância estética e cultural mas de valor prático nulo uma vez que uma aplicação da técnica grega à nossa arte do canto seria impraticável e ineficiente.

A mim me parece que o problema da união das artes gira em tôrno do seguinte: uma subordinação estética de uma arte em relação a outra, sem razões funcionais, não obtem o máximo de rendimento artístico para o todo; um equilíbrio estético e mesmo expressional entre duas artes conjugadas, porém não interdependentes, em suas formas e conteúdos, resulta em simbiose e não em união; mesmo que haja equilíbrio estético, unidade de escola e de estilo, até mesmo uma interdependência detalhista e mecânica, poderá haver aliança mas não união. Uma união existe em tôrno de uma causa comum para a qual cada elemento, dentro de sua função, dá o justo necessário, a cada momento, para a obtenção de um máximo de eficiência geral.

Vamos pensar. ■

Arquitetura e Acústica

Alberto Vieira de Azevedo — Arquiteto, Membro eleito do Instituto Brasileiro de Acústica, Secretário da Comissão de Estudos de Acústica da ABNT, Urbanista.

I — Introdução

Todo e qualquer estudo relativo aos problemas de Acústica nas Construções exige a colaboração de arquitetos, engenheiros e físicos, sendo importante a natureza própria do problema a tratar. Assim sendo, nos casos de acústica de auditórios, de salas de espetáculos, insonorização de edifícios, proteção acústica de caráter geral, a presença do arquiteto e do engenheiro especializado se faz imprescindível. Por outro lado os trabalhos de medição de grandezas acústicas, a realização de ensaios para avaliar as propriedades acústicas dos materias e elementos de construção, as técnicas de medida de fenômenos vibratórios, requerem a intervenção de um físico.

Abordaremos aqui o problema do isolamento acústico das habitações, assunto incluído entre as diversas matas da Comissão de Estudos de Acústica da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Existem, em diversos países americanos e europeus, recomendações para a insonorização dos edifícios, enquanto no Brasil o problema está ainda sendo pesquisado. Os critérios de tais recomendações divergem entre si de maneira geral. Entretanto o quadro que se segue procura resumí-las da melhor maneira possível, a fim de permitir aos leitores uma apreciação, estabelecendo-se que o isolamento é traduzido pela diferença efetiva dos níveis de pressão sonora e pelo nível médio efetivo do ruído de percussão relativos a qualquer elemento de construção separando duas salas de dimensões normais (12m2) sendo 0,5 seg. o tempo de reverbação para tôdas as frequências entre 100 e 3200 Hz.

Países — x — Datas das recomendações	Recomendações para isolamento acústico das habitações							
	Transmissões de sons aéreas (média aritmética da banda 100-3200 Hz, em db)		Transmissão de ruídos de percussão (valores para as frequências médias das bandas, em dB/oitavas)					
	Paredes	Pavimentos	100 Hz	200 Hz	400 Hz	800 Hz	1600 Hz	3200 Hz
			Pavimentos					
FRANÇA 1957	40	40	71 —	71 —	69 —	66 —	64 —	62 —
HOLANDA 1952	a 52 ab50 c 50	52 52 50	—	—	—	—	—	—
INGLATERRA 1954	I 46 II 41	46 41	64 70	67 73	67 73	65 71	60 66	54 60
ALEMANHA 1953	45	47	72	72	71	68	61	52
CANADÁ 1953 1954	50 45	50 45						

QUADRO I

Do expôsto concluimos:

1 — Os mais exigentes são os holandeses, quanto ao isolamento de sons aéreos (seu mínimo é da ordem de 50 dB).

2 — O valor médio geral é de 47 dB.

3 — Quanto aos sons de percussão ou de impácto, não há referência nas recomendações holandesas e canadenses.

4 — Os ingléses são mais exigentes, de um modo geral, quanto ao isolamento de sons lde impácto ou percussão.

II — Importância do isolamento acústico das habitações

Tôdas as técnicas de construção, de iluminação e de ar condicionado têm evoluido sôbremaneira nos últimos anos, enquantos o isolamento acústico das habitações é cada vez pior. Um estudo comparativo feito em edificações antigas e modernas, apresentou os seguintes resultados, baseados em respostas fornecidas pelos próprios moradores:

I — Nas construções antigas, 26% dos moradores eram incomodados durante as horas de sono;

II — Nas construções modernas êsse índice elevou-se a 52%:

Inquéritos realizados na Inglaterra após a última guerra mundial revelaram que, para isolamentos através de pavimentos e paredes da ordem de 50dB, apenas 26% dos moradores são incomodados pelos ruídos. Para isolamentos da ordem de 45 dB, esta porcentagem sobe até 42%. Nos casos de isolamentos muito baixos (30 a 35 dB.) haviam reclamações junto às autoridades.

Em Estocolmo realizou-se, em 1953, um inqérito junto a mais de 400 moradores de apartamentos, construídos depois de 1940. As conclusões foram as que seseguem:

1 — Zona barulhenta

a) 19% reclamaram ruídos provenientes do exterior;

b)26% reclamaram ruídos produzidos pela vizinhança.

2 — Zona média

a) 13% reclamaram ruídos do exterior;

b) 42% reclamaram ruídos da vizinhança

3 — Zona silenciosa

a) 6% reclamaram ruídos do exterior

b) 50% reclamaram ruídos da vizinhança

A pobreza do confôrto acústico que se verifica na maioria das habitações modernas, deve-se a dois fatôres:

a) Os ruídos provenientes do exterior, cujos níveis sonoros veem se elevando dia a dia, consequência da mecanização e intensificação do tráfego urbano, das lojas barulhentas, da má planificação urbanística a não intensificação das zonas industriais e residencias), etc.

b) As modernas técnicas de construção, com o emprêgo de materiais e elementos de construção leves e pouco isolantes, com a aplicação de revestimentos de baixa absorção sonora, com a marcante preferência por estruturas continuas, oferecendo condições propicias para a transmissão de ruídos provenientes do exterior e os causados pela vizinhança.

III — Do ponto de vista urbanistico

Bastante desagradável é residir junto aos aeroportos, estações ferroviárias, estádios desportivos, ruas de tráfego muito intenso, indústrias ruidosas, pois tais tipos de ruídos são, de maneira geral, de difícil solução. Entra aí o problema de uma urbanização bem planejada.

As zonas residenciais devem ser afastadas de tais pontos. No caso de impossibilidade, criar entre elas e as zonas ruidosas longas faixas de arborização (vide figura 1), que funcionará como barreira sonora.

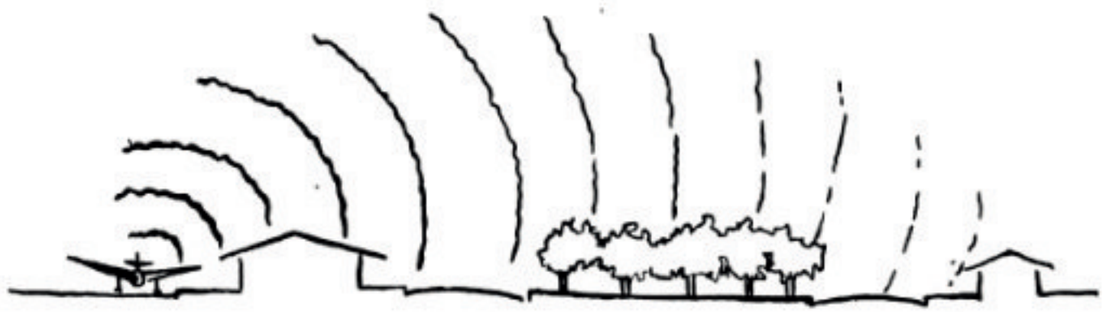
Este é um dos diversos aspectos a serem considerados no planejamento urbanístico de uma cidade, não cabendo, neste trabalho, o seu estudo.

IV — Projeto

O avião a jato exigiu, com o seu aparecimento, um contrôle mais profundo dos ruídos em todos os aeroportos. A construção de estações aeroviárias modernas, precisa ser bem estudada, as paredes externas deverão ser duplas, maciças, com amplos espaços de ar ou alguma outra isolação adequada, evitando-se pontos fracos ou "fendas', que permitam um "vazamento acústico".

Uma parte importante do projeto é a determinação da espessura exata do isolante que deverá ser aplicado.

No próximo número apresentaremos trabalhos já realizados sôbre problemas acústicos em aeroportos. ■



DESTAQUE

CRIAÇÃO ARTISTICA ESTA ISENTA DO IMPÔSTO DE RENDA

— O chamado projeto estrutural elaborado por engenheiro-projetista constitui legitima criação intelectual e está livre da taxação do Impôsto de Renda, pois êle é considerado obra de arte, disse, em entrevista a O GLOBO, o advogado Frederico A. Gomes da Silva.

Em recente despacho exarado em uma nossa consulta formulada em favor do Engenheiro Leopoldo de Castro Moreira, a Divisão do Impôsto de Renda declara que "nos casos de projetos elaborados por arquitetos ou engenheiros-projetistas, sòmente as criações artísticas se enquadram na isenção constitucional dos direitos de autor, a que se refere a alínea "g" do § 2.º, do Art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 43.373, de 7 de dezembro de 1939", que estabelece: — § 2.º Não entrarão no cômputo do rendimento bruto: ... (g) os direitos de autor, a remuneração de professôres e de jornalistas, inclusive os proventos dos professôres aposentados, entendendo-se como direitos de autor os rendimentos que promanarem de alienação ou exploração de obras literárias, científicas, artísticas ou didáticas", acentuou o Sr. Gomes da Silva.

A letra da lei é clara e insofismável, não oferecendo margem a dúvidas ao qualificar a atuação do engenheiro-projetista como trabalho artístico uma vez que permite a execução de obras arquitetônicas que nada mais são do que obras de arte.

ORIGINALIDADE DO PROJETO

— A Divisão do Impôsto de Renda, falou, distingue, ainda, preservando os interêsses do Fisco e na Interpretação da lei, que tais projetos sejam executados com real parcela de criação artística, não podendo ser confundidos com aquêles em elaboração, já do uso comum.

Realmente, os direitos de autor só podem ser entendidos como aquêles resultantes do trabalho original, próprio da criação científica e artística. O detalhamento ou a reprodução de trabalhos de outros ou mesmo de projetos já conhecidos anteriormente não constitui trabalho de criação, não se enquadrando, portanto, na conceituação dos direitos de autor, isentos do pagamento do Impôsto de Renda.

E, concluindo acrescentou o advogado Frederico Gomes da Silva que os trabalhos executados por arquitetos ou engenheiros-projetistas estão, agora, definitivamente enquadrados na isenção constitucional a que se refere a alínea "g" do parágrafo 2.º do Art. 11 do regulamento do Impôsto de Renda.

"O GLOBO" 1-4-1963

ALIENAÇÃO

— Acresce, ainda, prosseguiu, a circunstância de que, em tais casos, o engenheiro apenas projeta, fornecendo assim os elementos técnicos para a execução da obra artística que passa à propriedade de terceiros. Na informação dada à nossa consulta, aquela Divisão fixou com muita propriedade a semelhança existente entre as atividades do arquiteto e do projetista, estabelecendo que "tanto as atividades de um, quanto do outro se situam no âmbito técnico-científico, a que não é estranha a feição artística". Quer consideremos como obra artística ou como obra científica a remuneração percebida pelo seu realizador em pagamento à elaboração de seus projetos está isenta do gravamento do Impôsto de Renda.

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O folhetim dos alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura "A. R. ARQUITETURA E REALIDADE" ano 2 n.º 6 publicou uma interessante síntese da aluna Helena Maria Menna Barreto sôbre o problema de nossa Universidade.

É sempre oportuno conhecermos as observações de nossos futuros arquitetos, principalmente com relação ao que lhes toca diretamente, como o presente artigo de H.M.M.B., "Para um

primeiro encontro com a Universidade Brasileira".

PARA UM PRIMEIRO ENCONTRO COM A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A juventude representa, sempre, o sôpro renovador na vida de uma nação. Aqui ela compreendeu a importância de seu papel dentro do processo por que passa o Brasil para se tornar uma nação livre. No processo cultural ela representa as idéias novas que, no diálogo com as conservadoras fazem com que a Cultura seja algo dinâmico, sempre se renovando, sempre se fazendo, pelas contradições entre as gerações.

A juventude de nossos dias vive uma fase em que a evolução é compreendida como o próprio sentido da vida e em que o progresso técnico-científico é considerado capaz de transformar o mundo num mundo para o Homem. No entanto, o que vemos é a própria negação do progresso. É o "desenvolvimentotismo", em que as conquistas do Homem beneficiam a uma minoria e escravizam a quase totalidade dos homens. E a cultura de uma nação em que essas coisas acontecem tem, evidentemente, que obedecer a esta norma.

A Universidade, seu mais importante centro, serve a 1% da população do país. Seu papel é o de distribuidora de diplomas que irão promover socialmente meia dúzia de privilegiados que conseguem ultrapassar as sucessivas barreiras do ensino primário e médio. E o que queremos nós fazer? Dizer que pretendemos a Reforma Universitária não tem sentido se a desligamos de um conjunto de medidas que a tornarão possível. Atualização dos currículos é apenas um dos aspectos da questão universitária, mesmo que ela seja feita no sentido que a realidade brasileira impõe; outro aspecto é o da democratização do acesso à Universidade, que envolve o problema dos cursinhos, do aumento do número de vagas, de criação de universidades no interior; ainda outros são o das faculdades isoladas, o da Cátedra Vitalícia. Como se vê não é assunto que possa resolver dentro dos muros da própria Universidade. Está intimamente ligado aos outros problemas nacionais.

Qualquer reforma afetará interêsses. Vejamos, por exemplo, a Cátedra Vitalícia, que todos reconhecem como obstáculo à melhoria do ensino — experimentemos acabar com a vitaliciedade e sugerir que sua estruturação seja mais democrática. A reação não demorará; não sòmente por parte dos catedráticos, mas de tôda uma classe cujos interêsses estão em jôgo, porque a maioria dêles pertence às altas esferas governamentais — são Ministros de Estado, são senadores, são membros do Poder Judiciário. E nós seremos acusados de conspirar contra a autoridade constituída, de profanar nossa Cultura, de destruir o que há de mais respeitável na venerável instituição que é a Universidade Brasileira. Porque há gente para quem a cátedra vitalícia é um dogma. Como foram dogmas a superioridade de uma raça, o direito divino dos reis; como é dogma o direito de propriedade dos latifuniliários, a legitimidade do lucro, a "liberdade" de ensino para os mercadores de cultura. Essa cadeia de dogmas é o sustentáculo do regime em que vivemos. Para aquêle que se beneficia de um dêles não é interessante que se desminta um dos outros, porque ameaça a estabilidade do conjunto.

Qualquer reforma na estrutura da sociedade brasileira corresponderá a uma reforma na Universidade, só aquela reforma será capaz de transformá-la profundamente. E qualquer pessoa que se demore um pouco mais na análise verá que o que a Universidade Brasileira precisa não é reforma de superfície — seus próprios alicerces estão deteriorados. Também não se pode acreditar ingênuamente que a simples transformação das relações econômicas e da estrutura social irão construir a Universidade que se quer. Essa construção dependerá de um trabalho constante de alunos, professôres, pesquisadores, para evitar a todo custo uma "adesão" da Universidade a qualquer forma de govêrno ou a qualquer forma de filosofia. A Universidade deverá ser sempre debate entre as mais diversas correntes de opinião, por sua própria função de elaboradora consciente da Cultura.

Êsses são alguns dos aspectos da tão discutida Reforma Universitária. Não pretendemos com êsse artigo fazer uma análise crítica da Universidade Brasileira. Cuidou-se apenas de chamar atenção para um dos mais graves problemas da Cultura nacional. Aconselhariamos, para um conhecimento melhor do problema, a leitura da Carta da Bahia e da Carta do Paraná, conclusões dos Seminários de Reforma Universitária, realizados pela UNE, respectivamente, em 1961 e 1962, e de um trabalho do professor Ernani Fiori a respeito da Universidade. Gostaríamos que o que escrevemos servisse para reflexão daqueles que agora ingressam na Universidade. De fato, uma das mais importantes tarefas que ela lhes apresentará será essa sua própria transformação. O que exigirá sua disponibilidade e seu entusiasmo.

O SENTIDO DA RENOVAÇAO URBANA NOS E.U.A.

O Suplemento Informativo da Cinva (Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento) de novembro de 1962, comenta o artigo publicado pelo "The American Federalist", revista mensal oficial da "American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization, AFL-CIO" (Federação Norte Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais) de autoria de William L. Slayton, dos quadros da "Urban Renewal Administracion". O artigo de W.L.S. intitulado "O Renascimento das Cidades" trata dos aspectos relativos à renovação urbana que vem sendo tentada no sentido de assegurar aos aglomerados humanos dos E.U.A. melhores condições urbanísticas.

W.L.S. assinala, inicialmente, que a renovação urbana dos E.U.A. cujo objetivo principal era a erradicação de tugúrios e a sua consequente substituição por residências adequadas, trouxe à tona outros problemas relacionados com a previsão do equipamento social dos novos grupamentos habitacionais. Segundo o autor, evidenciou-se, então, a necessidade de pensar em termos de setores urbanos em vez de faze-lo em termos de unidades de habitação.

Estudar o setor urbano implicava, por outro lado, em novos problemas ligados à necessidade de prover uma base econômica saudável para a comunidade que se pretendia ajudar. O conceito de renovação urbana evoluiu, desta forma, para um programa de melhoramento de todo o meio ambiente da zona residencial, uma vez que ficará demonstrado serem interdependentes os diversos aspectos e partes da comunidade.

"Hoje em dia, a renovação urbana incide sobre muitos interesses vitais para tôda a comunidade: hábitos de vida, transporte, comércio, empregos, oportunidades de educação, inversões financeiras e atividades recreativas."

Os americanos compreenderam não ser possível encarar o problema habitacional como um mero programa assistencial, cuja finalidade máxima seria assegurar boas condições de moradia. Boas condições de moradia não se restringem, como é costume pensar em certas esferas brasileiras, a ocupação de uma casa construída de alvenaria e coberta com telhas, ou seja, unidade de habitação edificada dentro dos processos correntes de construção. O problema, como ficou visto, é bem mais amplo e tem conotações sócio-econômicas de âmbito bem maior.

Prosseguindo, W.L.S., afirma:

"Basicamente a renovação urbana é o meio através do qual nossas comunidades urbanas estão promovendo programas integrais de melhoramentos. A renovação urbana compreende a erradicação aos agrupamentos de habitações anti-higiênicas ou de áreas em decadência e sua reabilitação: assim como o replanejamento da zona, visando os interesses da cidade. Compreende, também, a reinstalação das famílias que serão deslocadas pelas obras da renovação urbana; a demolição das edificações antiquadas; a previsão de locais para zonas comerciais e industriais modernas; a introdução de melhoras no traçado viário, pavimentação e canalizações gerais, calçadas, escolas, locais de recreo, etc. e, ainda, a reabilitação de edificações e a venda da terra urbanizada a construtores particulares que se comprometam a construir de acôrdo com o plano de renovação urbana implantado."

O autor não dá maiores esclarecimentos — o extrato da CINVA não os dá, pelo menos — quanto ao processo de intervenção da Administração Pública na terra das áreas a serem reabilitadas. A frase final do trecho transcrito dá a entender entretanto que ela foi desapropriada ou comprada para a execução do planejamento e, numa segunda etapa, mediante o compromisso de cumprir o plano, volta às mãos de particulares. Pena é que maiores detalhes não tenham sido dados sobre este aspecto dos mais importantes em todo o planejamento urbano: a posse e o uso da terra. Sem um planejamento global, dificilmente poder-se-á evitar a especulação com os terrenos, e, desta forma, os melhoramentos feitos com os meios da coletividade iriam criar uma mais-valia a ser usufruída pela pequena minoria dos que estivessem com a propriedade dos terrenos, não só da área planejada como dos adjacentes.

W.L.S. reconhece como uma das falhas básicas das cidades americanas a ausência de planejamento ou o planejamento não adequado. As cidades americanas cresceram sob o império da livre iniciativa e, conseqüentemente, da especulação com imóveis. Êste processo gerou, entretanto, a necessidade da intervenção da Administração Pública, com a formulação e implantação de uma política de renovação urbana. A aplicação desta política atinge, hoje, cêrca de 500 cidades dos E.U.A., incluindo pràticamente tôdas as mais importantes. Nestas 500 cidades estão sendo desenvolvidos perto de mil planos de renovação urbana. *"Porém, nem tôdas são grandes cida-*

des; 80% delas têm menos de 50.000 habitantes. O maior dêstes planos "Eastwick", situado em Filadélfia, abrange uma extensão de mil hectares e requererá a reinstalação de 2.400 famílias e demolição de mais de 2.300 casas."

Estes são os aspectos atuais de uma civilização essencialmente urbana. *"Sua economia passou da base agrícola para a comercial e industrial. Atualmente, cêrca de 70% de nossa população vive em áreas urbanas, as quais representam a maior parte da riqueza e da capacidade produtiva da nação"*, assinala William Slayton.

Esta urbanização, entretanto, não foi feita dentro de um critério capaz de ser considerado como dos mais saudáveis e, hoje, grandes somas estão sendo aplicadas no processo de renovar e salvar extensas áreas urbanas. O Govêrno Federal dos E.U.A., segundo o autor, participa, atualmente, com 4.000 milhões de dólares, para a execução da política de renovação urbana. As administrações locais entram com uma cota de 2.000 milhões de dólares.

A sociedade americana chegou a conclusão de que um *habitat* urbano orgânico e integrado, não é importante apenas como um fim em si mesmo, ou seja, como friza W.L.S. *"por aquilo que representa para seus habitantes: a casa onde vivem, as oportunidades de trabalho e de lazer, o meio ambiente onde crescerão seus filhos e todo o mundo físico que os rodeará dentro dos próximos 10, 20 ou 50 anos"*. Importa também e muito, à indústria e aos negócios, é evidente. *"Para o homem de emprêsa, a boa organização e a marcha de sua comunidade deve ser tão importante quanto a operação do seu negócio, já que a comunidade é, geralmente, na realidade uma extensão da planta do escritório ou ao armazém.*

"Qualquer comunidade que deseje atrair novas indústrias, negócios ou pessoal idôneo para operá-los deverá dar atenção às necessidades de oferecer-lhes condições urbanas propícias (...) "Setores urbanos mal servidos e de aspecto ruinoso custam muito em têrmos de impostos destinados a serviços públicos e assistenciais. Isto ficou demonstrado em tôdas as pesquisas efetuadas nos setores urbanos em mau estado. A habitação e as condições do setor onde ela está localizada são fatôres importantes no estado de saúde da comunidade.

"A saúde da comunidade é de importância fundamental e direta em têrmos econômicos — tanto para empresários quanto para trabalhadores."

A política de renovação urbana americana age de duas formas, segundo William L. Slayton:

"1 — Renovação e conservação da edificação e de setores urbanos que podem ser salvos.

"2 — Limpeza e renovação das áreas que requerem tratamento drástico."

Esta política tem ainda por finalidade:

"1 — Transferir as famílias que ocupam habitações sub normais, localizadas em setores favelados ou áreas decadentes para habitações normais, situadas em setores apropriados.

"2 — Reconstruir a área para uso mais conveniente (comercial, residencial, institucional ou residencial)."

A legislação americana de 1949 sôbre renovação urbana dava bastante ênfase à erradicação de tugúrios e de zonas em decadência. Evidenciou-se, porém, imediatamente, que milhões de casas situadas nestas áreas representavam uma riqueza considerável que não podia ser destruída, cumprindo, desta forma, procurar salvá-las antes que o mal avançasse muito, reabilitando-as de maneira econômica.

William L. Slayton, termina dizendo que *"A renovação urbana das cidades dá a oportunidade de começar de nôvo e, de acôrdo com as novas necessidades, criar novos planos eficientes e desejáveis em nossas vidas"*.

O nosso problema difere muito dos aspectos abordados pelo autor de "Renascimento das Cidades". Os Estados Unidos enfrentam, no momento, a tarefa de realizar uma política urbana capaz de salvar as cidades e assegurar-lhe um crescimento mais harmônico. Nós estamos na fase inicial de um intenso processo de urbanização. Qualquer quantidade mínima de bom senso indicaria que o melhor caminho seria, desde já, procurar dar um sentido mais humano e, conseqüentemente, mais orgânico ao crescimento dos nossos núcleos urbanos. É insensato deixá-los crescer, como vêm crescendo quase todos êles, para, mais tarde, gastar fortunas enormes numa cirurgia urbana cara e pouco eficiente. Temos, hoje, dois grandes centros urbanos que somam perto de sete milhões de habitantes, quase um terço de tôda a população citadina brasileira. Cinco outras cidades caminham, a passos largos, para o milhão de habitantes: Belo Horizonte, Recife, Pôrto Alegre, Salvador e Fortaleza. Algumas medidas institucionais, somadas a outras de planejamento, poderiam significar, a custa de um investimento barato, uma economia fabulosa para tôdas as cidades brasileiras. A esta economia em dinheiro, não podemos deixar de juntar outra: a social, de valor bem mais alto.

O Govêrno brasileiro, mostrando não estar ausente a significação dêstes problemas anuncia uma reforma urbana. Esperamos que esta reforma contenha os elementos capazes de permitir o planejamento integral de nossas comunidades assegurando-lhes desta forma, as condições indispensáveis à criação da base real e sólida da cultura brasileira.

M. N. B.

COMERCIAIS AS EMPRÊSAS DE CONSTRUÇÃO

Brasília, 27 — (Sucursal) — As emprêsas de construção civil, que de industriais passaram a comerciais, por fôrça da Lei n. 3.068/62, assim permanecerão. O STF recusou-se a conhecer, pelo voto do ministro Luiz Gallotti, o mandado de segurança do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de São Paulo, que continuava a impedir aquela transformação.

(Correio da Manhã 28-3-963)

"O Jornal" de 24 de março de 1963, publicou um artigo do arquiteto Bina Ponyat, de título muito curioso "Bula para uso do arquiteto". A princípio, pensamos estar diante do próprio receituário. Mas, não. B. F. afirmando que "o desconhecimento da profissão de arquiteto não é só do leigo; é, também de alguns engenheiros, e mesmo de um pequeno grupo de arquitetos", vem propor, principalmente ao presidente do IAB, uma divulgação urgente da correta atividade profissional do arquiteto. "Uma verdadeira bula para uso de arquiteto": Pois, prossegue o arquiteto, "torna-se necessário e urgente situar o arquiteto no conceito geral. Dizer o que êle faz por excelência, e que já deveria fazer com exclusividade. Vivemos, até aqui, dentro de uma legislação imprecisa quanto às atribuições profissionais. A lei atual, quando surgiu, já deveria ter definido com propriedade, o que cabia a cada um: o que era do engenheiro, o que era do arquiteto e o que era do engenheiro-agrônomo. Razão esta suficiente — se não houvesse outras no tempo — para a nova regulamentação que se espera".

Em boa hora o problema da regulamentação profissional volta a ser ventilado. Nos últimos tempos nada progredimos nessa antiga luta. E com o desenvolvimento cultural do Brasil é indispensável a extinção de tôdas essas leis caducas causadoras de inúmeros prejuízos para a coletividade brasileira.

A. L. B.

destaque

O criador e sua obra

Por ocasião do 3.º aniversário da inauguração de nossa capital federal, ocorrido a 21 de abril passado o JORNAL DO BRASIL publicou um caderno especial comemorativo. Em sua terceira página encontramos um depoimento de Oscar Niemeyer que analiza Brasília dentro de sua perspectiva histórica de nosso desenvolvimento. Pela sua importância natural, estas observações de Oscar que receberam o título de "Niemeyer fala de sua obra", estão transcritos na íntegra a seguir:

É difícil falar de Brasília, nos seus acertos e desacertos, numa época em que os problemas sociais se avultam, absorvendo tôdas as nossas atenções.

Como falar de Brasília, do seu urbanismo e de sua arquitetura, vendo que a miséria nos cerca, avilta e se expande a passos largos? Como falar de Brasília e de seus problemas, da falta de habitação etc., se o pobre, a grande maioria, se abriga nas cidades-dormitórios, nas piores condições? Como reclamar do Govêrno o início das obras que tanto desejamos, se dêle desejamos — em primeiro lugar — a solução das reivindicações populares, a entrega do pão e da terra aos nossos irmãos desfavorecidos? É difícil, meus amigos, e por tudo isso serei breve e conciso:

Brasília não surgiu de repente, como num passe de mágica qualquer, mas depois de muita luta e desespêro, o que a engrandece e dignifica. Há cinco anos passados, Brasília era apenas um sonho de Juscelino Kubitschek, uma idéia secular que muitos combatiam como visionária e impossível. Enormes, quase insuperáveis, eram realmente os obstáculos a vencer, obstáculos que começavam com a própria localização da cidade, como que perdida nesse nosso imenso sertão.

E isso se agravava com a falta de estradas, condicionado os transportes aos caminhos existentes que nos períodos de chuvas se alagavam intransitáveis. A essas dificuldades acrescia ainda a descontinuidade governamental que limitava o prazo útil para sua construção aos cinco anos de um único período presidencial, uma vez que a experiência advertia que as divergências políticas tornariam difícil, quase impossível, estendê-la a outro período. A tudo isso se adicionavam os problemas econômicos e a certeza de que a reação saberia organizar-se contra Brasília — como efetivamente o fêz — quando sentisse possibilidade de êxito para o empreendimento. Mas a decisão de Juscelino Kubitschek era de tal ordem efetiva e seu empenho em mantê-la tão obstinado que em pouco tempo Brasília se concretizava "bela, acolhedora e monumental", como Lúcio Costa previa.

Mas como foi duro realizá-la! Não me refiro — é claro — ao nosso trabalho de arquiteto, mas à tarefa extraordinária de construí-la no prazo fixado — 3 anos apenas! — sem estradas e transportes, sem uma base industrial preestabelecida, lutando desesperadamente contra tôdas as obstruções imagináveis.

Lembramos com saudade dos desconfortos que passamos, distantes de tudo, como que largados nesse fim de mundo, mas lembramos, também, e isso nos conforta, como todos souberam superá-los, conscientes de que não faziam sacrifício inútil, mas colaboravam numa obra necessária, indispensável ao nosso País.

Para isso valeu-nos a dedicação de Israel Pinheiro e, principalmente, o exemplo de Juscelino Kubitschek, que soube prosseguir com a obra projetada, indiferente às dificuldades que surgiam, às pressões com que tantos pro-

foto: "Jornal do Brasil"



curavam envolvê-lo, dando-nos assim, mais ânimo, fazendo-nos sentir menores, menos importantes nossas próprias dificuldades diante da tarefa gigantesca a que deliberadamente êle se impôs.

Hoje essas lembranças nos ocorrem com uma vaga saudade, vendo a nova Capital irreversivelmente fixada e, permitam-nos dizê-lo, conhecida e louvada por todo o mundo. Daí o nosso desinterêsse pelos que ainda a combatem, pois sabemos que o fazem por paixão política, por interêsses econômicos ou falta de autocrítica. Lamento apenas os que, alheios aos problemas básicos do País, a reforma agrária, por exemplo, fazem do Parlamento uma tribuna contra a nova Capital, ameaçando-nos com seu incrível provincianismo. A êsses responderemos no momento oportuno, esclarecendo ao povo sôbre suas incompreensões e seus verdadeiros objetivos.

Em abril de 1960 a nova Capital foi inaugurada, e pouco a pouco a burguezia se instalou na cidade com todos os seus vícios e discriminações. Começaram as críticas e as exigências inoportunas, como se Brasília não fôsse uma cidade ainda em construção. Apenas os operários — que a construiram — permaneceram os mesmos, com a mesma miséria, transferidos para as cidades vizinhas, vendo Brasília de longe, com a amargura com que Carlos Drummond de Andrade se refere a Itabira: "um quadro na parede. E como dói".

Numa manhã de chuva e tristeza chegou o nôvo Presidente, Jânio Quadros. Lembro como foi comovido que me despedi de Juscelino Kubitschek junto ao aeroporto, pesaroso por vê-lo partir, inquieto com o destino que teriam as obras em andamento e tanto sacrifício nelas dispensado.

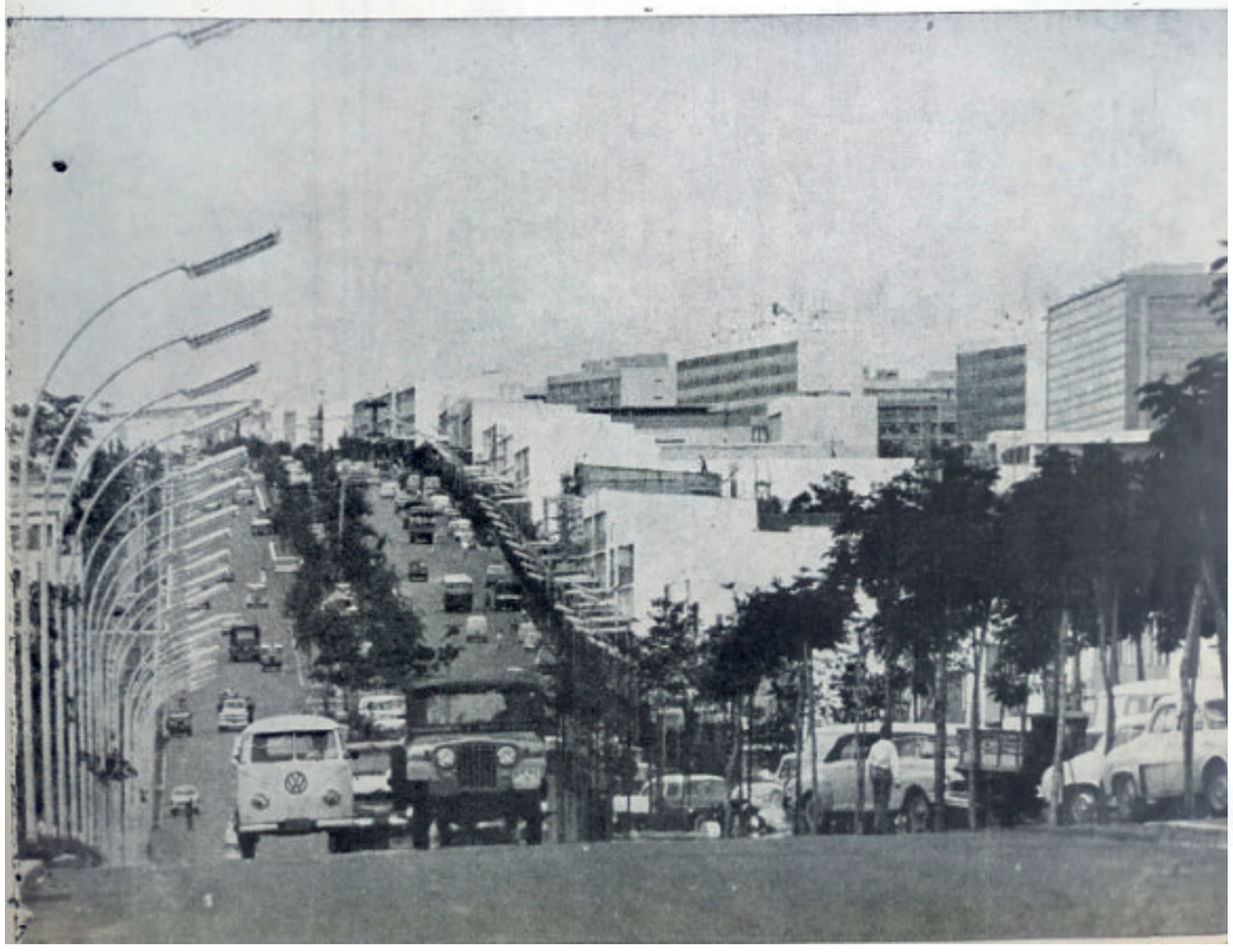
Há momento em que certos problemas passam a plano secundário, superados por razões mais urgentes e fundamentais, e isso compreendemos vendo que a cidade se paralisava, mas que a questão social evoluia e que nova política externa — independente e progressista — se afirmava. Isso levou-nos a apoiar Jânio Quadros e por êle entrar em greve no dia de sua renúncia, atitude que, pelos mesmos motivos, estendemos em apoio a João Goulart, até sua diplomação.

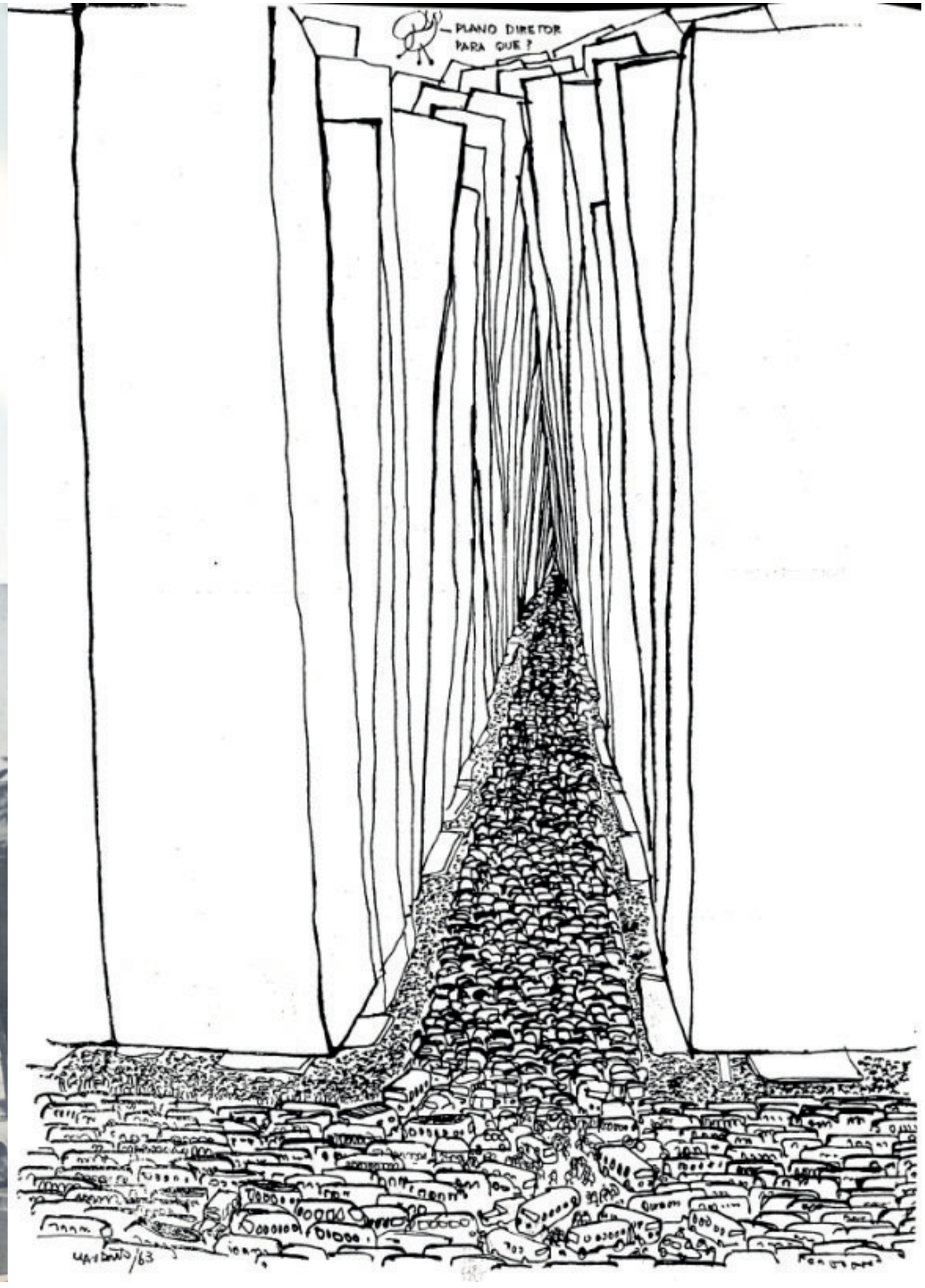
Hoje, meus amigos, Brasília continua paralisada. Apenas na Universidade de Brasília o entusiasmo de Darci Ribeiro faz lembrar o antigo ritmo, construindo escolas, laboratórios, auditórios e apartamentos, estabelecendo na construção um nôvo critério de trabalho, o sistema pré-fabricado, que antes não nos fôra dado utilizar.

Mas, sentimos no ambiente brasileiro um clima de esperança, um calor de solidariedade que nos conforta, vendo o Govêrno atento às reivindicações populares, reivindicações que os mais reacionários insistem em qualificar de simples "agitação", embora sabendo-as justas e inadiáveis.

Um dia Brasília será recuperada. Suas quadras de habitação serão concluídas com as escolas, creches, comércio e clubes indispensáveis. Surgirão estádios, museus, teatros, centros de cultura e recreio, e clubes populares serão construídos nas margens do lago. A terra vermelha do planalto se transformará generosa em sombras e flôres e a vida será bela para todos.

foto: "Jornal do Brasil"





Conselho Superior do IAB

ARQUITETOS PARA O.E.A.

Da F.B.A.E. informam que a O.E.A. pretende contratar 3 especialistas na questão Habitação capazes de realizar estudos sôbre: aspectos físicos e sociais; condições econômicas e mecanismo de finanças; aspectos institucionais e Política da Habitação.

Os interessados deverão dirigir-se ao Diretório da UPADI, Av. Agraciada, 1464 — Piso 14 — Montevideo, Uruguay.

CURSO DE ARQUITETURA NO PARA

Do representante do I.A.B. em Belém do Pará, arquiteto Antonio Paul de Albuquerque, recebeu o Instituto comunicação da intenção do Reitor da Universidade do Pará, Dr. José da Silveira Neto, de criar um curso de arquitetura na Escola de Engenharia do Pará.

O I.A.B., através seu representante, ofereceu seus préstimos, enviando também a opinião do arquiteto Professor Wladimir Alves de Souza sôbre o assunto.

PRÊMIOS

Da U.I.A. foi recebida a comunicação dos nomes dos arquitetos que receberam os prêmios Augusto Perret e Sir Patrick Abercrombie de 1963, respectivamente à Kunio Maekawa do Japão e Constantin Doxiadis da Grécia.

CONSTRUÇÃO ESCOLAR

Do "Centre International de la Construction Scolaire", de Lausanne, Suisse, organismo ligado à U.I.A. e Unesco, recebeu o I.A.B. relatório de suas atividades no ano de 1962. Embora resumido, verifica-se a extensão da pesquisa que realiza no intuito de estabelecer uma comparação das soluções adotadas, com a consulta a 106 países. Os interessados deverão dirigir-se ao endereço acima.

XII SALÃO PAULISTA DE ARTE MODERNA

Do Serviço de Fiscalização Artística do Estado de São Paulo, comunicando a realização do XII Salão Paulista de Arte Moderna, cuja inauguração é a 6 de junho p. f.

LISTA DE ARQUITETOS

Esta Secretaria reitera os têrmos do ofício enviado solicitando a remessa urgente da lista atualizada de todos os associados do I.A.B. em seus vários Departamentos, Delegacias e Núcleos, lista esta inclusive necessária para a remessa gratuita da revista do Departamento da Guanabara.

REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL

O "Consejo Profesional de Arquitectura" da República Argentina, solicitou do I.A.B. o envio de documentação relativa a Regulamentação da Profissão no Brasil, levando a S. G. a declinar do pedido, em virtude do obsoletismo da lei existente, que nenhuma contribuição poderia prestar ao assunto.

PLANEJAMENTO HOSPITALAR — M.AE.

Do Diretor Geral de Engenharia do Ministério da Aeronáutica Maj. Brig. Eng. Waldemiro Advincula Montezuma, recebeu o I.A.B. o pedido de indicação do nome de arquitetos especializados em técnica hospitalar, para projetar o Hospital de Aeronáutica de São Paulo.

De acôrdo com as normas estabelecidas, esta S.G. informou pelo ofício 304/63, estarem todos os arquitetos em condições de projetarem estabelecimentos do gênero e sugerindo a organização de concurso, dentro das normas do I.A.B.

MENSAGEM

Em virtude do trecho da Mensagem ao Congresso Nacional, relativa ao Planejamento Urbano e Habitação, enviada pelo Presidente Goulart, o I.A.B. enviou telegrama hipotecando a Sua Excelência inteira solidariedade e colocando-se à disposição para colaborar no estudo e equacionamento da questão.

VII CONGRESSO U.I.A. — HAVANA

A S. G. chama a atenção, mais uma vez, para os interessados em comparecer ao VII Congresso da U.I.A. em Havana, os quais devem dirigir-se ao Departamento de São Paulo, encarregado da organização da delegação do Brasil.

"FEMMES ARCHITECTES"

A S.G. chama a atenção, mais uma realização do "Congrès International de Femmes Architectes" a ter lugar em Paris de 26 de junho a 1 de julho de 1963. As interessadas devem dirigir-se a "Union Française des Femmes Architectes" — 14 Rue Dumont — D'Urville — Paris XVIe.

CONCURSO INTERNACIONAL

A direção da "University College" de Dublin, Irlanda, convida para o concurso internacional de anteprojetos para essa Universidade, competição aprovada pela U.I.A.

Os prêmios serão de 3.500, 2.000, 1.000, e 500 libras para os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares respectivamente.

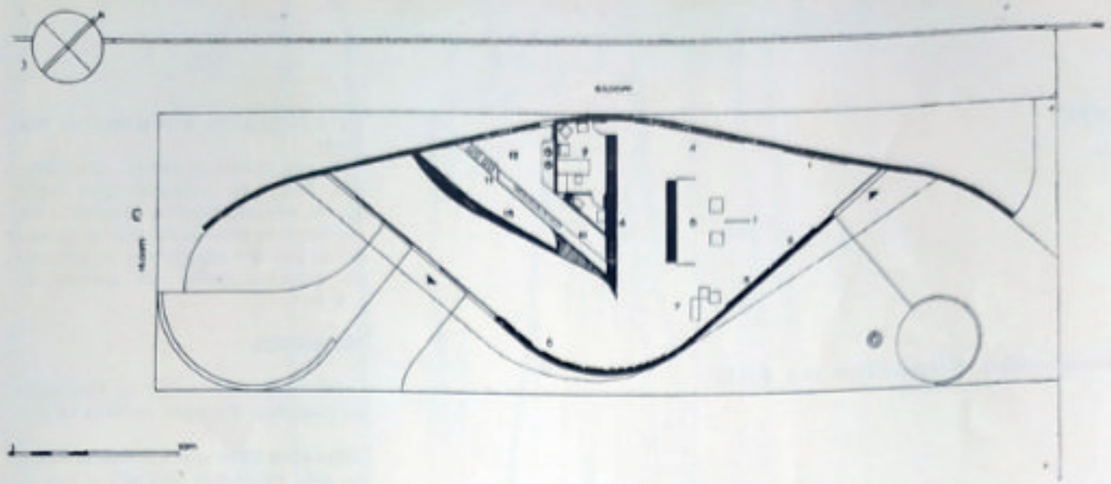
Datas:

Inscrições até 17 de outubro de 1963
consultas até 1 de novembro de 1963
entrega até 1 de junho de 1964.

Os interessados devem comunicar-se com "Competition Register, University College", Dublin 2, IRLANDA, e pagar 5 libras pela inscrição.

ADIAMENTO DE CONCURSO

A U.I.A. informa que o concurso para o Teatro da Opera de Bagdad foi adiado até nôvo comunicado.



PAVILHÃO DO BRASIL NA FEIRA INTERNACIONAL DE TÔQUIO — 1963

Cada dois anos, desde 1950, vem sendo realizada na Capital do Japão uma feira internacional cuja repercussão cresce dia a dia e que certamente pode ser considerada como a feira comercial mais importante de todo o Extremo Oriente.

Para a V FEIRA INTERNACIONAL DE TÔQUIO, a realizar-se de 16 de abril a 6 de maio de 1963, espera-se a visita de mais de dois milhões e meio de pessoas e o comparecimento de cêrca de trinta países.

Será esta a primeira vez que o Govêrno brasileiro participará oficialmente da Feira, contruindo um Pavilhão sob a responsabilidade direta do SEPRO da Embaixada do Brasil no Japão, com a intima colaboração do escritório do I.B.C. em Tôquio.

No momento em que o Govêrno brasileiro está procurando incrementar a venda de nossos produtos no Japão e no Extremo Oriente, nenhuma oportunidade poderia ser melhor do que esta para levar ao conhecimento dos comerciantes, dos industriais e do grande público japonês o que já foi feito e o que se está procurando fazer para aumentar o intercâmbio comercial entre os dois países e incentivar as inversões japonêsas no Brasil.

Para se avaliar das imensas possibilidades do mercado japonês, seja suficiente lembrar que, em 1961, êste país adquiriu 350 mil toneladas de açúcar brasileiro e, em 1962, foi assinado um contrato para fornecimento de 50 milhões de toneladas de minério de ferro, o que constitui a maior operação comercial jamais efetuada pelo Brasil. Por outro lado é desnecessário acentuar a importância para a economia nacional de empreendimentos como a Ishikawagima e, especialmente, a Usiminas, fruto da colaboração nipo-brasileira e prova da confiança do Japão no futuro econômico do Brasil.

Desenhado pelo arquiteto brasileiro Manoel K. Correa, o Pavilhão é simples, elegante e representativo de nossa arquitetura contemporânea. Está êle situado no Setor Internacional junto a uma das duas entradas da Feira, ao lado dos Pavilhões da Alemanha Ocidental e da Austrália, os mais importantes do certame.

A solução arquitetônica adotada facilita sobremodo a circulação dos visitantes e é a mais econômica possível, tanto para a construção do prédio como para sua posterior demolição. Foram criados dois ambientes distintos: um para a exposição propriamente dita e outro para o balcão de degustação do café. Disporemos, outrossim, de uma sala de trabalho completamente independente e onde poderão ser feitas reuniões com os visitantes interessados em obter informações comerciais.

O Pavilhão foi concebido para apresentar um panorama da indústria nacional, da cooperação nipo-brasileira tanto na indústria como na agricultura, das enormes possibilidades do mercado brasileiro e das mercadorias que podemos vender ao Japão.

O que se deseja é dar ràpidamente ao visitante uma noção exata do nível já alcançado por nossa indústria, o que será feito mediante textos, desenhos e fotografias. Em diversas vitrinas e mesas serão expostos amostras dos principais produtos de exportação de interêsse para o mercado local, entre outros: fibras vegetais e animais; ceras e óleos vegetais; couros; fumo e produtos manufaturados; minério e pedras semi-preciosas; produtos agrícolas, dando especial destaque ao café que será oferecido aos visitantes pelo I.B.C. em amplo salão com tôdas as facilidades para o preparo e degustação da bebida.

Painéis com gráficos e fotos mostrarão a crescente importância do intercâmbio comercial e darão conhecimento ao grande público do que vem sendo feito pelo Japão em matéria de investimentos e criação de indústrias em nosso país, aspecto que será completado por um espaço dedicado à imigração japonêsa.

Finalmente, os aspectos mais belos e pitorescos do país serão apresentados mediante painéis fotográficos, desenhos e pequenos objetos típicos populares, num setor dedicado ao turismo e à navegação aérea, para o qual solicitamos a colaboração da VARIG cujos aviões deverão ligar ainda no corrente ano o Brasil ao Japão.

As. Décio de Moura
Embaixador do Brasil ■



Notícias

ENGENHEIROS E ARQUITETOS LUTAM POR MELHORES SALARIOS

As classes de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos estão empenhadas na luta por melhores níveis salariais. Para tanto batem-se pela aprovação do Substitutivo ao Projeto Lei n.º 3 204 A/61 apresentando à Comissão de Finanças da Câmara Federal.

IAB-GB em reunião realizada dia 25.4., hipotecou inteira solidariedade à reivindicação.

As Associações de classe dos profissionais de engenharia e arquitetura enviaram a todos os Parlamentares a seguinte carta:

"As Associações de classe de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos representada pelos respectivos dirigentes, abaixo assinados, julgaram de seu dever patriótico alertar a V. Exa. e aos demais parlamentares para a situação angustiosa que nossa classe enfrenta na atual Conjuntura Econômica da Nação.

Desamparados por qualquer lei reguladora do seu salário profissional, estão suportando uma desigualdade salarial com as demais classes de profissionais, de nivel universitário superior, como, por exemplo, com a dos médicos e cirurgiões dentistas, aos quais se aplica a lei n.º 3 999 de 15.12 61 que dispõe sôbre o salário mínimo dos referidos profissionais.

V. Exa. não desconhece que, tanto quanto as outras profissões e talvez até mais, os profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia são imprescindíveis ao desenvolvimento de uma Nação.

Visando remediar essa situação está sendo apresentado, na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, um projeto substitutivo ao 3 204 A/61, que regulará o Salário Mínimo dos profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; nesta oportunidade, fazemos um apêlo a V. Exa. e aos demais parlamentares para que tal projeto mereça aprovação, a fim de que, tornando-se lei, permita que continuemos a exercer, com dignidade e sem maiores sacrifícios, a profissão que abraçamos e da qual a Nação tanto espera.

GEORGE NELSON

Estêve de passagem pelo Rio o arquiteto norte-americano George Nelson, internacionalmente conhecido por sua contribuição no campo do desenho industrial.

A visita, apesar de vinculada a interêsses comerciais de algumas firmas de mobiliário, proporcionou um debate com nossos arquitetos e "designers" no Museu de Arte Moderna (foto), e uma palestra para os alunos da Faculdade Nacional de Arquitetura.

REGULAMENTAÇAO PROFISSIONAL

A convite da sociedade Brasileira de Cartografia o Eng. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves proferiu uma conferência sôbre o tema "Regulamentação da profissão do engenheiro, do arquiteto e do agrônomo. Caso do Engenheiro Cartográfico e dos técnicos de nivel médio. Implicações com a fixação de curriculos e interêsse pela Engenharia Cartográfica".

Antes de deter-se na Engenharia Cartográfica, tema central da palestra, LMRG fêz um pequeno histórico do nascimento e desenvolvimento da profissão do engenheiro em nosso país. A passagem, apesar de rápida, fornece alguns elementos responsáveis, na época, à inclusão indevida da arquitetura como profissão ramificada da engenharia. Êsse fato fixou marcadamente a visão deformada que hoje se tem das profissões liberais relacionadas com construção em geral. Tal fato, bastante prejudicial à cultura brasileira é responsavel pela confusão existente na mente da maioria dos brasileiros acêrca das profissões do arquiteto e do engenheiro.

A correção dêste fenômeno já em nossos dias compreendido por alguns como imprescindível ainda não rompeu a barreira dos preconceitos e dos interêsses que fundamentaram o pensamento antigo. As bases dêste pensamento que denominava de engenharia a tôda as atitudes técnicas-construtivas, foram lançadas no Brasil, provàvelmente, quando "no mesmo ano de 1808, com os cursos jurídicos, médicos e de Belas Artes, D. João VI funda a Real Academia Militar. Constituindo os nossos primeiros estabelecimentos de ensino superior, abria-nos centros próprios de formação profissional.

O que interessava, no momento, quanto à Engenharia, era o aspecto militar, pela necessidade de solucionar os problemas de fortificação, em defesa da integridade territorial. A finalidade especifica da instituição se implicava uma limitação, representava, todavia, passo decisivo para o futuro. De fato, em 1842, com o decreto n.º 140 de 9 de março, a Academia Militar passa a denominar-se Escola Central, destinando-se, também, aos civis.

Tudo, porém, permanecia indefinido no tocante às prerrogativas profissionais. Só alguns anos depois, ao ser criado, pelo decreto n.º 2.748 de 1861, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, se cogita de um Corpo de Engenheiros Civis, que vem a ser, por fim, instituido pelo decreto n.º 2.922 de 1862".

De lá para cá, no campo da legislação, substancialmente pouco temos evoluido. E, como diz LMRG, "pelas suas condições peculiares, o Brasil teve de optar, inicialmente, pela formação enciclopédica de seus engenheiros, abrigados por contingências a que não poderiam fugir a enfrentar problemas os mais diversos". Hoje no entanto, passado um século, não mais se estabeleceu.

E, torna-se urgente uma revisão da legislação caduca, adequando-a às novas exigências de nossa realidade.

A. L. B.

NOTICIAS DE BERGMAN

Ingmar Bergman foi nomeado para dirigir o Real Teatro Dramático de Estocolmo por um periodo de três anos.

Em uma conferência para a imprensa, Bergman declarou que uma de suas primeiras providências seria a criação de melhores facilidades de aprendizado para a nova geração de atôres e produtores teatrais de cinema e TV.

Como diretor do Teatro Dramático, afirmou que esperava produzir, êle mesmo, uma ou duas obras cada ano e, perguntado se êste nôvo cargo iria interromper sua carreira cinematográfica, contestou: "Espero que isto não aconteça, muito embora no princípio seja um pouco difícil conciliar ambas; tenho esperanças entretanto, de poder produzir dois filmes cada três anos."

Em março, Ingmar Bergman iniciou os trabalhos de sua produção "Uma representação de sonho", de Strindberg, para a TV sueca, com Ingrid Thulin como protagonista. Em 15 de maio iniciará seu primeiro filme em côres, uma comédia do século XVIII com o título preliminar de "Moralkakar". A artista Bibi Anderson terá o papel principal.

E para fins de outubro no Real Teatro está marcada a estréia da versão sueca de "Quem teme o lôbo de Virginia", de Edward Albee, atual êxito na Broadway. A direção é do próprio Bergman, e os direitos autorais foram adquiridos pelo R.T.D. de Estocolmo (SIP).

JORGE MENDES DE OLIVEIRA CASTRO

Faleceu o engenheiro Jorge Mendes de Oliveira Castro. Era engenheiro do Banco do Brasil, professor da Escola de Engenharia da PUC e consultor técnico do Departamento de Engenharia do Sindicato da Construção Civil do Estado da Guanabara. O engenheiro Oliveira Castro era sócio do Instituto de Arquitetos do Brasil e, na sua especialidade — especificações e redação técnica, — colaborou com inúmeros arquitetos, dentre os quais podemos destacar Affonso Eduardo Reidy, Henrique Mindlin, Oscar Niemeyer e muitos outros.

Oliveira Castro dedicou grande parte de sua vida ao estudo da padronização e da normalização dos materiais e métodos da construção civil, tendo alcançado, neste setor, resultados os mais benéficos para todos que militam no campo da arquitetura e da engenharia civil.

NÔVO PALÁCIO JAPONÊS

Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão terão para uso oficial um nôvo Palácio Imperial.

O projeto, recentemente concluido, é de Junzo Yoshimura, e será construido na propriedade Imperial no lugar do antigo edifício levantado em 1889 e destruido em 1945, por um incêndio.

Um jardim capaz de acomodar cêrca de 20.000 pessoas ficará a frente do Palácio, que segundo o arquiteto, "não será imponente, e sim uma construção simples dentro do senso estético dos Japonêses". E, em sua parte oriental, será criado um parque para uso público de cêrca de 344.000 m².

A conclusão da obra está prevista para março de 1967, devendo custar cêrca de 9.000 milhões de yens.

SECRETARIA DE EDUCAÇAO — CONVÊNIO COM O IAB-GB

O Convênio do Estado da Guanabara com o IAB-GB entrou, na S.E.C. em ponto morto. Os arquitetos foram escolhidos, fizeram seus projetos, a verba está consignada e... os contratos não saem.

A êste respeito enviou o IAB-GB ao Professor Flexa Ribeiro, Secretário de Educação e Cultura o seguinte ofício.

Senhor Secretário.

Tem sido preocupação constante do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — manter em perfeito funcionamento as relações "Arquiteto-Estado", cujas normas foram estabelecidas pelo convênio assinado entre estas duas entidades.

Por êsse motivo, vimos à presença de V. Exa. pedir opinião e esclarecimento sôbre os fatos que tomamos a liberdade de narrar:

1 — Através do ofício n.º 499, de 13 de agôsto do ano próximo passado, V. Exa., nos têrmos do convênio firmado entre o Estado da Guanabara e o Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — enviou a êste Instituto a relação dos arquitetos escolhidos pela Secretaria de Educação e Cultura, que deveriam executar projetos para diversas Escolas Primárias.

2 — Naquela ocasião, os arquitetos escolhidos — Henrique Midlin, Jorge Scévola de Semenovitch, José de Almeida Oliveira, Paulo Antunes Ribeiro, Rizza Paes Fernandez Conde, Roberto Rego Cavalcanti e Sérgio Augusto Rocha — foram convocados, através do ofício n.º 399/DPA, de 20-8-1962, para uma reunião na sede do Departamento de Prédios e Aparelhamentos Escolares.

3 — Nessa reunião — presidida pelo engenheiro Oswaldo Bittencourt Sampaio, chefe do DPA, e com a presença, também, dos arquitetos Francisco Bolonha, Rostham de Farias (lotados naquele Departamento) e Ruy José de Almeida Pernambuco, acessor do gabinete de V. Exa. — foram distribuidos os terrenos para os Arquitetos escolhidos, e êstes, numa justissima e natural prova de confiança no Estado, comprometeram-se a entregar os estudos preliminares (anteprojetos) em prazos curtissimos, mesmo antes de terem os seus contratos assinados.

4 — A assinatura dêsses contratos foi várias vêzes adiada. O DPA exigia prazos curtissimos, mas insistia numa cláusula pela qual não haveria nenhuma obrigação do Estado para com o Arquiteto se, por acaso, aquêles contratos não fôssem registrados no Tribunal de Contas — na época, apesar do Convênio, essa hipótese era possivel, pois não existia, no Orçamento Estadual verba especifica para a contratação de projetos.

O natural seria que o prazo de entrega do Projeto definitivo — já que todos os Arquitetos estavam dispostos a arriscar o anteprojeto — fôsse contado sòmente depois do registro do contrato no Tribunal de Contas. Entretanto, o DPA exigia que essa entrega fôsse feita antes do registro, admitindo assim, contratualmente — uma vez negado aquêle registro pelo Tribunal — a hipótese dos arquitetos trabalharem graciosamente para o Estado.

5 — Mesmo diante dêste impasse — e aguardando o orçamento de 63, onde seria incluida a verba especifica que eliminaria as dificuldades relacionadas com o Tribunal de Contas — continuarem os Arquitetos nos seus estudos e trabalhos, executando os anteprojetos, que submeteram à aprovação do DPA. Este Departamento estudou cada um dos anteprojetos apresentados, sugeriu alterações em alguns e, finalmente, aprovou todos autorizando a fase seguinte dos trabalhos: a elaboração do Projeto definitivo, de execução.

6 — Essa fase, senhor Secretário, exige despesas, desembôlso em espécie por parte dos Arquitetos na contratação de Colaboradores especializados. Mesmo assim a maioria dos Arquitetos assumiu êste risco e terminou os seus projetos.

7 — A assinatura dos contratos foi várias vêzes protelada e, afinal, às vésperas do último prazo estabelecido pelo DPA para a entrega dos trabalhos, cujos anteprojetos tinham sido já apresentados e aprovados, foi essa entrega suspensa.

8 — Votado e aprovado o Orçamento de 1963, no qual figurava a verba especial para a contratação de Projetos, cessava o motivo da dúvida levantada pelos arquitetos, que estavam todos dispostos a "financiar" o Estado, entregando os seus trabalhos, já nessa época, quase que totalmente elaborados.

Entretanto apesar de várias vêzes solicitado, o DPA não convocou nenhum dos Arquitetos para a assinatura do contrato.

9 — Sendo afirmado, agora, em despacho do DPA, assinado pelo arquiteto Rostham de Farias ter havido desinterêsse, por parte dos Arquitetos, na elaboração dos projetos encomendados — o que, em virtude do exposto a V. Exa., nos parece grande injustiça — vimos à presença de V. Exa. — um homem que, por sua ligação com a nossa classe, compreende perfeitamente as nossas aflições e os nossos problemas — para que nos oriente qual o procedimento que deveremos ter no sentido de defesa dos interêsses dos sete profissionais diretamente envolvidos nos acontecimentos que acabamos de expor a V. Exa.

Atenciosamente
Mauricio Roberto
Presidente

COM FONÓLITO, CONSTRUÇAO MAIS LEVE E MAIS BARATA

O fato de que as pedras podem ferver, já é, de há muito, conhecido, mas só há pouco, os cientistas souberam que as rochas vulcânicas são capazes de inchar durante a calcinação.

Faz uns vinte anos o cientista soviético P. Budnikov colocou dentro de um forno de mufla um pequeno pedaço de fonólito — pedra vítrea — elevando a temperatura até 1200 graus. Quando se abriu o forno, de seu interior extraiu-se uma enorme pedra.

Depois da calcinação, a **fonólito** aumenta de volume uma dez-doze vêzes. Os cientistas constataram que o vidro com seu volume aumentado, pode ser aproveitado como termoisolante e no concreto armado (como sucedâneo do cimento) em construções leves.

O concreto do fonólito possui uma série de valiosas qualidades: absorve o som, e é resistente às geadas e à humidade. Uma construção feita com tal material é duas vêzes mais leve do que uma de concreto armado comum e cinco vêzes mais que as de tijolo. Além das qualidades já conhecidas, as novas paredes de fonólito distinguem-se pelo baixo custo de fabricação: cêrca de 20 por cento, aproximadamente, mais barato que as de concreto leve e 60 por cento do que as paredes de tijolo.

PRODUÇAO

As primeiras casas de parede de fonólito e concreto foram edificadas em Irkutsk, em 1953. Foram montados dois pequenos fornos destinados à operação de aumentar o volume dos cascalhos e da areia. No primeiro dêles, seca-se a fonólito dado que contém cêrca de 5 por cento de água, e, no segundo, é êle submetido à temperatura de 1000-1200 graus.

O concreto de fonólito já passou da etapa experimental. No laboratório do arquiteto Viktor Vasnin, estão desenhados projetos típicos dê casas dêsse material. Para período de 1963-65, o govêrno planejou a execução de instalações para a produção de cêrca de um milhão de metros cúbicos de concreto de fonólito. (Atlântica News-APN).

ARQUITETURA BRASILEIRA NUM MUSEU DE MOSCOU

Em Moscou foi criada a Universidade de Belas Artes anexa ao Museu de Belas Artes "Pushkin", para que seus visitantes possam não só conhecer preciosas obras expostas nas salas do museu como também ouvir conferências sôbre artes em geral.

Um dos ciclos de conferências que a Universidade está realizando é sôbre "Arquitetura das Cidades da Europa Ocidental e América", tendo sido uma conferência dêste ciclo integralmente dedicada a arquitetura contemporânea no Brasil. (Atlântica News-APN).

EVOLUÇAO SOCIAL DOS PROGRAMAS

Inaugura-se no dia 18 de maio um nôvo centro cultural escandinavo, no Castelo de Hasselby, do século XVII, recentemente restaurado.

Esta bela construção do renascimento, situada nas cercanias de Estocolmo, fôra anteriormente a residência dos Bondes, antiga família de nobres suecos. Atualmente pertence à Municipalidade que dispendeu mais de 600 mil dólares em sua restauração e modernização.

O nôvo centro converter-se-á em um local para atividades sociais e contatos culturais entre os quatro países nórdicos: Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.

O castelo de Hasselby, situado às margens do lago Malar, consiste em um bloco principal de dois andares, com duas alas que terminam em tôrres. Todos os aposentos, desde a cozinha às salas de conferências, foram restauradas, mantendo-se sua aparência medieval. (SIP)

ISENÇAO DE IMPOSTOS PARA HABITAÇAO ECONOMICA NO PERU

Por decreto do Poder Executivo, n.º 46 de 10 de Junho de 1962, do Govêrno peruano, as pessoas físicas ou jurídicas que construam, vendam, aluguem ou financiem, exclusivamente, habitações de interêsse social ficam isentas de diversos impostos durante um período de 10 anos. As isenções foram estabelecidas com a finalidade de promover a participação de emprêsas privadas nos programas de habitação popular e estimular a inversão de capitais nacionais e estrangeiros.

A isenção foi baseada na Lei n.º ... 12.370 que autorizou o Poder Executivo a adotar as medidas necessárias sôbre urbanização, construção, venda e aluguel de casas de baixo custo a fim de contribuir para u'a mais rápida solução do problema habitacional, inclusive outorgando isenções tributárias.

Classificação das Habitações

Para efeitos da referida lei as habitações são classificadas em dois tipos: **A** e **B**.

São classificadas no tipo **A** as habitações que além de satisfazer os requisitos e especificações legais sôbre construção e planejamento urbano, se enquadrem nas seguintes condições:

1. Tratando-se de unidades de habitação unifamiliar ou apartamento para venda, custar 700 soles (o sol peruano livre equivalia em junho de 1962 a 0.0378 do dólar) como preço máximo do metro quadrado de construção e 110.000 soles como preço máximo, a vista, da unidade de habitação, incluindo terreno e construção; 84 meses de prazo mínimo para pagamento e 12% ao ano de juros máximos sôbre os saldos.

2. Tratando-se de unidades de habitação para aluguel: arrendamento máximo mensal de 8 soles por metro quadrado de construção e 1.000 soles por unidade de habitação com opção para compra durante 2 anos, a favor do inquilino.

Pertencem ao tipo **B** as habitações que além de satisfazer os requisitos e especificações legais se enquadrem dentro das seguintes condições:

1. Tratando-se de unidade de habitação unifamiliar ou apartamentos para vender: ter 950 soles como preço máximo por metro quadrado de construção e 150.000 soles como preço máximo a vista, incluindo terreno e construção; 84 meses para prazo máximo de pagamento e 12% de juros máximos anual sôbre o saldo.

2. Tratando-se de unidades de habitação para aluguel: 11 soles no máximo por metro quadrado de construção e 1.500 soles ao máximo por unidade de habitação e a mesma opção em favor do inquilino, das do tipo **A**.

(CINVA — Janeiro-1963)

VII CONGRESSO DA UIA

O Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil, delegou ao Departamento de São Paulo a responsabilidade de organizar a participação brasileira no VII Congresso da UIA. Por sua vez, o Departamento de São Paulo indicou os seguintes colegas responsáveis pelos quatro grupos de trabalho:

Grupo I — Coordenação — Arquiteto Alfredo Paesani

Grupo II — Secretaria — Arquiteto Israel Sancovski

Grupo III — Tesouraria — Arquiteto João Clodomiro B. de Abreu

Grupo IV — Rel. Públicas — Arquiteto Giancarlo Gasperini.

De acôrdo com a mesma resolução, são as seguintes as atribuições dos diversos grupos de trabalho:

Grupo I — Coordenação

1. Organizar a agenda de uma reunião preliminar a realizar-se em Pôrto Alegre, em abril de 1963.

2. Estabelecer as diretrizes da participação brasileira — Tese.

3. Estabelecer critérios para elaboração e seleção das teses.

4. Estabelecer critérios para a constituição da delegação brasileira.

5. Coordenar as atividades das Comissões.

6. Coordenar as atividades dos outros grupos.

Grupo II — Secretaria

1. Informações.

2. Expedição e recepção da correspondência.

3. Recepção de inscrições.

4. Convocar e preparar as reuniões das Comissões.

5. Levantar, agrupar e encaminhar material de estudo às Comissões e aos Departamentos.

6. Impressão e remessa das teses e material de divulgação.

7. Informar e coordenar parte dos documentos da viagem.

8. Divulgação de notas à imprensa.

Grupo III — Tesouraria

1. Elaborar um orçamento provisório.

2. Responsabilizar-se pelos recebimentos e pagamentos.

3. Elaborar um balancete final.

Grupo IV — Relações Públicas

1. Demarches junto aos podêres públicos para obtenção de verbas.

2. Demarches junto às emprêsas de turismo ou de passagens, para obtenção de vantagens.

3. Organizar atividades das quais resultem fundos para a delegação.

4. Demarches junto às indústrias, etc., para obtenção de fundos.

5. Informações turísticas e organização de outros roteiros.

6. Propaganda, cartazes, etc.

Os grupos de trabalho já iniciaram suas atividades, devendo em futuro próximo fazer chegar maiores dados e informações sôbre o Congresso aos Departamentos do IAB, dos quais aguarda, igualmente, quaisquer comunicações relativas ao assunto.

FLAVIO M. REGO NO RECIFE

O Arquiteto Flavio Marinho Rego vai colaborar na execução da Política Urbana do Govêrno Arraes. A sua principal tarefa será o planejamento físico da área, conhecida como Ilha de Joana Bezerra, na capital pernambucana.

CONCURSO PRIVADO NO INSTITUTO DE RESSEGUROS

Atendendo uma solicitação do I.R.B. a Diretoria do IAB-GB indicou o Arquiteto Alfredo L. Brito como seu representante na Comissão Julgadora do concurso privado que aquela entidade está promovendo.

LOJA DO BOM DESENHO

Também à Rua Visconde de Piraja em Ipanema, e com inauguração prevista para julho, será instalada uma loja de características inovadoras em nossos meios artístico e comercial — a "Loja do Bom Desenho". O empreendimento é trabalho do Eng. Fabio Ribeiro de Oliveira e do Arq. Arthur Lício Pontual, e lá serão encontrados objetos e utensílios para a vida cotidiana, inclusive aparelhos elétricos, mobiliários e equipamentos para interiores que sejam aprovados como boa concepção formal em seu sentido artístico-industrial. Essa escolha, bem como o desenho de alguns dos objetos e da linha de mobiliário desmontável que irá inaugurar a loja serão de responsabilidade dos arquitetos Arthur Lício e Davino Pontual.

GAI

Os arquitetos Maurício Monte e Ronaldo Baerlein instalaram em Ipanema à Rua Visconde de Pirajá, 567 a "Galeria de Artesanatos para Interiores" — GAI.

Destina-se ela à exposição de objetos — utilidades estudadas sob rigoroso critério de qualidade artística e de funcionalidade.

Na explanação sôbre as finalidades e antecedentes da GAI os arquitetos frizaram que a pesquisa por êles realizada "se iniciou quando notamos a necessidade de uma presença profissional, do arquiteto, nesse campo. Temos os espaços, as comunicações e os móveis estudados e desenhados arquitetos, mas nos faltam tôdas as demais coisas da vida comum, os objetos-utilidades. Há muita disponibilidade de produtos inadequados que comprometem a natureza estética de obra arquitetônica. Nossa pesquisa foi, precisamente, a de encontrar desenhos, tipos e soluções para objetos-utilidades tornando-os compatíveis em relação à ambiência arquitetural proposta".

No momento a GAI expõe peças diversas como bandejas, travessas, luminárias, paliteiros, saleiros, copos, vasos, todos desenhados pelos dois arquitetos. Mas é intenção dêles também, o aproveitamento de idéias e desenhos de outros arquitetos, estudando-se então no caso de sua concretização em "royaltie" para as peças executadas. ■



ESTANTE

Publicações Recebidas

CONFEA — Regulamentação Profissional Compilada e Coordenada até a Resolução n.º 133.

Publicação realizada por um Grupo de Trabalho por proposta do Conselheiro Cicero Viana Cruz, simplifica a consulta à legislação atual sôbre o exercício profissional da Arquitetura e Engenharia.

Edição do CONFEA, 1962 — 173 págs. 16 x 23 cm.

CRÉDITOS E BANCOS NA ROMA ANTIGA — José Geraldo de Faria.

Edição da Universidade de Minas Gerais — Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura, como sempre, tem ótima feição gráfica.

Trata-se de uma contribuição ao estudo da evolução histórica do crédito econômico e contém as seguintes matérias:

Origem e Evolução do Crédito Romano. Origem e Evolução dos Bancos Romanos. A Política Creditícia entre os Romanos.

O autor José Geraldo de Faria recebeu, com êste trabalho, o prêmio "Cidade de Belo Horizonte (Seção Erudição)" em 1954. J.G.F. é professor catedrático de **Evolução Urbana** da Escola de Arquitetura, da UMG.

Edição do Serviço Gráfico da Escola Arquitetura da UMG. Belo Horizonte. 1963. 155 págs. 16 x 23 cm.

CADERNOS DE ESTUDOS N.º 17, SETEMBRO DE 1962

Publicado pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da U.R.G.S. traz as seguintes matérias:

— Colóquio das estátuas — Artigo de Carlos Drumond de Andrade sôbre o Aleijadinho e os profetas de Congonhas.

— A História constrói a Cidade — Estudo de Arthur Korn a respeito de planejamento urbano, onde são focalizados os precursores ingléses, as cidades-jardins, a cidade industrial de T. Garnier, Le Corbusier, a autoridade do Vale do Tennessee, o regionalismo na U.R.S.S., a região de Moscou e a Polônia.

— Brazil Builds — Artigo de Mario de Andrade sôbre Arquitetura Brasileira, de 1943.

— Geografia das Cidades — Trecho do livro "Geographie des Villes" de Pierre Lavedan.

— III Encontro de Diretores Professôres e Estudantes das Escolas de Arquitetura — Resultado do III Encontro realizado em São Paulo no período de 23 a 28 de julho de 1962.

Cadernos de Estudos n.º 17 — Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura — Pôrto Alegre — Setembro de 1962. 22x30 cm. 59 págs.

CARTAS

(...) Temos a grata satisfação de acusar o recebimento da revista "Arquitetura" que, em momento tão oportuno, êsse departamento está publicando e ofertando aos profissionais interessados.

No ensejo, apresentamos aos Dirigentes de tão valiosa e útil publicação os nossos mais calorosos aplausos por tão brilhante e profícua iniciativa que irá constituir um marco na divulgação de assuntos que interessam diretamente a nós arquitetos.

as. Arquitetos
Vilma Campos e Zélia Almeida
Salvador — Bahia

(...) Aproveito o ensejo para congratular-me com o IAB-GB, pela belíssima apresentação gráfica de sua revista bem como a importância e oportunidade dos assuntos nela contidos.

Sem dúvida nenhuma êste periódico é um forte vínculo de aproximação entre arquitetos e esta instituição.

as. Arquiteto
Reynaldo A. Fanzeres da Silva
Guanabara

Através do Ministério das Relações Exteriores esta Missão recebe, entre outras publicações, a magnífica revista "Arquitetura" que tem despertado interêsse pelo seu conteúdo e apresentação.

Gostaríamos muitíssimo de colaborar com os propósitos da direção da revista, divulgando-a aqui no Japão entre aquêles diretamente interessados por nossa arquitetura. Para que tal possa se verificar sugerimos que nos seja feita sistemàticamente a remessa de uns 10 exemplares por correio comum.

as. *Wladimir Murtinho*
Ministro Conselheiro
Brasilian Ambassy
Tokyo — Japão

Meu caro redator:

Muito apreciei a transcrição da Carta de Construções Escolares, no n.º 9, de "Arquitetura".

A utilidade dessa transcrição atingirá, estou certo, a atividade em tôrno dêsse tema de arquitetura, presentemente em grande atuação no país e tratado, quase sempre, com mediocridade.

Servirá de valioso subsídio para aquêles que a desconhecem; mas, sobretudo, de autoridade para os que já adotam os seus conceitos, em todo ou em parte.

Esta última razão é muito importante. Citarei um exemplo que a confirma; recentemente, na apresentação de um trabalho em que alguns conceitos da Carta foram observados e citados, conceitos êsses novos para o nosso meio já, porém, consagrados em todo o mundo, a Comissão julgadora do concurso os considerou meros preciosismos sem fundamento; inovações estrangeiras sem consonância nacional.

Com a ampla penetração que tem a sua revista, espero que as nossas comissões se tornem, agora, um pouquinho mais esclarecidas.

Meus parabéns, meu caro redator.

Com tôda a consideração e apréço.

as. *Eneas Silva* - Arquiteto

Caros Colegas:

No n.º 8, de fevereiro último, de "Arquitetura", revista que representa uma magnífica iniciativa dêsse Departamento, é feita uma afirmação para a qual peço a fineza de uma retificação, a bem da verdade.

No interessante artigo "Arquitetura e Desenvolvimento" de Maurício Vinhas de Queiróz, li com surprêsa: "... Roberto Simonsen ... que facilitou a vinda ao Brasil dos Arquitetos Modernos Warchawchick e Rino Levi", expressão esta transcrita de "Arquitetura Paulista" de Luiz Saia.

Devo esclarecer que nasci em São Paulo, onde fiz os cursos primário e secundário. Em 1921 fui à Itália para seguir o curso superior, voltando após 5 anos, depois de formado. Depois de cêrca de 8 meses que me encontrava novamente em São Paulo, fui trabalhar na Companhia Construtora de Santos, que só mais tarde soube ser dirigida por Roberto Simonsen. Na Companhia Construtora de Santos permaneci cêrca de um ano e meio. Em seguida constitui escritório próprio, de arquiteto e construtor, pois nessa época não havia a possibilidade material de viver ùnicamente de arquitetura.

Muito grato pela publicação dêste esclarecimento no próximo número de "Arquitetura", com os protestos de aprêço e estima,

as. *Rino Levi - Arquiteto*

Legislação

GB

TAPUMES

Decreto n.º 1.559 — de 5 de março de 1963

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 30, da Constituição do Estado,

Decreta:

Art. 1.º — Não serão concedidas licenças para colocação de tapumes que ocupem qualquer parcela do passeio público.

§ 1.º — Sòmente quando se torna indispensável para execução de obra, será autorizada a instalação de tapumes no passeio.

§ 2.º — Nesta hipótese será obrigatória a construção, desde o alinhamento, de galeria coberta sôbre o passeio do logradouro, devendo o tapume recuar para o alinhamento definitivo tão logo se torne possível.

§ 3.º — Quando o imóvel estiver sujeito a recuo, o tapume será colocado no nôvo alinhamento.

Art. 2.º — Caberá ao órgão próprio das Administrações Regionais, da área em que se localizar a construção, a concessão ou renovação de licenças para colocação de tapumes.

Art. 3.º — Caberá às Circunscrições Fiscais das Administrações Regionais fiscalizar o cumprimento dêste decreto que se aplica a qualquer construção licenciada e ainda não iniciada.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1963; 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda

GB

SANTA TEREZA — DISTRITO ADMINISTRATIVO

Decreto n.º 1.584 — de 18 de março de 1963

Cria o Distrito Administrativo de Santa Tereza e dá outras providências.

A 3.ª Região Administrativa, criada pelo Decreto n.º 898, de 9 de março de 1962, compreende os bairros do Rio Comprido, Santa Tereza e Catumbi.

O bairro de Santa Tereza, apesar de não possuir extensão e população que justifiquem a constituição de uma Região Administrativa, possui características próprias, inteiramente iversas dos demais bairros que compõem a 3.ª Região Administrativa.

Dessa diversidade decorre a necessidade de tratamento administrativo que, além de específico, deve ser típico.

Outras considerações de natureza estética, urbanística e turística exigem a assistência técnica e administrativa, efetiva e local:

Isso pôsto,

O Governador do Estado da Guanabara, usando das atribuições que lhe confere a Constituição do Estado e de acôrdo com o art. 1.º do Decreto n.º 898, de 9 de março de 1962, decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Santa Tereza, delimitado como determina o presente decreto, na área da 3.ª Região Administrativa.

§ 1.º — O Distrito Administrativo de Santa Tereza será administrado por um Administrador Distrital designado pelo Governador e escolhido entre funcionários do Estado.

§ 2.º — O Administrador Distrital é subordinado ao Administrador Regional da 3.ª Região Administrativa.

Art. 2.º — Os órgãos e serviços de natureza local, sediados no Distrito Administrativo de Santa Tereza ficam subordinados administrativamente ao Administrador Distrital, por delegação do Administrador Regional (relação anexa).

§ 1.º — Outros serviços, ou setores e serviços de natureza especificamente local, que sejam criados no Distrito Administrativo de Santa Tereza ficarão igualmente subordinados administrativamente ao Administrador Distrital.

Art. 3.º — Os limites do Distrito Administrador de Santa Tereza serão os seguintes: da esquina da rua da Glória com a rua Conde Lage, pelas ruas da Glória e da Lapa, inclusive, e até o Largo da Lapa, exclusive; em seguida pela rua Visconde de Maranguape, Avenida Mem de Sá, rua do Riachuelo e rua Frei Caneca, até a esquina da rua Catumbi, e em seguida por esta até o Largo do mesmo nome, rua dos Coqueiros (tôdas excluídas); daí ao ponto mais alto do morro para descer em direção à divisa do prédio n.º 409 da rua Navarro (inclusive), daí subindo pelo espigão em direção à rua Almirante Alexandrino divisa do prédio n.º 564 (inclusive), atravessando-a para subir na divisa do prédio n.º 567 (inclusive) e incluindo esta rua até a confluência com a Estrada D. Joaquim Mamede, e em seguida da divisa do prédio n.º 567 da rua Almirante Alexandrino pelo espigão do Morro da Nova Cintra, para descer em direção ao ponto mais alto da rua Pedro Américo, por esta e pela rua Santo Amaro, rua do Catete (tôdas excluídas) e pela rua da Glória ao ponto de partida.

Art. 4.º — Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1963, 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Raphael de Almeida Magalhães
(D.O. de 19-3-63 pág. — 5948)

GB

FLORESTA ESTADUAL DA PEDRA BRANCA
Decreto n.º 1.634 — de 7 de Abril de 1963

Declara de utilidade pública para o fim de desapropriação, as áreas que menciona e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara considerando que a Constituição Estadual estipula que ao Estado compete proteger os bens naturais do seu território;

Considerando que entre êsses bens naturais avulta o patrimônio de florestas, que, cobrindo as montanhas cariocas, são uma garantia de belezas naturais perenes e de bem-estar público;

Considerando que a prática demonstrou ser a instituição de florestas e reservas naturais de propriedade do Estado e melhor forma de garantir a perenidade dêsses patrimônios públicos de valor inestimável;

Considerando que entre as áreas que, por suas características geológicas e florestais, urge preservar cita-se a abrangida pelo Maciço da Pedra Branca, onde se situa o ponto culminante do Estado e cuja vertente norte já sofre os efeitos da devastação;

E usando das atribuições que lhe confere o art. 30, item I, da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para o fim de desapropriação, as áreas de propriedade privada consideradas "non aedificandi" pelo art. 23, da Lei n.º 948, de 27 de novembro de 1959, situadas acima da cota de 80 metros e localizadas no conjunto geológico denominado Maciço da Pedra Branca.

Art. 2.º As áreas a que se refere o art. 1.º formarão um conjunto único e indivisível, denominado Floresta Estadual da Pedra Branca.

Art. 3.º A desapropriação é declarada de urgência, para os fins previstos no art. 15 do Decreto número 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1963, 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

(D.O. de 10-4-63 — Pág. 8313)

GB

PLANEJAMENTO

Decreto n.º 1.582 — de 18 de março de 1963

Institui e organiza, em sistema, as atividades de planejamento do Estado.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 30 da Constituição do Estado, e atendendo ao disposto no art. 178 da Lei número 263, de 24 de dezembro de 1962, decreta:

Art. 1.º Fica instituído, na estrutura administrativa do Estado, o "sistema de planejamento", cujas atividades serão exercidas através dos seguintes órgãos:

I — Órgão Central, a Assessoria de Planejamento, integrante da coordenação de Planos e Orçamento da Secretaria do Govêrno;

II — Órgão Setoriais ou Locais, as Divisões, os Serviços, as Seções, Sub-seções ou os Agentes de Planejamento, integrantes da estrutura administrativa do Estado.

Parágrafo único. Os órgãos setoriais ou locais do sistema, qualquer que seja sua subordinação, estão sujeitos à orientação normativa, ao contrôle técnico e à fiscalização específica da Assessoria de Planejamento.

Art. 2.º Compete à Assessoria de Planejamento:

a) a promoção de pesquisas e análises de caráter econômico, social e físico, visando à evolução harmônica do Estado e da comunidade, através da fixação de diretrizes fundamentais para a integração dos programas setoriais;

b) a coordenação, a análise e, supletivamente, a elaboração de programas setoriais;

c) o levantamento de recursos financeiros necessários à execução dos planos de ação do Govêrno;

d) as providências necessárias ao preparo e à atualização dos planos de ação do Govêrno, tendo em vista a adequada aplicação dos recursos disponíveis;

e) a promoção de estudos especiais ligados ao planejamento geral das atividades do Estado, determinados pelo Secretário de Estado do Govêrno;

f) o preparo, com a colaboração do Departamento de Orçamento da mensagem orçamentária e de relatório sôbre a situação econômica do Estado.

Parágrafo único. Os atos normativos relacionados com o sistema serão baixados pelo Secretário de Estado do Govêrno, mediante proposta do Coordenador de Planos e Orçamento.

Art. 3.º Compete aos órgãos setoriais ou locais do sistema:

a) as pesquisas e as análises das atividades setoriais e a elaboração dos programas respectivos;

b) a previsão das fontes de recursos para execução das obras e empreendimentos programados;

c) a pormenorização, para execução, dos programas incluídos nos planos do Govêrno;

d) o acompanhamento da execução dos programas;

e) a realização de estudos especiais, quando solicitados pelo órgão central do sistema.

Art. 4.º A designação ou dispensa dos Agentes do sistema caberá aos Secretários de Estado, ouvido prèviamente o Secretário de Estado do Govêrno.

Art. 5.º A função de Agente do sistema poderá ser exercida:

a) por servidor especialmente designado;

b) cumulativamente, por titular de cargo em comissão, por ocupante de outro sistema auxiliar de administração;

c) por técnicos contratados pelo órgão diretamente interessado ou pela Secretaria do Govêrno.

Parágrafo único. Os servidores especialmente designados, não ocupantes de cargo em comissão ou de função gratificada, receberão gratificação mensal que fôr arbitrada, em cada caso, pelo Secretário de Estado do Govêrno, segundo a natureza do trabalho que lhe fôr atribuído.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1963; 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Raphael de Almeida Magalhães
Carlos Lacerda

(D.O. 19-3-1963)

GB

NORMAS PARA ESGOTO

Departamento de Esgotos Sanitários

Boletim de Serviço n.º 38, de 19-3-63

Atos do Diretor

Portaria n.º 70-63

Em 15-3-63

O Diretor do Departamento de Esgotos Sanitários da SURSAN, usando das atribuições que lhe conferem os itens II e III do Artigo 4.º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 13.447, de 24 de janeiro de 1957 e tendo em vista o Decreto número 1.426, de 28 de dezembro de 1962, resolve: Aprovar as seguintes normas:

Normas para o Esgotamento dos Prédios situados em zonas desprovidas de Sistema Separador Absoluto.

1 — **Objetivo:**

A presente Norma estabelece as condições mínimas necessárias para a aprovação das instalações prediais de esgotos dos prédios situados em zonas desprovidas de sistema separador absoluto, nos têrmos do Decreto n.º 1.426, de 28 de dezembro de 1962, que estende a todo o Estado da Guanabara o Código de Instalações de Esgotos Sanitários, aprovado pelo Decreto n.º 12.652-54 modificado pelo Decreto n.º 13.450-57.

2 — **Caracterização dos Prédios:**

2-1 — Prédios existentes;

2-2 — Prédios em construção — Aquêles cuja construção tenha sido licenciada por órgãos competentes antes da vigência do Decreto número 1.426-62;

2-3 — Prédios a serem construídos — Aquêles cuja construção tenha sido licenciada posteriormente à vigência do Decreto n.º 1.426-62;

3 — **Condições para o esgotamento dos prédios:**

3-1 — Para os prédios a que se referem os itens 2-1 e 2-2 e a fim de que fique salvaguardada a salubridade pública, poderá ser exigido pelo DES:

a) apresentação de plantas relativas à instalação predial existente;

b) colocação, substituição ou reparo da fossa;

c) colocação, substituição ou reparo do poço absorvente;

d) mudança do destino final do efluente da fossa;

e) limpeza da fossa;

f) colocação, substituição ou reparo de canalizações, peças e dispositivos;

g) outras medidas saneadoras.

3-2 — Para os prédios de que trta o item 2-3, proceder-se-á de acôrdo com o Decreto n.º 12.652-54, modificado pelo Decreto n.º 13.450-57;

3-2-1 — Para as construções proletárias construídas de um único pavimento, admitir-se-á:

a) tampas de concreto armado nas caixas de inspeção e gordura, desde que possam ser fàcilmente removíveis;

b) "caixas de passarem" com secção mínima de 15 cm x 15 cm com tampa hermética e fàcilmente removível, para uso na instalação secundária; tais caixas deverão ser dos mesmos materiais admitidos para os ralos simples;

3-3 — As águas servidas dos prédios serão obrigatòriamente encaminhadas a uma fossa séptica que deverá ser do tipo aceito pelo DES;

3-4 — Não será permitida a ligação das águas pluviais às fossas sépticas e poços absorventes;

3-4-1 — As águas pluviais poderão ser reunidas ao afluente da fossa através de uma caixa de inspeção nos casos em que ambos forem ligados ao sistema público de águas pluviais;

3-5 — As águas condutoras de gorduras, óleos, matérias sólidas, etc. terão que passar por caixas especiais detentoras dessas matérias, antes de serem encaminhadas às fossas;

3-5-1 — Não será permitido o lançamento, na fossa, das matérias retidas pelas caixas especiais detentoras.

4 — **Licenciamento das obras, aprovação e ligação:**

4-1 — Para os prédios de que trata o item 2-3, proceder-se-á de acôrdo com o Decreto n.º 12.652-54 modificado pelo Decreto n.º 13.450-57;

4-1-1 — Deverá constar, do projeto apresentado, o tipo de fossa a ser usada, bem como sua capacidade;

4-1-2 — No caso de fossas a serem construídas no local, deverão ser apresentados detalhes das mesmas, em planta e perfil, na escala mínima de 1:20;

4-1-3 — Para as construções proletárias de um único pavimento, poderá, a juízo do DES, ser dispensada a apresentação do instalador. Neste caso, o DES fará o projeto em duas vias, uma das quais será entregue ao interessado para a execução dos serviços, sob a fiscalização do Distrito de Esgotos competente.

4-1-4 — Poderá, a juízo do DES, ser dispensada a apresentação da prova de propriedade, em casos especiais, devendo então ser reconhecida, em Cartório, a firma do requerente, o qual ficará responsável perante o DES pelas despesas do processo.

4-1-5 — Para os casos previstos no item 4-1-3, deverá o requerente apresentar uma planta do prédio e uma planta de situação, ambas na escala mínima de 1:100.

4-2 — Nenhum prédio será ligado à rêde pública, sem que as suas instalações de esgotos sanitários e pluviais, bem como sua fossa, tenham sido aprovadas pelo DES.

4-2-1 — Será fornecido, ao interessado, um documento declarando aprovadas as instalações sanitárias e pluviais pelo DES e ligadas à rêde pública pelo DOB ou DER (modêlo 1).

4-2-2 — Nos casos de logradouros desprovidos de qualquer canalização pública de esgotos (separadora absoluta ou unitária), será fornecido pelo DDE competente, ao interessado, documento declarando que foram aprovadas as instalações sanitárias e pluviais e que o afluente da fossa foi ligado ao sumidouro (modêlo 2).

5 — **Do andamento do processo:**

5-1 — Depois que as instalações estejam aprovadas o processo será encaminhado ao DO (ou DR) com o memorando (em 3 vias) declarando que a instalação foi aprovada (modêlo 1).

5-2 — O DO (ou DR) providenciará a ligação, entregará a 1.ª via do memorando de que trata o item 5-1 ao interessado e devolverá o processo ao DDE, com a 2.ª via também assinada declarando que a ligação foi executada.

5-3 — O andamento do processo, antes e depois das etapas de que tratam os itens 5-1 e 5-2, será idêntico ao dos processos da zona esgotada.

6 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do DES.

RESMAT RESMAT RESMAT
LTDA. LTDA. LTDA.

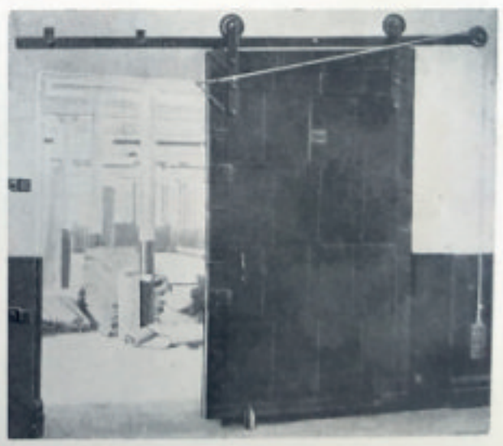
UMA TRADIÇÃO NO RAMO DE PROTEÇÃO AUTOMÁTICA CONTRA INCÊNDIO



Portas corta-fogo blindadas

— com dobradiças
— para correr em trilhos
— de guilhotina
— de funcionamento: automático ou manual

SEPARAM QUALQUER RISCO



As portas blindadas resistem, sem se deformarem, aos maiores incêndios.

Aprovadas pelo I. R. B. e fabricadas de acôrdo com as especificações da A. B. N. T.

Consultem-nos sem compromisso com referência a qualquer problema relacionado com a proteção contra incêndio.

Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 333 — s/506. tel.: 42-1278
S. Paulo: Rua Michigan, 1495 (Brooklin Nôvo). tel.: 61-0602

51

52



ECONOMIA

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

O cimento Portland Mauá supéra as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND MAUÁ BRASIL

Bôlsa de Materiais

01 — Materiais de Cerâmica
02 — Materiais de cimento-amianto e premoldados
03 — Materiais de madeira
04 — Materiais metálicos
05 — Materiais plásticos
06 — Materiais químicos
07 — Materiais de vidro
08 — Equipamentos
09 — Materiais Diversos
(Preços médios nos revendedores do Rio em 30-4-63).

01 — MATERIAIS DE CERÂMICA

Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	Cr$	1.480,00	m²
Azulejos brancos (11x11 e 15x15)	"	2.000,00	m²
terminais (boleados), brancos	"	285,00	mu
terminais (boleados), de 11x11	"	500,00	ml
calhas internas e externas brancas 15 cm	"	250,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	285,00	ml
idem idem idem de côr 15 cm	"	340,00	ml
idem idem idem idem 11 cm	"	450,00	ml
Banheiras brancas 4 1/2'	"	24.970,00	uma
Banheiras Brancas 5'	"	29.700,00	uma
Banheiras Brancas 51/2	"	39.200,00	uma
Banheiras de côr 4 1/2'	"	32.450,00	uma
Banheiras de côr 5 1/2	"	50.950,00	uma
Bebedouros em louça brancos	"	5.300,00	um
Bebedouros em louça em côr	"	5.450,00	um
Bidês brancos 3 furos	"	4.360,00	um
Bidês de côr 3 furos	"	5.670,00	um
Ladrilhos cerâmico sextavados vermelhos	"	1.470,00	m²
Ladrilhos cerâmicos sextavados em côr	"	2.410,00	m²
Ladr. cerâmicos retangulares vermelhos	"	1.560,00	m²
Ladrilhos cerâmicos retangulares em côr	"	2.330,00	m²
Ladrilhos cerâmicos quadrados sulcado vermelho	"	1.850,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado sulcado em côr	"	3.070,00	m²
Ladrilho cerâmico quadrado boleado verm.	"	120,00	pç
Ladrilho cerâmico qudrado boleado côr	"	165,00	pç
Ladr. cerâmico p/piso industrial verm.	"	2.850,00	m²
Ladrilho cerâmico	"	145,00	pç
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	2.750,00	m²
Ladrilhos de porcelana (quadrados, hexagonal e octogonal) em côres	"	1.480,00	m²
Lajota decorativa	"	110,00	pç
Lavatórios de côr 18x11 (1 furo)	"	3.120,00	um
Lavatórios brancos 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	3.500,00	um
Lavatórios de côr 23x17 (1, 2 e 3 furos)	"	4.270,00	um
Litocerâmica acanalada (normal)	"	1.420,00	m²
Litocerâmica — Placa de 300x60x60	"	2.160,00	m²
Mictórios (centro) brancos	"	3.820,00	um
Mictórios (centro) de côr	"	4.290,00	um
Mictórios (sifonados) brancos	"	20.410,00	um
Mictórios (sifonados) de côr	"	30.550,00	um
Mosaico cerâmico vermelho	"	1.870,00	m²
Mosaico cerâmico verde	"	2.120,00	m²
Telhas de barro (martelha)	"	53,00	uma
Telhas de cerâmica (marselha)	"	63,00	uma
Telha de cerâmica colonial	"	78,00	uma
Tijolo cerâmica prensado (simples)	"	72,00	pç
meio curto	"	51,00	pç
canto redondo	"	53,00	pç
Vasos Sanitários (vitrificados, autosifonados, de côr)	"	5.230,00	um
Vasos sanitários (branco)	"	3.210,00	um

(Revendedores no Rio: **Marcovan** — Rua da Assembléia, 178)
J. M. Mello & Cia. Ltda. — Rua Riachuelo, 61/63)

02 — MATERIAIS DE CIMENTO-AMIANTO E PREMOLDADOS

Caixilhos de concreto 14,5x15x5, fixos.	Cr$	2.400,00	pç
20x20x5 c/ 2 rebaixos	"	1.530,00	pç
50x50x50 fixos	"	620,00	pç
1,08x28x10 c/ 2 rebaixos	"	1.420,00	pç
Elementos vasados de concreto, quadrados 13x20x10	"	82,00	pç
14x26x8	"	76,00	pç
30x60x15	"	265,00	pç
Elementos vasados de concreto sextavado 12x8x8	"	55,00	pç
sextavadinho 14x16x8	"	54,00	pç
Elementos vasados de concreto triangular 19x19x26x8	"	65,00	pç
Elementos vasados de concreto 49x50x8 venez	"	458,00	pç

03 — MATERIAIS DE MADEIRA

Chapas de madeira compensada (especial) à prova d'água, 220x160				
pinho — 4mm	Cr$	570,00	m²	
pinho — 6mm	"	770,00	m²	
pinho — 12mm	"	1.250,00	m²	
pinho — 15mm	"	1.610,00	m²	
pinho — 20mm	"	2.200,00	m²	
pinho — 25mm	"	2.800,00	m²	
cedro — 4mm	"	879,00	m²	
cedro — 6mm	"	1.280,00	m²	
cedro — 8mm	"	2.255,00	m²	
cedro — 10mm	"	2.255,00	m²	
cedro — 15mm	"	3.146,00	m²	
cedro — 20mm	"	4.187,00	m²	
cedro — 25mm	"	4.581,00	m²	
cedro — 30mm	"	5.970,00	m²	
Chapas de madeira compensada (comum), 220x160				
pinho — 3mm	Cr$	230,00	m²	
pinho — 4mm	"	300,00	m²	
pinho — 6mm	"	435,00	m²	
pinho — 8mm	"	580,00	m²	
pinho — 10mm	"	720,00	m²	
pinho — 20mm	"	1.320,00	m²	
pinho — 25mm	"	1.650,00	m²	
cedro — 4mm	"	663,00	m²	
cedro — 6mm	"	825,00	m²	
cedro — 10mm	"	1.022,00	m²	
cedro — 15mm	"	1.360,00	m²	
cedro — 20mm	"	1.750,00	m²	
cedro — 25mm	"	2.180,00	m²	
peroba — 4mm	"	880,00	m²	
perola — 6mm	"	1.215,00	m²	
perola — 8mm	"	1.370,00	m²	
perola — 10mm	"	1.520,00	m²	
peroba — 20mm	"	2.275,00	m²	
peroba — 25mm	"	2.730,00	m²	
Chapas de fibra de madeira tipo Eucatex				
Chapas duras de fibra de madeira (Eucatex, Duratex e Masonite)				
couro 3,5mm	Cr$	500,00	m²	
canelado 3,5mm	"	515,00	m²	
frisado 3,5mm	"	485,00	m²	
lapidado 3,5mm	"	515,00	m²	
Chapas Eucatex para forros				
isolante bisotado 12mm 60x60	Cr$	690,00	m²	
isolante 8mm 122x244	"	690,00	m²	
12mm 122x244	"	690,00	m²	
12mm 122x122	"	690,00	m²	
isolante revestido 12mm 122x244	"	790,00	m²	
12mm 122x305	"	790,00	m²	
betumado 12mm 122x244	"	990,00	m²	
24mm 122x244	"	1.980,00	m²	
piso flutuante 12mm 122x122	"	480,00	m²	
acústica A 19mm variável	"	1.410,00	m²	
acústico B 19mm variável	"	1.450,00	m²	
acústico C 19mm variável	"	1.490,00	m²	
travertino 19mm variável	"	1.490,00	m²	
frigorífico 1/2" 122x244	"	480,00	m²	
1" 122x244	"	720,00	m²	
1 1/2" 122x244	"	1.090,00	m²	
2" 122x244	"	1.480,00	m²	
3" 122x244	"	2.900,00	m²	
4" 122x244	"	2.900,00	m²	
24mm 122x122	"	570,00	m²	
durotermic 19mm 120x240	"	1.540,00	m²	
31mm 120x240	"	1.380,00	m²	
Chapas Neoplan (Bernini)				
6mm	Cr$	620,00	m²	
17mm	"	1.300,00	m²	
18mm	"	1.400,00	m²	
20mm	"	1.500,00	m²	
22mm	"	1.490,00	m²	
25mm	"	1.800,00	m²	
30mm	"	2.100,00	m²	
Eucatex Azulejo 3,5mm	"	565,00	m²	
Eucatex Lambri 3,5mm	"	565,00	m²	
Lambris Compensados 0,07 cm.				
pinho faqueado	Cr$	2.142,00	m²	
descascado	"	1.428,00	m²	

imbuia	"	2.142,00	m²
amendoim	"	2.142,00	m²
cedro	"	2.142,00	m²
marfim	"	2.142,00	m²
cerejeira	"	3.620,00	m²
jacarandá	"	4.000,00	m²
fantasia	"	4.165,00	m²
ranhurado	"	1.785,00	m²
Compensados 0,12 cm.			
pinho faqueado	Cr$	1.983,00	m²
pinho descascado	"	1.757,00	m²
imbuia	"	1.975,00	m²
amendoim	"	1.975,00	m²
cedro	"	1.975,00	m²
marfim	"	1.590,00	m²
cerejeira	"	3.685,00	m²
jacarandá	"	3.685,00	m²
Maciços			
pinho de riga	Cr$	15.000,00	m²
cedro amazonas	"	2.700,00	m²
gonçalo alves — peroba	"	2.000,00	m²
jacarandá	"	7.000,00	m²
caviúna	"	4.050,00	m²
marfim	"	2.500,00	m²
Parquet em peroba do campo ou sucupira			
0,067x0,134	"	2.140,00	m²
0,077x0,402	"	2.650,00	m²
Parquet em amarelo cetim, macaúba ou			
braúna 0,067x0,134	"	2.800,00	m²
0,067x0,402	"	3.158,00	m²

(Revendedor no Rio: **Bernini, S.A.** — R. Moncorvo Filho, 25.)

05 — MATERIAIS PLÁSTICOS

Chapas plásticas (Formiplac) brilhantes 1,5m	Cr$	3.900,00	m²
meio fôscas	"	4.100,00	m²
fôscas	"	4.100,00	m²
Pias plásticas	"	8.000,00	m²
Pisos plásticos de luxo (colocado)	"	1.900,00	m²
anti-derrapante	"	1.600,00	m²
semi-áspero	"	1.650,00	m²
Tampos para vasos sanitários (Goyana)	"	4.200,00	um

06 — MATERIAIS QUIMICOS

Impermeabilizante (Repeláqua)	Cr$	2.200,00	galão
impermeabilizante de péga normal	"	75,00	kg
impermeabilizante de péga rápida	"	135,00	kg
impermeabilizante de péga ultra rápida	"	167,00	kg
mastique elástico p/calafetar a frio (prêto)	"	110,00	kg
(cinza)	"	215,00	kg
tinta protetora para concerto	"	110,00	yg
tinta protetora para fachadas	"	105,00	kg
líquido incolor para fachadas	"	237,00	kg
tinta asfáltica de proteção, tipo Proko	"	72,00	kg

07 — MATERIAIS DE VIDRO

Pastilhas de vidro			
Miscelanea MC	"	1.000,00	m²
Miscelânea MS	"	780,00	m²
Reflex	"	1.180,00	m²
Vipax Especial	"	2.220,00	m²
Vipax Standard	"	1.350,00	m²
Telhas de vidro (marselha)	"	350,00	uma

08 — EQUIPAMENTOS

Exaustores domésticos standard	Cr$	23.840,00	um
doméstico luxo	"	31.500,00	um
comerciais 250mm	"	31.000,00	um
comerciais 400mm	"	37.700,00	um
Aquecedores elétricos cap. 30L	"	19.270,00	um
cap. 80L	"	27.350,00	um
cap. 100L	"	31.270,00	um
cap. 200L	"	65.840,00	um
cap. 300L	"	98.180,00	um
cap. 500L	"	150.990,00	um
Aquecedores a gás (brancos)	"	31.280,00	um
Aquecedores a gás (em côr)	"	35.400,00	um
Fogões a gás (encanamento) 4 bôcas	"	30.980,00	um
6 bô — 523	"	112.560,00	um
Fogões a gás (engarrafado) 4 bôcas	"	49.245,00	um
(c/instalação de 2 botijões). 6 bôcas	"	130.850,00	um

(Revendedores no Rio:
MARCOVAN — R. Assembléia, 178
J. M. MELLO — R. Riachuelo, 61/63).

foca

agora em copacabana

Avenida Copacabana, 1 063

— **Material de Artes Plásticas:**
desenho, arquitetura, cerâmica, pintura

— **Reprografia:**
heliografia, fotocópia, microfilme

Engenharia de Estruturas
oferecemos cálculo ou executamos o de sua preferência.
Av. Rio Branco 151 - 16º and. tel. 42-5518

Neo Rex do Brasil Ltda.

Indústria de artefatos para construção em geral (elementos vazados de concreto e cerâmica, caixilhos, cumeeiras, granilite, formas para lajes de concreto) e de equipamentos elétro-acústicos e eletrônicos, com matriz à Rua Joaquim Floriano, 737/751 — tel. 8-2126 (S. Paulo) e com escritório à Rua Senador Dantas, 117/c/ 715 — tel. 42-7773 (Rio de Janeiro).

Linha de produção

1 — INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS: a) Sistemas internos e externos — **nesta linha, fornece e instala centros telefônicos automáticos internos (PAX) de 10, 15, 27, 50, 100, 150, 200 ou mais linhas. São instalações residências modernas, permitindo comunicação imediata entre as dependências, independemente de operadora. Fornece também centros telefônicos PABX, que permitem conversações internas automáticas e externas semi-automáticas à rêde telefônica pública. Fabrica e instala centros telefônicos PBX do sistema "bateria central", para conversações internas e externas como também do sistema magnéticos de "bateria local"**; b) — Aparelhos de intercomunicação — **Fornece e instala aparelhos dêsse gênero, permitindo de 2 a 11 comunicações internas, com uma ou mais conversações simultâneas. São apropriadas para repartições, pequenos escritórios, fábricas, lojas, residências, etc.**

2 — RELÓGIOS — a) Relógios elétricos "mestre e secundário" — **A NEO-REX possui uma linha completa de conjuntos de relógios elétricos "mestres e secundário. O sistema é alimentado por uma bateria de acumuladores, carregada continuamente por um retificador de corrente, possibilitando assim o funcionamento exato, independentemente das oscilações e faltas da corrente elétrica. Os relógios secundários poderão ser de diversos tipos de uma ou duas faces, de luxo, de fachada, etc., havendo inclusive possibilidade de se ligarem à mesma rêde relógios de ponto, para contrôle de entrada e saída de funcionários;** b) Relógios de ponto — **Além de relógios de ponto elétro-secundários, a serem ligados ao sistema acima especificado, dispõe também de uma linha completa desse tipo de relógios, com mecanismo de corda para 8 dias. Podem ser do tipo cartográfico, com fita carbônica de uma ou duas côres, autográfico, especiais para repartições públicas, tipo "mão de obra" para cálculo de tarefas e de produção em fábricas, etc. Esses relógios poderão ser fornecidos ainda, com dispositivos adicionais especiais, como sistema de sinalização, corda automática, pela própria alavanca, etc. Fornece inclusive, quadros porta-cartões de quaisquer capacidades e os respectivos cartões;** c) Relógios de Vigia — **Fornece êsses relógios para contrôle da ronda dos guardas em obras, indústrias, prédios de apartamentos, bancos, etc., podendo dispor de corda de 36 ou 72 horas e vindo equipados com o respectivo estôjo de couro, chaves para picotar, abrir e fechar e dispositivo de violação.**

3 — SINALIZAÇÃO LUMINOSA — a) Para hospitais — **Neste item, dispõe de um sistema de chamada de enfermeiras e médicos em hospitais, com indicação luminosa sôbre as portas dos quartos onde as enfermeiras estão atendendo;** b) Para hotéis — **Estes sistemas permitem chamada de serviçais em hotéis, por intermédio de dispositivos com os respectivos botões, a serem colocados sôbre os criados-mudos, sendo os avisos de chamada feitos por sinalizadores luminosos, colocados sôbre as portas dos quartos e quadro de contrôle na portaria;** c) Sistema de chamada geral — **Instala ainda dispositivos de chamada acústica e luminosa para escritórios, fábricas, repartições, etc., com a finalidade de chamar office-boys, secretárias, empregados em geral, etc.** d) Sistema de procura de pessôas — **Fornece e instala êsses equipamentos apropriados para procura de médicos em hospitais ou de pessoas de destaque nas indústrias e escritórios, podendo funcionar pelo método automático, através da própria rêde telefônica automática interna do local, ou por sistema manual, comandado pela telefonista. Os sinais são emitidos por combinação de côres em código, através de sinalizadores luminosos, de tipo especial, a serem instalados nos diversos pontos, onde as pessoas deverão ser localizadas;** e) Sinalização luminosa para guichês em Bancos — **Fornece e instala sistemas de cifras luminosos para guichês,apropriados para Bancos, substituindo o antigo sistema de chamada por fichas, indicando ao invés disso, o número respectivo através de cifras luminosas de 9 a 99, ou, caso seja desejado, de 0 a 9999**

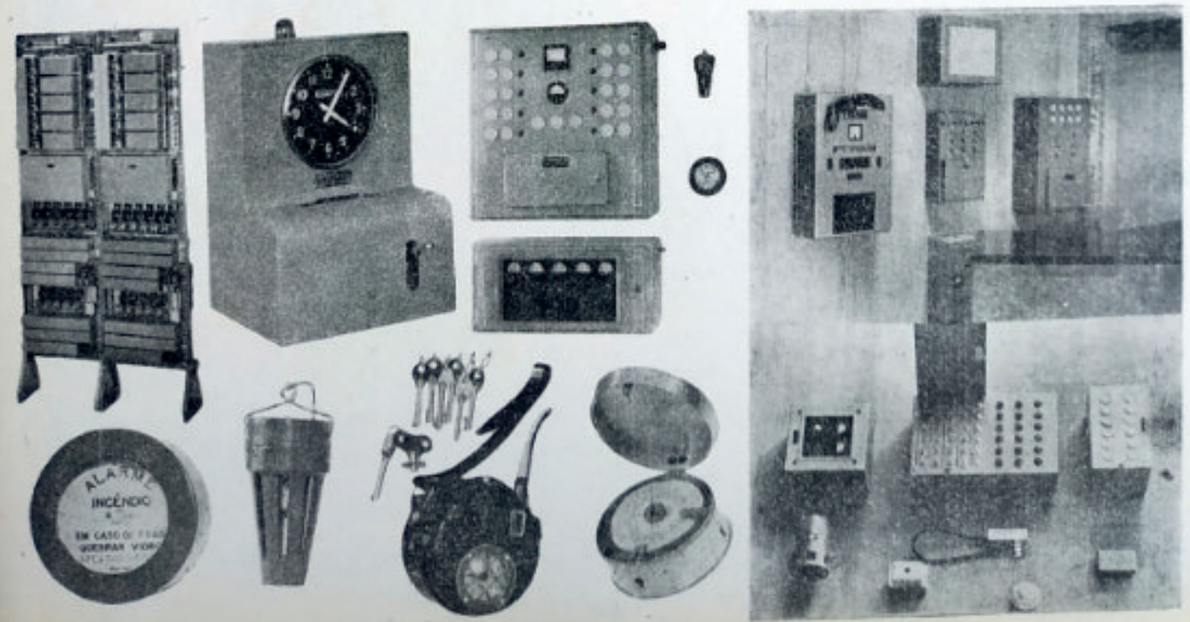
4 — ALARME CONTRA ROUBO E ASSALTO — **Nesta linha, fabrica um sistema de alarme, apropriado para bancos, residências, etc., baseado no método europêu de "corrente de repouso", com contatos simples ou de vibração, a serem colocados nas portas e janelas, que transmitem a uma central de um ou mais circuitos a abertura indevida. O sinal de alarme é anunciado através de sirenes ou campainhas potentes, de longo alcance e o equipamento central é alimentado por bateria e retificador de corrente, permitindo o seu funcionamento contínuo, mesmo no caso de falta de voltagem;**

5 — ALARME ELÉTRO-AUTOMÁTICO CONTRA INCÊNDIO — **Esse sistema é utilizado, provocando o acionamento de um alarme, a ser transmitido a uma central de vários circuitos, correspondentes aos diversos setores do local, através de avisadores especiais, que podem ser do tipo manual com botoeira, para colocação na parede ou do tipo automático, para colocação no teto, acionando o alarme quando a temperatura se elevar a mais de 60°.**

6 — SISTEMA DE CONTRÔLE AUTOMÁTICO DE VIGILÂNCIA NOTURNA — **Consiste em um conjunto de avisadores automáticos de vigia, a serem colocados nos diversos andares do prédio, com mecanismo de constatação acionável pelo próprio vigia, por meio de chave especial, registrando no centro de contrôle situado na portaria, numa fita de papel, o número do aviador acionado, o circuito do vigiae o tempo em dias, horas e minutos. Além disso, é registrado por meio de sinal ótico e acústico, o número do aviador, num tabló luminoso situado junto ao centro. Há ainda possibilidade de se efetuarem comunicações telefônicas entre os postos de contrôle e o centro automático de vigilância. Esse sistema permite um contrôle exato e rigoroso, da ronda efetuada pelo vigia no prédio respectivo. Essa instalação pode ser conjugada com o sistema elétro-automático de alarme contra incêndio acima especificado, através de circuitos especiais.**

7 — INSTALAÇÕES ELETRO-ACÚSTICAS — **Compreendem equipamento, constituído em amplificadores para alimentação e contrôle e alto-falantes a serem distribuídos pelas diversas dependências da indústria, ambiente, chamadas para procura de pessoas, podendo ser adaptado no amplificador um microfone, um gravador de fita, um toca-discos, hospital, escritório, etc., proporcionando a transmissão de música um rádio comum ou de frequência modulada**

8 — INSTALAÇÃO DE ANTENAS COLETIVAS DE TV, FM E DE RÁDIO — **Essas instalações também de especialidade da NEO-REX, são apropriadas para prédios de apartamentos, evitando a colocação de um aglomerado de antenas individuais no alto dos prédios, pois êsse sistema exige apenas uma antena por canal de TV, a qual também é utilizada para o caso de FM e rádio. Além disso,o sinal de todos os canais de TV e FM e rádio passam por um mesmo cabo, o que vem a constituir uma grande economia de material, levando-se em conta ainda, a necessidade de uma prumada sòmente com tubulação de 33/4", no local dos pontos de tomada. Além disso, essas instalações sendo alimentadas por amplificadores especiais, evitam as perdas de linha, fazendo com que o sinal de TV chegue aos apartamentos inferiores, com a mesma intensidade com que entrou nas antenas. A firma dispõe de um corpo de técnicos especializados, aptos a executar quaisquer projetos referentes a essas instalações, bem como orçamentos, sem qualquer compromisso.**



UMA NOVA COBERTURA

Acaba de ser lançado pela firma Bergom S.A., do Rio, um nôvo tipo de cobertura em chapa galvanizada.

Trata-se de telhas auto-portantes, com capacidade de vencer grandes vãos, sendo especialmente aconselhadas para galpões, hangares, abrigos, ginásios, pátios cobertos, etc. Foram batisados com o nome de Estrutelha — corruptela de estrutura e telha — pois exercem as duas funções.

É um telhado bastante leve, (20 a 27 kg/m2), variando êste pêso de acôrdo com o vão necessário a vencer.

Em testes realizados pelo INT, em uma cobertura de 18,94m de vão livre, o referido telhado foi sobrecarregado com 50kg entre os apoios, sendo verificada uma flexa, corrigida, de 7,4 cm, o que permitiu concluir que a estrutelha funciona em regime elástico.

Quanto ao aspecto estético, apresenta declividades mínimas de 1% para o tipo de 1 água e 3% para o de 2 águas, inclinações que não prejudicam o aspecto horizontal da cobertura.

Observado sob o mesmo ponto de vista, salienta o fabricante que o perfil adotado empresta ao conjunto características de leveza e sobriedade.

Analizando o material — o fabricante observa uma característica, a ser única no gênero, que é a inexistência de solda na montagem, pois o sistema é totalmente aparafusado; isto é feito de maneira engenhosa, pois os parafusos e porcas que solidarizam as unidades entre si ficam encobertos e protegidos, não sendo vistos nem por cima nem por baixo da cobertura. A fixação aos apoios é conseguida por meio de garras, também desmontáveis, que funcionam sempre com a mesma segurança, estejam as estrutelhas apoiadas em vigas de ferro, de madeiras ou de concreto. E, ainda, êste processo de fixação que permite que o esfôrço de dilatação do material não seja transmitido às vigas e pilares da construção.

Outra vantagem enunciada do sistema de aparafusamento de uma estrutelha à outra é que a fixação de luminares para luz direta ou indireta não oferece dificuldade, podendo-se, ainda, aproveitar a forma da telha como superfície refletora.

A montagem da cobertura com estrutelhas é bastante simples não sendo necessária mão de obra especializada, pois o material chega ao canteiro pronto para ser colocado, bastando aparafusar.

Da mesma maneira a cobertura poderá ser desmontada, sem qualquer dano ao material.

Acreditam os fabricantes que êste nôvo tipo de telhas auto-portantes responde a várias imposições com que se defrontam os arquitetos para solucionar projetos com grandes vãos sem apoios intermediários e sem estruturas, com uma cobertura praticamente horizontal.





CHAPAS

DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS



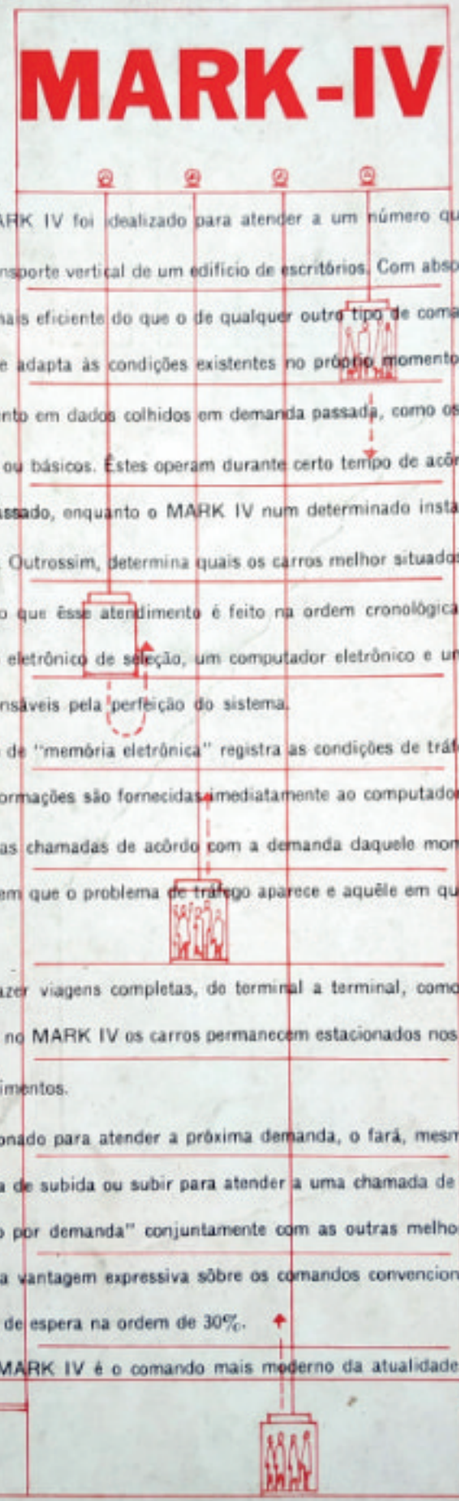
Companhia Brasileira de Alumínio

RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11 — ANDAR - SÃO PAULO

CBA

o mais avançado e eficiente comando de elevadores

MARK-IV



O comando MARK IV foi idealizado para atender a um número quase ilimitado de situações que possam surgir no transporte vertical de um edifício de escritórios. Com absoluta dispensa de cabineiro, o seu funcionamento é mais eficiente do que o de qualquer outro tipo de comando até hoje desenvolvido.

O MARK IV se adapta às condições existentes no próprio momento da chamada, ao invés de basear o seu funcionamento em dados colhidos em demanda passada, como os sistemas de comando sem cabineiro, convencionais ou básicos. Êstes operam durante certo tempo de acôrdo com as necessidades de um período de tempo passado, enquanto o MARK IV num determinado instante se adapta às condições daquele mesmo instante. Outrossim, determina quais os carros melhor situados para atender as chamadas daquele momento, sendo que êsse atendimento é feito na ordem cronológica das chamadas.

Um dispositivo eletrônico de seleção, um computador eletrônico e um circuito elétrico dos mais complexos são os responsáveis pela perfeição do sistema.

Um dispositivo de "memória eletrônica" registra as condições de tráfego de cada elevador e para cada instante. Estas informações são fornecidas imediatamente ao computador, que por sua vez despacha os carros para atender as chamadas de acôrdo com a demanda daquele momento. Assim sendo, não há atrazo entre o instante em que o problema de tráfego aparece e aquêle em que o sistema resolve o citado problema.

Ao invés de fazer viagens completas, de terminal a terminal, como acontece normalmente nos sistemas convencionais, no MARK IV os carros permanecem estacionados nos pavimentos correspondentes aos seus últimos atendimentos.

O carro selecionado para atender a próxima demanda, o fará, mesmo que tenha de descer para atender a uma chamada de subida ou subir para atender a uma chamada de descida.

Esta "inversão por demanda" conjuntamente com as outras melhorias do comando MARK IV traz para o mesmo uma vantagem expressiva sôbre os comandos convencionais, qual seja, a de uma redução média no tempo de espera na ordem de 30%.

Em resumo, MARK IV é o comando mais moderno da atualidade.

ELEVADORES ATLAS

INDÚSTRIAS VILLARES S. A. — SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • BRASÍLIA • BELO HORIZONTE • SANTOS • RECIFE
PÔRTO ALEGRE • SALVADOR • CURITIBA • JUIZ DE FÔRA • PELOTAS • RIBEIRÃO PRÊTO • FORTALEZA • BELÉM
BUENOS AIRES • HAVANA • MONTEVIDÉU • MÉXICO • CARACAS • LIMA • SANTIAGO DO CHILE • ASSUNÇÃO • LA PAZ